



*Universidade Federal da Paraíba*  
*Centro de Tecnologia*  
***Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana***  
***- Mestrado -***

## **RIO TINTO, IMPACTO DO DECLÍNIO ECONÔMICO NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL**

*por*

***Anna Aline Roque Santana Dantas***

***Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal da Paraíba para  
obtenção do grau de Mestre***

***João Pessoa – Paraíba***

***Setembro – 2009***



*Universidade Federal da Paraíba*  
*Centro de Tecnologia*  
***Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana***  
***- Mestrado -***

## **RIO TINTO, IMPACTO DO DECLÍNIO ECONÔMICO NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL**

Dissertação submetida ao Curso de Pós-graduação  
em Engenharia Urbana da Universidade Federal da  
Paraíba como parte dos requisitos necessários para a  
obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana

***Anna Aline Roque Santana Dantas***

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Alberto José de Sousa**

D192r Dantas, Anna Aline Roque Santana

Rio Tinto, Impacto do declínio econômico na organização  
Espacial/Anna Aline Roque Santana Dantas. João Pessoa,  
UFPB/PPGEU/CT, 2009.  
102p. ilustr.

Orientador: Alberto José de Sousa

Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) PPGEU / Centro de  
Tecnologia / Campus I / Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

1. Vilas operárias 2. Rio Tinto 3. Modificações urbanas I. Título.

*Anna Aline Roque Santana Dantas*

# **RIO TINTO, IMPACTO DO DECLÍNIO ECONÔMICO NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL**

*Dissertação aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_*

Banca Examinadora:

---

Professor Dr. Alberto José de Sousa – UFPB  
Orientador

---

Professor Dr. Aluísio Braz de Melo – UFPB  
Examinador Interno

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Virgínia Pontual  
Examinadora Externa

*Aos meus pais, Paulo e Cecília, e a meu  
esposo Francileudo pelo incentivo e  
credibilidade, DEDICO.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, ao querido amigo que é Meu Deus, por me abençoar em todos os momentos de minha vida e neste momento em especial, me dando força, coragem e dividindo comigo as labutas para completar mais uma fase acadêmica.

À minha mãe Cecília Roque Santana, pelo apoio, incentivo e muita compreensão, em todos os momentos; e ao meu pai, Paulo Santana da Silva Filho, pela confiança e credibilidade depositadas em mim.

Ao meu esposo Francileudo Dantas, pelo companheirismo, amizade, incentivo e compreensão.

Ao orientador Professor Dr. Alberto José de Sousa pela atenção e pelo conhecimento compartilhado durante os últimos meses de trabalho acadêmico.

A minha família e aos moradores de Rio Tinto, sempre tão disponíveis e prontos para prestar-me a devida ajuda.

A toda minha família e amigos que sempre me apoiaram antes e durante minha vida acadêmica.

Ao meu Tio Luis Roque pelo incentivo e confiança.

Aos meus amigos, mais próximos e mais distantes, que não citarei nomes para não esquecer algum, muitíssimo obrigado pela confiança e certeza em mostrar que no final tudo daria certo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro.

A todos que direta ou indiretamente, contribuíram para realização deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho discute o processo de transformação física ocorrida na estrutura urbana da cidade de Rio Tinto (um marcante exemplar de vila operária brasileira, situada no litoral Norte de nosso estado da Paraíba) desencadeadas pelo fechamento da fábrica de tecidos (1983) e ocorridas a partir desta data até a época atual (2009). Investiga como as novas relações sociais, econômicas e governamentais promoveram transformações na fisionomia de sua paisagem e na definição de uma nova estrutura urbana. Para tanto, foi necessária a revisão do referencial teórico e historiográfico, abrangendo o surgimento da classe operária e a situação em que ela se encontrava na Europa, e, posteriormente, ressaltando sua ligação com a história da industrialização no Brasil. A dissertação examina separadamente três principais componentes do processo de transformação deste meio urbano: alterações no uso e ocupação do solo urbano, alterações arquitetônicas nas edificações e novas implantações de malha urbana e construções.

Palavras chaves: Vilas operárias, Rio Tinto, modificações urbanas.

## **ABSTRACT**

This work presents the process of physical transformation occurred on the urban structure of the city of Rio Tinto, a marked example of Brazilian work village located on the Northern coast of the state of Paraíba. That transformation has been a result of the closing of an important city textile industry in 1983 and has been occurring from that date until the present time (2009). It is also analyzed how the new social, economic and governmental relationships have promoted changes on the landscape physiognomy and on the definition of new urban structure. It was necessary a review of theoretical and historiographical references, including since the arising of the working class and its situation in Europe till its connection with Brazilian industrialization history. The dissertation examines separately three main components of urban process transformation: changes in use and occupation of urban land, changes in architectural buildings and new implantations of urban structures and buildings.

**Keywords:** workers village, Rio Tinto, urban changes.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cidade Industrial proposta por Robert Owen.....	21
Figura 2	Cidade Industrial proposta por Fourier.....	21
Figura 3	Conjunto erguido pelo Cel Edward Akroyd.....	24
Figura 4	Fábrica de chocolates Cadbury, Inglaterra.....	24
Figura 5	Cité Napoléon, Vista geral.....	25
Figura 6	Cité Napoléon, interior.....	25
Figura 7	Vista das Cités Ouvrières.....	26
Figura 8	Companhia Petropolitana.....	30
Figura 9	Vila Operária da ferrovia de Marituba-Pará.....	30
Figura 10	Vila projetada por Regino Aragão.....	31
Figura 11	Vista das construções da Vila Maria Zélia.....	33
Figura 12	Zona de dominação Comercial do grande Mamanguape.....	35
Figura 13	Mapa do município de Rio Tinto com seus principais limites e povoados.....	36
Figura 14	Restos do porto construído pela família Lundgren.....	37
Figura 15	Rio Vermelho, que deu origem ao nome Rio Tinto.....	39
Figura 16	Antiga olaria para a fabricação de tijolos e telhas necessários à construção da cidade.....	40
Figura 17	Planta de Rio Tinto em 1946, implantação inicial do núcleo.....	45
Figura 18	Vista aérea da fábrica e de parte da cidade, em 1963.....	47
Figura 19	Planta de Rio Tinto com fotos de algumas de suas construções marcantes.....	48
Figura 20	Setorização de Rio Tinto proposta por Amélia Panet.....	49
Figura 21	Mapa das tipologias, segundo Amélia Panet.....	50
Figura 22	Tipologias 1 e 2, segundo Amélia Panet.....	51
Figura 23	Tipologias 3 e 4, segundo Amélia Panet.....	51
Figura 24	Tipologias 5 e 6, segundo Amélia Panet.....	52
Figura 25	Tipologias 7 e 8, segundo Amélia Panet.....	52
Figura 26	Tipologia chalé, encontrada na entrada da cidade.....	52
Figura 27	Igreja de Santa Rita de Cássia.....	53
Figura 28	Rua Aristides Lobo. ....	53
Figura 29	Hospital Municipal.....	54
Figura 30	Grupo Escolar Herman Lundgren.....	54
Figura 31	Antigo Cine Orion, hoje uma casa de espetáculos.....	54
Figura 32	Antigo Rio Tinto Tênis Clube.....	55
Figura 33	Ruínas dos Galpões das oficinas de manutenção e fundição.....	55

Figura 34	Antigos Prostíbulos da Vila Regina.....	56
Figura 35	Palacete dos Lundgren na Vila Regina.....	57
Figura 36	Antiga residência dos professores do SENAI, na Rua da Tijuca.....	57
Figura 37	Antiga residência dos médicos da cidade, vizinha ao Hospital Municipal, na Rua da Aurora.....	57
Figura 38	Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres na Vila Regina.....	58
Figura 39	Antiga portaria principal da fábrica.....	59
Figura 40	Antigo Quarto da Companhia.....	66
Figura 41	Barracas do antigo mercado público.....	68
Figura 42	Mercado Publico Municipal.....	68
Figura 43	Mercado Publico Municipal.....	68
Figura 44	Portão de entrada do Campus IV da UFPB nas antigas instalações fabris.....	72
Figura 45	Planta de Rio Tinto mostrando a localização do campus da UFPB.....	73
Figura 46	Planta do campus da UFPB em Rio Tinto.....	73
Figura 47	Placa identificadora de obras do campus.....	74
Figura 48	Bloco do campus, em construção.....	74
Figura 49	Exemplo de novas hospedarias surgidas na cidade.....	75
Figura 50	Planta de Rio Tinto com identificação dos seus dois núcleos.....	78
Figura 51	Os canteiros centrais como espaços de convívio.....	80
Figura 52	Os canteiros centrais como espaços de convívio.....	80
Figura 53	Seção transversal de algumas ruas centrais.....	81
Figura 54	Calçadas muito elevadas em ruas centrais.....	81
Figura 55	Localização das praças de Rio Tinto na planta da cidade.....	82
Figura 56	Praça João Pessoa.....	83
Figura 57	Praça da Vitória.....	83
Figura 58	Praça Francisco Gerbasi.....	83
Figura 59	Praça Frederico Lundgren.....	83
Figura 60	Planta de Rio Tinto com as construções feitas pelos Lundgren até 1983 em destaque.....	84
Figura 61	Planta de Rio Tinto com uso e ocupação do solo urbano atualizados em 2009.....	85
Figura 62	Situação atual da antiga Oficina Mecânica.....	86
Figura 63	Situação atual do antigo prédio do SENAI.....	86
Figura 64	Antiga Seção de Fiação, ainda em bom estado de conservação externa.....	86
Figura 65	Antiga Seção de Fiação, ainda em bom estado de conservação externa.....	86
Figura 66	Planta de usos, referentes ao ano de 2007, das antigas dependências da unidade fabril.....	87
Figura 67	Interior da antiga seção de fiação, ainda com máquinas.....	87
Figura 68	Interior da antiga casa de força, sem os geradores de energia.....	87

Figura 69	Antiga unidade fabril de Vila Regina, hoje sem utilização.....	88
Figura 70	Antigo Rio Tinto Tênis Clube, ontem (à esquerda) .....	88
Figura 71	Antigo Rio Tinto Tênis Clube, hoje (à direita).....	88
Figura 72	Antigo América Esporte Clube, ontem (à esquerda).....	89
Figura 73	Antigo América Esporte Clube, hoje (à direita).....	89
Figura 74	Antigo Regina Esporte Clube, ontem (à esquerda).....	89
Figura 75	Antigo Regina Esporte Clube, hoje (à direita).....	89
Figura 76	Antigo Rio Tinto Futebol Clube, já sem coberta, encontra-se em ruína.....	89
Figura 77	Exemplos de pontos comerciais instalados em antigas residências.....	90
Figura 78	Exemplos de pontos comerciais instalados em antigas residências.....	90
Figura 79	Localização do pequeno comércio na planta da cidade.....	91
Figura 80	Localização das Instituições religiosas na planta da cidade.....	92
Figura 81	Exemplos da substituição do uso residencial pelo religioso .....	93
Figura 82	Exemplos da substituição do uso residencial pelo religioso .....	93
Figura 83	Exemplos da substituição do uso residencial pelo religioso .....	93
Figura 84	Unidades de Saúde da Família.....	94
Figura 85	Unidades de Saúde da Família.....	94
Figura 86	Casas da Praça João Pessoa, ontem (à esquerda) e hoje (à direita).....	95
Figura 87	Casas da Praça João Pessoa, ontem (à esquerda) e hoje (à direita).....	95
Figura 88	Casa rio-tintense que preservou a fachada original .....	95
Figura 89	Fachadas atuais de casas rio-tintenses, diferentes das originais.....	96
Figura 90	Fachadas atuais de casas rio-tintenses, diferentes das originais.....	96
Figura 91	Casa rio-tintense com garagem e grades de ferro na fachada.....	96
Figura 92	Corrimãos e guarda-corpos em calçadas elevadas de Rio Tinto.....	97
Figura 93	Corrimãos e guarda-corpos em calçadas elevadas de Rio Tinto.....	97
Figura 94	Corrimãos e guarda-corpos em calçadas elevadas de Rio Tinto.....	97
Figura 95	Traçado e localização do Conjunto Eduardo Ferreira.....	98
Figura 96	Ruas arborizadas do Conjunto Eduardo Ferreira.....	99
Figura 97	Ruas arborizadas do Conjunto Eduardo Ferreira.....	99
Figura 98	Casas primitivas do Conjunto Eduardo Ferreira.....	99
Figura 99	Casas primitivas do Conjunto Eduardo Ferreira.....	99
Figura 100	Muro frontal modificado no Conjunto Eduardo Ferreira.....	100
Figura 101	Casa com primeiro andar no Conjunto Eduardo Ferreira.....	100
Figura 102	Casas de arquitetura contemporânea.....	100
Figura 103	Casas de arquitetura contemporânea.....	100
Figura 104	Casas de arquitetura contemporânea.....	101

Figura105	Casas de arquitetura contemporânea.....	101
Figura106	Traçado e localização do Conjunto Roger Maciel e dos loteamentos João Dandão, Eduardo Genuíno e Romero Coutinho.....	102
Figura107	Casas do Conjunto Roger Maciel.....	103
Figura108	Rua do Loteamento Eduardo Genuíno.....	103
Figura109	Casas do Loteamento João Dandão.....	103
Figura110	Áreas de invasão .....	103
Figura111	Localização de aglomerados de casebres localizados em áreas de invasão.....	104

## SUMÁRIO

Introdução.....	14
CAPÍTULO I: A moradia operária no contexto mundial.....	19
CAPÍTULO II: O processo de industrialização no Brasil e a moradia operária.....	27
CAPÍTULO III: Rio Tinto: origem do núcleo fabril.....	34
CAPÍTULO IV: Urbanismo e arquitetura de Rio Tinto: do nascimento à década de 1970.....	45
CAPÍTULO V: Modificações urbanas: fatores determinantes.....	60
Primeiro momento: da década de 1980 até meados da década de 1990.....	63
Segundo momento: de 1996 a 2006.....	68
Terceiro Momento: de 2006 a 2009.....	72
CAPÍTULO VI: Evolução física da cidade após o fechamento da fábrica.....	77
Alterações do uso e ocupação do solo.....	77
Alterações arquitetônicas.....	94
As novas implantações urbanas.....	97
Considerações Finais.....	105
Bibliografia.....	111

## INTRODUÇÃO

É no contexto da Revolução Industrial que as grandes metrópoles mundiais se tornam palco de um sério problema social: o rápido e intenso crescimento das populações urbanas não é acompanhado pelo surgimento de moradia adequada para a nova sociedade operária.

Governo e capital privado se lançam na busca de solução para a moradia do operariado que invade os centros e povoa subúrbios, assolados por doenças e epidemias, provenientes da falta de saneamento e da alta densidade populacional dos cortiços que proliferam.

A sociedade industrial é urbana. A cidade é horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais. (CHOAY, 2000, p. 1)

O avanço tecnológico, na segunda metade do século XIX, modificou drasticamente o sistema produtivo, a indústria e as atividades comerciais. Providências precisavam ser tomadas com relação à acomodação da nova população que movimentava os grandes centros urbanos. Por iniciativa do poder público e do setor privado principalmente, as vilas operárias tiveram então sua origem.

No Brasil, o avanço do setor industrial no final do século XIX gerou um fenômeno semelhante. O problema da moradia operária se agravou proporcionalmente a esse avanço. Depois da instauração da República, a preocupação com a moradia popular passou a ser pauta de discussão no governo e na iniciativa privada. Esta terminou por construir, junto às indústrias por ela implantadas, algumas em áreas rurais, verdadeiras cidades para abrigar o operariado.

O estudo da arquitetura relacionada às atividades industriais é relativamente recente. Na Inglaterra criou-se uma disciplina chamada Arqueologia Industrial. Neste país a discussão sobre o tema surgiu em meados da década de 1950, ganhando maior vigor a partir dos anos 60, quando importantes exemplares da arquitetura fabril haviam sido demolidos. Desde então, o movimento de interesse pelo patrimônio industrial foi se ampliando e já alguns países estão em processo de construção de inventários sistemáticos da sua herança industrial.

No Brasil, a valorização da arquitetura industrial como patrimônio foi tardia. Grandes esforços foram despendidos para que se definisse o que é patrimônio industrial. Aqui no Brasil iniciou-se o estudo sobre as instalações de trabalho dos primeiros engenhos de açúcar, das fazendas de café e das fábricas industriais. Um tombamento pioneiro feito pelo IPHAN, em 1964, foi o do conjunto formado pelos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, no município de Iperó-SP. A iniciativa abriu caminhos para a arqueologia industrial no Brasil.

Rio Tinto, cidade localizada no nordeste do estado da Paraíba e criada no primeiro quartel do século XX, é uma expressão física bastante significativa da expansão do capital industrial no Nordeste do país. Ela foi implantada e desenvolvida para dar suporte a uma indústria têxtil instalada naquela localidade. Porém, na década de 1980, essa indústria encerrou suas atividades. Uma lacuna se abriu na história de Rio Tinto. Quais terão sido os reflexos da nova realidade econômica no espaço urbano desta cidade?

A presente dissertação visa a dar uma resposta a esta pergunta. Seu objetivo maior é estudar as transformações urbanísticas e arquitetônicas, ocorridas na cidade de Rio Tinto – um marcante exemplar de vila operária brasileira – desde o fechamento, em 1983, da fábrica de tecidos que a gerou até a época atual (2009). Pretende-se investigar como as novas relações sociais, econômicas e governamentais promoveram transformações na sua estrutura urbana e na fisionomia de sua paisagem construída.

Objetivos secundários perseguidos pelo trabalho são: construir uma história aperfeiçoada da formação urbana de Rio Tinto; chamar a atenção para a importância de Rio Tinto no quadro das vilas operárias criadas no Brasil nos primeiros estágios de nossa industrialização; alertar para as modificações recentes de suas características físicas, que podem descaracterizar esse importante patrimônio urbano-industrial brasileiro.

Estudos sobre as vilas operárias no Brasil, seu processo de formação e desenvolvimento, são numerosos. Autores como Telma de Barros Correia e Philip Gunn, por exemplo, abordaram o tema da industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais, dando um panorama geral deste fenômeno marcante na história do país. São Paulo, capital de maior concentração industrial em nosso país foi exaustivamente estudada por vários autores, como Eva Altemar Blay, que em 1985 lança o livro *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*, que, embora enfocando as vilas paulistanas, apresenta um panorama geral do surgimento desse tipo de empreendimento em todas as regiões do país. Além dela, Nabil Bonduki e Vanderlice de Sousa Morangueira podem ser citados, a última tendo efetuado uma importante pesquisa sobre a Vila Maria Zelia, iniciativa do empresário Jorge Street e uma experiência pioneira no gênero, no estado de São Paulo.

No Nordeste, entre outros autores, Suzete Santos Bomfim apresenta o caso da Vila Santa Cruz, no estado de Sergipe, e Philip Gunn relata o caso da cidade de Paulista, em Pernambuco, cidade-irmã de Rio Tinto, que teve seu desenvolvimento econômico impulsionado pela instalação da companhia de tecidos da família Lundgren. A contribuição do último está inserida no livro *Rio Tinto – Estrutura urbana, Trabalho e Cotidiano*, uma

coletânea de trabalhos relativos à cidade de Rio Tinto preparados por Amélia Panet, Miriam Panet, José Otávio de Arruda Melo, Telma de Barros Correia e Philip Gunn. Este trabalho, bastante significativo, abriu-nos os horizontes para o início desta nossa pesquisa. Organizado por Amélia Panet, apresenta um panorama geral sobre o tema, desde a origem do núcleo operário até a caracterização tipológica das edificações erguidas pelos Lundgren. Por fim, um contato que mantivemos com o recentemente falecido escritor João Batista Fernandes e a leitura dos quatro trabalhos por ele escritos favoreceram a compreensão dos fatores históricos que marcaram a cidade aqui estudada.

A leitura destes trabalhos e de alguns outros despertou-nos a inquietação de constatar a indiferença com que a questão urbanística de Rio Tinto vem sendo tratada. Seu valor histórico como legado dos primórdios de nossa industrialização é pouco reconhecido pela população da cidade, pela administração pública e pela própria família Lundgren. Em virtude disto, a cada dia que passa, vemos este patrimônio ser descaracterizado arquitetônica e urbanisticamente por iniciativas inconscientes e inconseqüentes de vários atores sociais rio-tintenses.

Não constatamos na literatura sobre Rio Tinto nenhum trabalho que aborde as repercussões, no seu espaço construído, da decadência de seu parque fabril em meados da década de 80. Em contrapartida, autores como Wynlna Vidal, em sua dissertação *Transformações urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910 – 1940*, nos mostram um leque de avanços na área do estudo das transformações urbanas, demonstrando que este é um campo que já vem sendo explorado na Paraíba. Sobre as vilas operárias, são muitas as contribuições acerca do processo de sua formação, mas no presente estudo o que pretendemos focar é a questão das conseqüências de um processo de decadência industrial.

É papel deste trabalho é evidenciar as dimensões urbanística e arquitetônica de tais conseqüências. Questões relativas ao **como** e **por que** o processo de modificação urbana se desenvolveu em Rio Tinto constituíram a motivação primeira de nosso estudo. A localização de informações colhidas em fontes variadas, tais como mapas, planos da cidade, cadastro da companhia de saneamento (CAGEPA), fotos antigas e levantamento fotográfico, nos revelou indícios do grande impacto que o fechamento da fábrica de tecidos exerceu sobre a estrutura física da cidade.

Considerando as diversas possibilidades de abordagem da questão da transformação urbana, optamos por seguir a linha de pesquisadores que analisam a cidade a partir da



morfologia da paisagem urbana, entendendo que sua dimensão física permite o entendimento cultural da mesma.

Para viabilizar o trabalho que ora apresentamos, reunimos num primeiro momento cópias das plantas da cidade disponíveis. Por inimaginável que possa parecer, ao buscarmos na prefeitura da cidade qualquer material gráfico que representasse a malha urbana rio-tintense, descobrimos que não há registro técnico em seus arquivos além dos mapas escolares ilustrados datados a partir do ano de 2000. Localizamos como primeira planta da cidade a de 1946 apresentada no trabalho de Juliano Loureiro de Carvalho intitulado *Formação Territorial da Mata Paraibana*. Depois segue uma planta de 1974 apresentada por Amélia Panet em seu estudo sobre as tipologias arquitetônicas de Rio Tinto. No escritório administrativo do patrimônio da família Lundgren, em Rio Tinto, tivemos acesso a mais uma planta, datada de 1997. Por fim, no setor cadastral da CAGEPA obtivemos a planta digital da cidade referente ao ano de 2005. Esta planta foi por nós re-atualizada em 2009 através de um levantamento *in loco*, no qual, percorrendo cada rua da cidade, observamos e cadastramos todos os usos do espaço edificado da cidade no momento e demarcamos todas as novas tecidos urbanos e construções. O conjunto dessas informações colocou em evidência a proporção das transformações registradas após a implantação inicial feita pela família Lundgren, que se findou em meados da década de 1940. Entrevistas com alguns moradores também foram essenciais para o entendimento de algumas lacunas evidenciadas no decorrer da pesquisa.

O trabalho está organizado em seis capítulos. O primeiro deles, intitulado **A moradia operária no contexto mundial**, trata do cenário da Revolução Industrial na Europa e das repercussões dela decorrentes e resgata a gênese das vilas operárias. O segundo, **O processo de industrialização no Brasil e a moradia operária**, comenta sobre a prática que se difundiu no Brasil de criação de vilas operárias em cidades e junto a indústrias implantadas em localidades rurais, desde as últimas décadas do século XIX até os anos 1940. O capítulo 3, **Rio Tinto: origem do núcleo fabril**, relata a história da formação e decadência do complexo fábrica-vila operária que constitui nosso objeto de estudo. O capítulo 4, **Urbanismo e arquitetura de Rio Tinto: do nascimento à década de 1970**, focaliza a formação e o desenvolvimento do tecido urbano de Rio Tinto no período apontado e delinea as características tipológicas de suas edificações no mesmo período. O capítulo 5, **Modificações urbanas: fatores determinantes**, caracteriza as repercussões socioeconômicas da falência da Cia. de Tecidos Rio Tinto sobre a cidade. Por fim, o capítulo 6, **Evolução física da cidade após o fechamento da fábrica**, evidencia as alterações no cenário arquitetônico e urbanístico

de Rio Tinto, que foram agrupadas em três categorias: modificações no uso e ocupação do solo, mudanças arquitetônicas nas edificações e surgimento de novos tecidos urbanos e novas construções. E findando nossa contribuição, e sem a pretensão de esgotar as discussões sobre o tema, essa foi a visão que quisemos oferecer: Uma leitura de mais de duas décadas de ação humana na cidade de Rio Tinto desde o encerramento das atividades fabris, a partir da configuração urbana, suas mudanças e suas permanências.

## CAPÍTULO I

### A MORADIA OPERÁRIA NO CONTEXTO MUNDIAL

A Europa assiste, especialmente depois da Revolução Industrial da segunda metade do século XVIII, a um acentuado processo de crescimento urbano, acompanhado de uma forte explosão demográfica e conseqüente carência no suprimento de moradia.

Nesse momento, um conjunto de transformações veio ocasionar a mudança do domicílio e do modo de vida de grande parte da população, favorecendo alterações no uso do solo e na própria paisagem. (BENÉVOLO, 1987). O desenvolvimento da indústria e sua concentração em grandes oficinas transferiram famílias inteiras dos grandes distritos agrícolas, com suas casas isoladas e dispersas no território, para bairros improvisados e compactos nas proximidades dos grandes estabelecimentos industriais. Seja nos espaços vazios – existentes nos grandes bairros antigos – ou na periferia, as condições dessas moradias não eram piores, apenas, em relação às condições anteriores existentes no campo, de onde essas famílias eram originárias. De maneira geral, as condições higiênicas eram insuportáveis devido à enorme concentração de pessoas em exíguos espaços físicos. Seja por conta do crescimento natural da população ou por absorver o fluxo migratório rural, o fato é que as cidades cresceram mais do que quaisquer outras áreas.

Manchester, que em 1760 tem 12.000 habitantes, na metade do século XIX alcança 400.000. Londres, que já no final do século XVIII tem um milhão de habitantes, em 1851 chega a dois milhões e meio. (BENÉVOLO, 2001, p.551)

Concentrando-se nas grandes cidades já formadas, essa nova população traz consigo repercussões caóticas para as antigas cidades. Estas, com suas ruas estreitas, inadequadas a um tráfego mais intenso, e casas compactas, pequenas para abrigar famílias maiores, são aos poucos abandonadas pelas famílias mais abastadas, que se deslocam para a periferia e cedem lugar à implantação de verdadeiros cortiços, onde se amontoam os pobres e recém-imigrados. Até os grandes palácios e conventos são divididos em pequenas moradias

improvisadas. Os efeitos dessas transformações tornam-se mais graves por volta de meados do século XIX.

As periferias já não são prolongamentos planejados da cidade existente. Resultam num ambiente formado por iniciativas independentes, sem unidade arquitetônica e construtiva, repleta de vazios urbanos. Ricos e pobres formam um ambiente que retrata seus desejos e possibilidades de moradia. Porém, como se refere Benévolo (2001, p.567), “as classes pobres sofrem mais diretamente os inconvenientes da cidade industrial, mas as classes ricas não podem pensar em fugir deles por completo”.

De acordo com Bonfim (2007), a transformação das moradias era apenas uma das mudanças no modo de vida dessas pessoas; a outra se refere ao seu local de trabalho. Antes trabalhavam ao ar livre, agora, encontram-se fechados nas fábricas por até 14 horas ou mais, no dia, executando serviços braçais de risco à saúde.

No século XIX, os efeitos da Revolução Industrial conduziram à Revolução Social e à reivindicação por melhores condições de trabalho e moradia. No intuito de amenizar as tensões que se acumulavam desde o século anterior, a indústria assumiu diferentes posições quanto a isso, que iam desde a concepção da fábrica “modelo”, até as vilas ferroviárias e fabris (BONFIM, 2007).

A pobreza que se instala nas cidades é então vista de maneira particular na era moderna. Embora suportada por séculos, é um mal que pode e deve ser eliminado da sociedade. O urbanismo moderno assume uma posição de maior proximidade com as causas sociais.

De acordo com Benévolo (1987) os ideais modernos dividem-se em duas linhas de ação: uma que aborda o problema de maneira global, propondo uma alternativa à cidade existente, em geral utópica, por sugerir experiências longe da realidade, e a outra, que prevê a correção individual e imediata dos problemas da cidade industrial.

O pensamento utópico foi primeiramente formulado por Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858). Caracterizavam-se, em geral, pela proposta de mudanças para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa intenção de atender as necessidades dessa nova classe trabalhadora, esses pensadores desenvolveram seus modelos urbanos, que se agrupam em duas vertentes: pré-urbanismo progressista e pré-urbanismo culturalista (CHOAY, 2005).

Os progressistas, como Robert Owen, Charles Fourier, Jean-Baptiste Godin, Etienne Cabet, Pierre-Joseph Proudhon e Benjamin Ward Richardson, propunham formas mais racionais de organização da cidade, criticando a imensa cidade industrial que alienava a sociedade. “O desejo deles era resolver o problema da grande concentração populacional da nova cidade por meio da otimização do seu funcionamento, usando a técnica e o raciocínio influenciados pela idéia do progresso” (BONFIM, 2007, p. 42,43).

Em meados de 1825, Owen projetou “núcleos ou associações-modelo contendo de 500 a 2.000 habitantes alojados em construções apropriadas para produzir e conservar uma variedade de produtos e para dar às crianças uma educação adequada” (CHOAY, 2005, p. 63). Seu pensamento era que cada um desses núcleos pudesse se sustentar, se governar e dar ocupação para todos os seus moradores (Imagem 01).

Seu modelo previa cidades quadriculadas em que cada quadrado poderia receber 1.200 pessoas e seria rodeado de 1.000 a 1.500 acres de terreno. Cada quadrilátero teria um grande edifício que serviria de alojamento para os cidadãos da cidade[...] Ao redor dos quadrados haveria jardins e após estes, as áreas industriais. (BONFIM, 2007, p. 43)



**Imagem 01:** Cidade Industrial proposta por Robert Owen. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/nova\\_harmonia](http://pt.wikipedia.org/wiki/nova_harmonia) Apud BONFIM, 2007, p. 43.



**Imagem 02:** Cidade Industrial proposta por Fourier. Fonte: <http://web.tiscali.it/icaria/urbanistica/fourier/fourier05b.jpg> Apud BONFIM, 2007, p. 44.

Dentre as numerosas iniciativas progressistas, comprometidas com a solução do problema da habitação operária, destacam-se a do filósofo francês Charles Fourier. Em 1822 ele lança a proposta do Falanstério ou Palácio Societário (Imagem 02), um grande edifício de moradia para 3.500 pessoas. Seu modelo urbano era composto por três anéis concêntricos. O primeiro seria formado pelo falanstério e alguns equipamentos urbanos, o segundo, pelas fábricas, e o terceiro, delimitaria o subúrbio. O *Phalange*, como ficou conhecido, constituiu o modelo mais detalhado do pré-urbanismo progressista.

Godin pôs em prática o que propunha Fourier com o falanstério. Fundou em 1866 o familistério de Guise. O que o diferenciava do modelo anterior era seu caráter produtivo estritamente industrial, e não mais agrícola e industrial como em Fourier, e a autonomia das famílias residentes, que agora estariam abrigadas em alojamentos separados, como seria feito posteriormente nos projetos de vilas operárias.

Cabet, influenciado por Owen e Fourier, dedicou-se à solução dos problemas da higiene e salubridade, idealizando sua cidade-modelo “*Icária*”, em 1839. Ele previa a localização de cemitérios, fábricas e hospitais na periferia da cidade, serviço diário de limpeza nas ruas, praças arborizadas no centro e bairros, e todas as ruas retas e largas com edificações padronizadas.

Proudhon, apesar de ter escrito sobre cidades, não elaborou nenhum modelo urbano. Seus ideais se encaixam no pré-urbanismo progressista pela “luta para promover uma forma global de existência moderna, a necessidade de uma racionalização do meio de comportamento e o papel da indústria na nova cidade” (BONFIM, 2007, p. 46).

De acordo com Choay (2000), no pré-urbanismo culturalista predomina o saudosismo da vida bucólica e das cidades medievais, aliada à vontade de tornar a cidade mais parecida com o campo. Critica-se o rigor geométrico dos progressistas e manifesta-se um anti-industrialismo, com base na produtividade e não no bem-estar harmonioso dos indivíduos. Os

principais seguidores dessa tendência foram John Ruskin (1819-1900) e Willian Morris (1834-1896).

“Esses modelos utópicos, irrealizáveis na primeira metade do século XIX e superados pelo debate político da segunda metade do século, são o contrário teórico da cidade liberal.” (BENÉVOLO, 2001, p.568). De fato, refletem o conflito entre a liberdade individual e a organização coletiva, e sugerem um protesto contra as condições inaceitáveis a que a sociedade chegara.

Apesar de muitas destas idéias terem sido consideradas utópicas na época, “a partir daí, a Europa viu-se tomada por várias experiências de vilas operárias, sendo a grande maioria formada por casinhas isoladas, geminadas duas a duas, em blocos de quatro ou mesmo enfileiradas, e sempre próximas às fábricas” (VIANNA, 2004, p. 05). Refletiam soluções mais comprometidas com a higiene urbana e a eliminação de epidemias. Na prática, os modelos do pré-urbanismo realizaram concretamente poucas de suas aspirações, mas representaram um impulso à criação de políticas destinadas à solução do problema da moradia operária.

Bonfim (2007) aponta algumas iniciativas promovidas pelos proprietários de indústrias, ou mesmo pelo Estado, que são precursoras das vilas operárias que se desenvolveram no século XIX, vejamos na tabela 01:

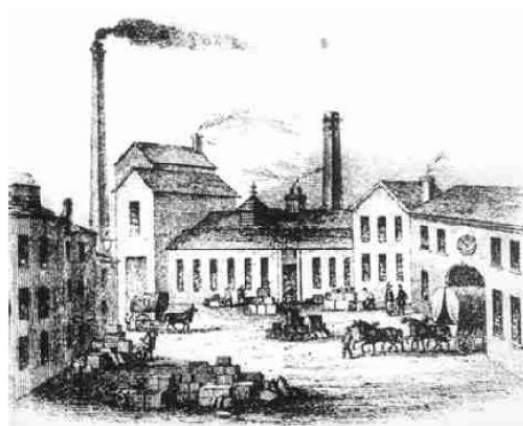
**Tabela 01** – Principais experiências precursoras das Vilas operárias no Mundo

CIDADE (VILA OPERÁRIA)	PROMOTORES	PROJETISTA	DATA
Augsburg, Alemanha	Família Fugger	-	Sec XVI
Etruria, Staffordshire	Josiah Wedgwood	-	1769-1770
Cronford, Derbyshire	Richard Arkwright	-	sec.XVIII
Glamorgan-Merthyr Tydfiul, País de Gales	Família Guest	-	Meados do séc. XVIII
Clerkenwel	Sociedade para melhoria das condições da classe trabalhadora	Henry Roberts	1846-47
Londres	George Peabody	Henry Darbshire	Meados do séc. XIX
San Leucio	Ferdinando IV		Fim do séc. XVIII
Arc-et-senans-Chaux, França	Salinas Reais Francesas	Claude-Nicola-Ledoux	Entre 1775 e 1780
Copley, Inglaterra	Edward Akroyd	George Gilbert Scott	1849-1853
Saltaire	Sir Titus Salt	Sir William Fairbairn	1851
Port Sunlight	William Heshth Lever	-	1888
Bournville	Fábrica de chocolates Cadbury	-	final so séc. XIX
Lowell, EUA	Francis Cabot Lowell	-	1814
Pullman, EUA	George Pullman	Solon Berman	Sec. XIX

Fonte: Bonfim, 2007.



**Imagem 03:** Conjunto erguido pelo Cel Edward Akroyd e projetado pelo arquiteto George Gilbert Scott na Inglaterra. Fonte: [HTTP://WWW.calderdale.gov.uk](http://WWW.calderdale.gov.uk), apud Bonfim, (2007, p.53)



**Imagem 04:** Fábrica de chocolates Cadbury, Inglaterra. Fonte: <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/REcadbury.htm>, apud Bonfim, (2007, p.54)

Mas foi somente a partir da segunda metade do século XIX que o Estado teve uma participação mais efetiva no encaminhamento de soluções para o problema da habitação operária. As autoridades inglesas criaram várias comissões para estudar o surgimento de doenças e epidemias causadas pela aglomeração urbana. A intenção das autoridades era



chamar a atenção da sociedade para a necessidade de melhorar as habitações da classe operária. Assim, em 1844 a Sociedade para a Melhoria das Condições da Classe Operária, sob a inspiração de Chadwick, patrocinou a construção dos primeiros apartamentos para operários em Londres.

Na França, em 1802, ocorreu a criação dos conselhos de higiene, com a concessão de direitos administrativos aos médicos que publicaram em 1829 os *Annales d'higiene publique et de la medicine légale*. Em 1949, uma comissão nomeada pelo presidente da República visitou a Inglaterra e por ordem dele traduziu e distribuiu junto às instituições sociais e patronais o livro de Henry Roberts intitulado *As habitações das classes operárias*. Neste período também foi constituída, na França, a Société des Ouvriers de Paris, com o propósito de criar vilas operárias. Sua primeira realização foi a *Cité* da rua Rochechouart nº 58, batizada, mais tarde, Cité Napoléon (BONFIM, 2007), ver imagens que seguem.



**Imagem 05**

Cité Napoléon, Vista geral

Fonte: [antimuseum.online.fr/peintures/riviere](http://antimuseum.online.fr/peintures/riviere).  
apud BONFIM, 2007, p. 57.



**Imagem 06**

Cité Napoléon, interior

Fonte: <http://napoleonrois.free.fr/site/index>.  
apud BONFIM, 2007, p. 57.

Em 1835-36, um industrial chamado André Koechlin construiu uma vila operária, idealizada pelo arquiteto Emile Muller. O conjunto ficou conhecido como Cité Ouvrière (Imagem 07) de Mulhouse e representaria o pontapé inicial para uma sequência de intervenções que se prolongaria até o século XX (BONFIM, 2007).

A experiência desta vila operária se transformou num marco de referência para os empresários e industriais europeus, que tinham problemas em alojar seus operários. A partir daí surgiram muitas outras iniciativas semelhantes, tanto em diferentes regiões da França como em outros países (BONFIM, 2007, p. 58)



**Imagem 07**

Vista das Cités Ouvrières.

Fonte: [http://www.crdp-strasbourg.fr/archi\\_pat/articles](http://www.crdp-strasbourg.fr/archi_pat/articles)  
apud BONFIM, 2007, p. 58.

No mundo inteiro, a construção residências operárias unifamiliares, próximas as fábricas, trouxe benefícios tanto para os trabalhadores quanto para os empresários. Estes últimos, utilizando este meio como forma de controle da mão-de-obra, enquanto que para o operariado este significou um salto em termos de melhoria das condições de moradia. Vejamos no capítulo que segue, quais as características desta iniciativa, seja pelo setor privado ou público, para solucionar o problema da moradia para a classe trabalhadora que movia a grande indústria brasileira e povoava os centros urbanos a partir do final do século XIX.

## CAPÍTULO II

### O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

#### E A MORADIA OPERÁRIA

No Brasil, como na Europa, as primeiras iniciativas de construção de casas populares partiram do setor privado. Foram feitas casas para aluguel, cortiços e as primeiras vilas operárias, que amenizavam o problema do déficit habitacional para a classe trabalhadora. Em termos de legislação, o Estado só se pronunciaria na virada do século XIX para o XX e somente iria assumir papel mais efetivo a partir da implantação da Fundação Nacional da Casa Popular, em 1946 (BONFIM, 2007).

De acordo com Reis (1994, apud BONFIM, 2007, p. 100), no Brasil, são citadas quatro tipologias de construções erguidas pelo setor privado para abrigar a classe trabalhadora do setor industrial: (a) vilas operárias de empresa, ou vilas industriais, relativamente auto-suficientes; as fábricas detinham uma equipe de operários da construção civil para atender as necessidades da própria indústria; nas horas vagas, esses trabalhadores se ocupavam da construção de casas nas imediações da fábrica, que inicialmente servia de abrigo para os trabalhadores estrangeiros; posteriormente, esta prática se estendeu para acomodar o maior número possível de trabalhadores, o aluguel das casas sendo descontado dos salários deles; (b) vilas cidadelas, também chamadas de núcleos fabris por Blay (1985); são aquelas que se configuram como um verdadeiro bairro ao redor da fábrica, e em muitos casos implantadas em áreas rurais afastadas dos grandes centros urbanos. Semelhante a cidade de Rio Tinto, eram providas, além das casas, de espaços semi-públicos, como praças e campos de futebol, e equipamentos coletivos, como escolas, igrejas, armazéns, e, em alguns casos, teatro e cinema; (c) vilas operárias particulares, que eram semelhantes às construídas pelos industriais, porém destinadas a gerar lucro aos seus construtores. Caracterizavam-se por ser um conjunto de

pequenas moradias, de fachadas padronizadas e com acesso por ruas particulares ou por vias públicas. E, por fim, as (d) vilas de usinas que são uma peculiaridade do interior do nordeste onde houve a mecanização dos engenhos em usinas de açúcar.

Se as senzalas configuram-se, no panorama histórico, como parte integrante da propriedade senhorial do período escravocrata, as vilas operárias têm, até certo ponto, nessa forma de moradia, suas raízes conceituais. O surgimento, no cenário urbano, das vilas operárias foi parte do processo de industrialização. Segundo Blay (1985, p. 30) “a implantação da indústria têxtil, iniciada por volta de 1840-1850, na Bahia, em pleno período escravocrata, enfrenta dois sérios empecilhos – a falta de mão-de-obra especializada e a falta de matéria prima: o algodão”. Para solucionar estes problemas, algumas indústrias empregaram a mão-de-obra escrava, enquanto outras empregaram moradores urbanos e órfãos pobres. No início, imigrantes recém-chegados logo evitaram essa ocupação em virtude da instabilidade do mercado, má remuneração e péssimas condições de moradia.

A emergência da grande indústria e o inchamento demográfico dos grandes centros ocasionaram a preocupação com a organização da vida proletária e um maior controle do operariado pelos empresários fabris. Das duas últimas décadas do século XIX até os anos quarenta do século XX, difundiu-se largamente, pelo Brasil, a prática de criação de vilas operárias em cidades e de núcleos fabris em localidades rurais. Mas, ao contrário do que se possa pensar, como bem aponta Correia (in PANET, A. et al., 2002), a criação dessas vilas e núcleos fabris não foi um fenômeno restrito ao início da industrialização brasileira. Na realidade, vilas e núcleos fabris continuaram a ser criados após a década de 1930, e até 1950, são em número bastante significativo, em diferentes regiões do país. Após 1950, esses tipos de assentamento continuaram a ser criados ou ampliados pelas indústrias, porém, com menor intensidade.

Foi em paralelo com o processo de industrialização que a população brasileira foi tornando-se urbana, na busca de emprego e melhores condições de vida.

Embora a industrialização tenha se concentrado nos grandes centros urbanos, ocasionando o inchamento de cidades como São Paulo, a criação de núcleos fabris no meio rural também contribuiu significativamente para o crescimento econômico do país.

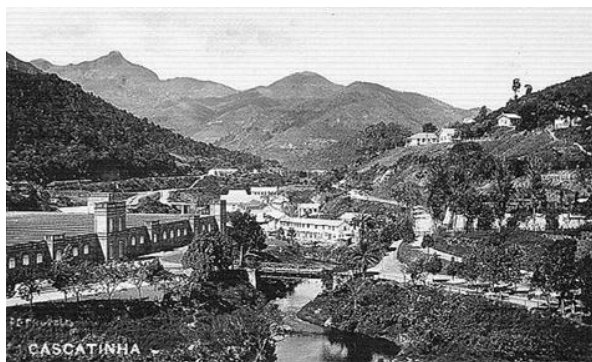
A construção da moradia operária por indústrias esteve relacionada com a necessidade de construção de fábricas em localidades rurais, junto às fontes de energia e de matéria-prima, e se insere na estratégia de controle da mão-de-obra, fundamentada na sedentarização, na moralização dos costumes e na difusão de novas noções de higiene.

Interessados em reter a mão-de-obra, os empresários vão em busca de meios para conseguir isso, e, já desde 1853, têm-se registros de dormitórios para trabalhadores não especializados nas fábricas Todos os Santos, na Bahia, e Andaraí Pequeno, no Rio de Janeiro. Até 1866, o mesmo se verifica nas fábricas Fernão Velho, em Alagoas, Beribéri, em Minas Gerais e Reigantz, no Rio Grande do Sul (BLAY, 1985).

A partir de 1874, as indústrias passam a construir casas, a exemplo da Companhia Metropolitana, no Rio de Janeiro, que as fornecia apenas aos trabalhadores estrangeiros.

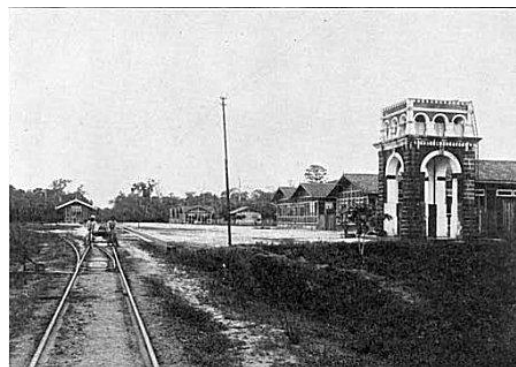
Na última década do século XIX é que se começa a construir vilas operárias. Em 1892, é inaugurado em Salvador-BA, o Empório Industrial do Norte, que produzia tecido branco e colorido, e possuía uma vila operária com 258 residências, escola, enfermaria e outros serviços. Em 1895 havia vilas semelhantes nas companhias Petropolitana (Imagem 08), Confiança, Aliança, Corcovado e Industrial Pernambucana.

Como aponta Blay (1985), é possível que um dos primeiros setores produtivos a adotar a construção de vilas operárias tenha sido o das ferrovias, não só no interior do estado de São Paulo, mas em todo o país (Imagem 09).



**Imagem 08**

À esquerda, a Companhia Petropolitana e, à direita, a vila operária. Foto da década de 30. Fonte: <http://picasaweb.google.com/lh/photo/LS-OE5FW2KozYBMJlp5qPg> . Acesso em 29 de julho de 2009.



**Imagem 09**

Vila Operária da ferrovia de Marituba-Pará. A estação (1884), ao fundo, a torre da caixa d'água e a vila ferroviária. Fonte: [http://www.crdp-strasbourg.fr/archi\\_pat/articles](http://www.crdp-strasbourg.fr/archi_pat/articles). Acesso em 29 de julho de 2009.

Outro setor que aderiu à mesma estratégia foi a indústria têxtil. O nascimento desta ocorreu em resposta à necessidade de dois tipos de produtos: a sacaria para o café, então nosso principal produto de exportação, e tecidos para vestir a população. Produzindo para um mercado consumidor já bastante amplo e capacitado para exportar para alguns países da América Latina, o industrial desejava uma produção contínua, sem interrupções nem crises ligadas à mão-de-obra. Para alcançar este objetivo, despesas com a construção de casas, a contratação de um médico ou farmacêutico, a implantação de uma escola e outros eventuais serviços eram pouco significativas, se comparadas com os dispêndios na compra de centenas de teares e na construção das fábricas e da infra-estrutura a elas associadas.

É verdade que as primeiras despesas, além de resultar na garantia de permanência da força operária, também representavam fonte de retorno financeiro, uma vez que, em geral, as casas construídas pelos industriais eram cedidas aos trabalhadores em troca do pagamento de um aluguel. “O capitalista só se interessará em construir casas se ele puder recuperar e ampliar seu capital através delas” (BLAY, 1985, p. 15).

No meio rural, junto às fontes de energia e de matéria-prima, as indústrias fundaram verdadeiras cidades ou cidadelas operárias como menciona Bonduki (1994). Estabeleciam-se em locais onde existia um mercado de trabalho livre constituído, iniciando um processo de

urbanização capaz de reunir constantemente trabalhadores livres. Juntamente com o processo de industrialização acontecia a urbanização, gerando cidades industriais nucleadas por uma grande fábrica. Nesses casos, diferentemente das vilas em meio urbano, os novos núcleos necessitavam – além das residências – de postos de saúde, escolas, clubes, pequeno comércio e outros equipamentos que eram financiados pela grande indústria, a qual detinha assim o controle quase absoluto dos seus trabalhadores, tanto durante a jornada de trabalho como nas horas livres.

Essa concessão de moradia e demais benefícios oferecidos pela empresa acabava por gerar, entre empregado e empregador, uma certa relação de paternalismo. Segundo análise feita por Blay (1985), o uso, mas não a posse definitiva da terra, favorecia a dependência local. Desprovido de casa própria e terra, o operário se via dependente da fábrica e tratava com devoção e respeito seu empregador, o que anulava, na maioria das vezes, seu espírito revolucionário, tirando-lhe a capacidade de exigir melhores salários.

Distante das grandes cidades, os núcleos fabris instalados na zona rural ainda agregavam à vida operária segurança contra as epidemias, constantes nas aglomerações urbanas, e integridade moral e política, como bem ressaltou Vianna (2004, p. 9):

Afastando-se do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos, ampliou-se o controle das circunstâncias que envolviam o cotidiano operário nos assentamentos que criaram, o que possibilitou aos industriais, a chance de obter um grupo de trabalhadores mais produtivo e submisso.

Se por um lado a vila operária sujeitava o trabalhador aos interesses patronais, por outro lado, significava para o trabalhador ter moradia próxima ao seu local de trabalho, ter casa, emprego certo, salário garantido e ainda livrar-se das condições degradantes dos cortiços insalubres das grandes cidades e dos casebres miseráveis do campo.

A vida e a organização do trabalho nesses núcleos exigiram uma grande adaptação dos trabalhadores. Exemplos disso são os novos hábitos domésticos e de lazer, a disciplina da fábrica, da escola, do padre, do vigia e do médico. Assim, “a vila operária, é um dos bens em

que o capital privado investe para tornar possível armazenar a força de trabalho livre necessária à produção” (BLAY, 1985, p. 40).

Quanto à arquitetura das vilas, Bonfim (2007, p. 83) assim descreve as formas empregadas aqui no Brasil:

... existiam algumas variações em relação as casas operárias e ao seu espaço de convívio social. Um dos exemplos de vila particular é a projetada pelo engenheiro Regino Aragão, em 1911, que é similar a muitos outros empreendimentos para habitação operária. Pela planta da vila percebe-se a racionalização da organização espacial, que buscou reduzir ao máximo o preço da construção e tirar o maior proveito possível do terreno, e ao mesmo tempo seguia os padrões municipais para desfrutar dos incentivos fiscais. Apesar da variedade de tipos de habitação, todas se baseavam numa viela central, casas geminadas, tanques e banheiros no fundo dos lotes, corredor perpendicular à rua, ausência de recuos laterais e frontais, entre outros.



**Imagem 10**

Vila projetada por Regino Aragão.

Fonte: Nabil Bonduki, *Origens da habitação social no Brasil*, p. 51.

Bonfim (2007, p. 84) nos aponta também os requisitos da boa habitação operária: “casas unifamiliares e higiênicas, controle patronal, e ampla gama de equipamentos coletivos, como igrejas, biblioteca, teatro, creche, jardim de infância, grupo escolar, consultório médico e dentário, assoc. recreativa e beneficente”. Esses requisitos viam-se na Vila Maria Zélia



(Imagem 11), situada no bairro de Belenzinho, em São Paulo, e construída pelo industrial Jorge Street, entre 1911 e 1916. Esta Vila foi projetada pelo arquiteto francês Pédarrieux e destinava-se a abrigar os dois mil e cem funcionários que trabalhavam na Companhia Nacional de Tecidos de Juta.. Foram erguidas 198 casas com dois, três e até quatro dormitórios, de tamanhos que variavam entre 75 e 110 metros quadrados. Havia água encanada, energia elétrica e calçamentos. Podiam morar na vila pessoas que trabalhavam na fábrica de juta. Além das casas, foram construídas uma igreja, creche, farmácia, salão de baile, campo de futebol, armazém, sapataria, área de lazer e duas escolas.



**Imagem 11**

Vista das construções da Vila Maria Zélia.

Fonte:

<http://www.rabisco.com.br/43/mzelia.htm>.

Acesso em 21 de out. de 2007.

Como foi visto, desde o século XVIII, os teóricos influenciaram o desenvolvimento e a configuração espacial das fábricas e da moradia do operariado. As idéias deles chegaram ao Brasil em fins do século XIX. Fábricas e vilas operárias com características européias foram implantadas e consolidadas no sudeste do Brasil. Elas chegaram também ao Nordeste, com características próprias e peculiares. No estado da Paraíba, elas estão bem representadas pela “cidade fábrica” de Rio Tinto, tema de estudo deste trabalho. Vejamos nas páginas que seguem um pouco de sua trajetória histórica desde o nascimento ao encerramento das atividades fabris que lhe deram origem.

## CAPÍTULO III

### RIO TINTO: ORIGEM DO NÚCLEO FABRIL

Nascida nos primórdios do século XX, Rio Tinto é uma importante representação da tendência capitalista que acompanhou o surgimento e crescimento de vários núcleos urbanos fabris espalhados pelo Brasil. A construção de vilas operárias neste período foi um fenômeno que viria a impulsionar diversas indústrias que buscavam, em nosso vasto território, meios de administrarem suas instalações dispondo de farta mão-de-obra e mantendo-se distante das associações sindicais.

Dez anos após a morte do patrono da família Lundgren, Herman Theodor, seus filhos empenharam-se, em 1917, em investir na ampliação de sua indústria têxtil, já bem próspera, situada na cidade de Paulista-PE. Seus cinco filhos, Herman Lundgren Junior, Frederico João, Guilherme Alberto, Arthur e Ana Louise resolveram ampliar suas atividades com a construção de outro estabelecimento que fosse modelar em tudo e por tudo, de acordo com o mais avançado padrão da técnica industrial. “Não seria, apenas, uma fábrica, mas uma arriscada experiência social, pois que, no plano, já estava prevista a futura cidade: da fábrica, a vila; da vila, a fábrica” (GÓES, R. 1963, p. 87).

Segundo Góes, R. (1963), no ano de 1917 chegava às terras do antigo Engenho Preguiça, no município de Mamanguape – PB, enviado pela família Lundgren, Artur Barbosa de Góes, que desde alguns anos exercia a função de corretor para a companhia de tecidos da família (GÓES, R. 1963). Apesar de mal vistas pelos mais entendidos da região, essas terras despertavam muita esperança na família, que as comprara. Segundo Amélia Panet (in PANET, A. et al, 2002. p. 27), foram aproximadamente 660 Km<sup>2</sup> de terras adquiridas (Ver Imagens 12 e 13. Terras pantanosas e doentias, para muitos as piores da zona de

Mamanguape, mas mesmo assim elas seriam o local onde se realizaria o objetivo dos Lundgren: “Plantar gente.”



**Imagem 12:** Zona de dominação Comercial do grande Mamanguape (1700 – 1900). Fonte: Luis Eduardo-LABOCAR-UFPB, 1986, in Costa 1986, apud AMÉLIA PANET, in PANET, A. et AL, 2002.p.20.



Desejosa de expandir seus negócios, a família sueca encontrou naquele lugar, onde hoje se localiza a cidade de Rio Tinto, o incentivo de que necessitava para ampliar seus empreendimentos. Distantes da capital paraibana, as terras prestavam-se ao cultivo do algodão, incluíam uma extensa mata natural, donde se poderia obter energia, e, pelo aspecto argiloso de suas terras, eram propícias para a instalação de uma olaria, necessária à construção das edificações. Além disso, diferentemente do Rio Grande do Norte, o governo paraibano deu total apoio ao projeto dos Lundgren, oferecendo isenção do pagamento de impostos por pelo menos 25 anos, em virtude das responsabilidades que a família assumiria em relação à população que estaria sobre sua jurisdição. Outra condição essencial para o desenvolvimento de qualquer indústria nesse período era a existência de um porto nas proximidades (Imagem 14), e este foi criado, com o nome de Porto Novo, a 12 quilômetros da foz do rio Mamanguape, garantindo o escoamento da produção para o exterior.



A verdade é que o sítio escolhido reunia três condições econômicas essenciais à perspectiva da época: proximidade de matéria-prima, facilidade de transporte e disponibilidade de fontes de energia; mas, como indica Egler (1989), mais do que uma explicação econômica, existia um fator político muito importante. Este consistia no fato de

que, em 1917, desenvolvia-se no Recife um forte movimento operário que culminou com a organização de greves. Portanto, a construção, naquele local, do empreendimento fábrica – vila operária, fechado em si mesmo, com pouco contato exterior, criava as condições ideais para manter sobre controle a força de trabalho.

A localização no campo explica-se economicamente pela obtenção de terra com baixo preço e situada junto a fontes de energia. Alia-se a isto o fato, já mencionado, de se buscar, como melhor ambiente para a classe operária, locais afastados dos grandes centros urbanos, fortalecedores dos movimentos sociais. Ademais, esse confinamento também favorecia o controle dos fluxos entre o empreendimento e o exterior, estabelecendo um maior controle do empregador sobre a vida operária, capaz de impedir atividades vistas por ele como incompatíveis com o cotidiano regrado e produtivo que deveriam ter os trabalhadores. Afastavam-se da realidade operária, por exemplo, bordéis, bares, sedes de sindicatos e partidos operários, templos de umbanda, protestantes e espíritas. A população operária, em vez disso, era favorecida com serviços de educação, saúde, lazer, moradia e trabalho, em virtude do acordo firmado entre a empresa e o governo da Paraíba.

Góes (1963, p. 91) relata que em 15 de fevereiro de 1918, Frederico Lundgren, visando à posse efetiva das terras recém-adquiridas, contratou Apolônio Gomes de Arruda como administrador do Engenho Rio Tinto e escreveu a próprio punho as primeiras instruções relativas ao empreendimento:

Paulista, 15 de Fevereiro de 1918.

O Sr. Apollônio Gomes de Arruda segue para o Rio Tinto com as seguintes instruções:

- 1º) Tomar conta e ser administrador do Engenho preguiça;
- 2º) Engajar e despedir o pessoal que for necessário;
- 3º) Trabalhar com quatro cabos, sendo que cada um deles trabalhará com quatorze homens;
- 4º) Construir palhoças de palmeiras para os trabalhadores do campo: sendo dezoito casas para cada cabo. Os trabalhadores dessas palhoças não pagarão aluguel. As palhoças serão todas iguais e serão feitas por empreitada, cuja fiel execução será fiscalizada pelo Sr. Apollônio;
- 5º) Drenar e esgotar as águas da lagoinha, derrubar o mato que nasce nela, fazer leirões para aproveitar o esgotamento das águas e canalizar as águas para o rio Mamanguape e plantar capim liso nos leirões;



- 6º) Fazer serviços semelhantes no Rio Preguiça(hoje chamado Rio Tinto) e demais águas dos dois rios que se encontram atrás da casa do “Engenho”;
  - 7º) Derrubar as capoeiras em frente a casa do Sr. Albertino, aproveitando-se a lenha;
  - 8º) Morar na casa onde está morando o Sr. Albertino;
  - 9º) A drenagem a qual se refere o Art. 6º, deve ser feita até uns 500 metros acima da casa do Engenho;
  - 10º) O Sr. Apollônio não poderá ter barracão direta ou indiretamente, nem ser sócio ou interessado em qualquer quitanda, venda ou casa de negócios;
  - 11º) O seu salário será de 150\$000 por mês, com casa;
  - 12º) O Sr. Apollônio ou qualquer pessoa que entrar em conhecimento do ordenado do Sr. Apollônio, não deverá divulgar o ordenado;
  - 13º) O Sr. Góes apresentará o Senhor Apollônio como administrador do Engenho “Rio Tinto” e especialmente ao Prefeito de Mamanguape;
  - 14º) Colocar Antônio Honorato com ordenado de 100\$000 por mês.
- (as.) Frederico João Lundgren.

As terras do antigo Engenho Preguiça logo receberam o nome de Nova Descoberta, mas não seria esse o nome que as identificariam permanente-mente no futuro. Quando a fábrica de tecidos Nova Descoberta começou a funcionar, chegou pessoal treinado e apto para o serviço de tecelagem vindo dos estados de Alagoas e Sergipe, cedido ao coronel Frederico Lundgren pelo também pioneiro Delmiro Gouveia. Os recém-chegados estranharam a água de beber que lhes era oferecida. Segundo Fernandes (1971), os novos operários não consumiam a água de que os nativos tão bem se serviam. Veio, então, um sanitarista de Recife que constatou que as águas nascentes das cabeceiras do Rio Vermelho (Imagem 15), que atravessava Nova Descoberta, eram realmente de cor muito avermelhada. Deve-se a isso o fato de o local, a partir de então, ter passado a se chamar Rio Tinto.



**Imagem 15**  
Rio Vermelho, que deu origem  
ao nome Rio Tinto.  
Fonte: Acervo próprio.2007

Foram difíceis os serviços de aterramento executados naquelas terras. De acordo com Fernandes (2000), o trabalho era feito manualmente, o material sendo todo conduzido por centenas de jumentos. Foram transportadas incontáveis toneladas de barro, pedra e areia.

Após os aterros, iniciou-se a construção das casas dos operários e dos prédios para receber as máquinas que chegavam em barcaças a vela.

Tijolos e telhas produzidos arcaicamente na antiga tijoleira (Imagem 16), tendo por instrumento mãos e pés, eram queimados em fogueiras imensas, como descreve Fernandes (2000). Ele nos informa também em que nenhuma construção do empreendimento utilizou-se cimento, tendo sido empregado no lugar deste, um material originário de pedra calcária, que triturado e queimado, serviu de aglomerante.

Tiveram prioridade, no início da construção, as instalações da fábrica. A casa de força motriz, a seção de tecelagem, com 7.200 m<sup>2</sup> de área construída, e a seção de fiação, com 6.400 m<sup>2</sup>, foram as primeiras edificações a serem erguidas (FERNANDES, 2000).



**Imagem 16**

Antiga tijoleira para a fabricação de tijolos e telhas necessários à construção da cidade.

Fonte:

<http://www.riotintopb.com.br/v2006/>

A vila operária de Rio Tinto deveria dispor de transporte fluvial, usina termelétrica, sistema de abastecimento de água, atividades agrícolas, ferrovia privada, fábrica de tijolos (Imagem 16), serraria, oficina mecânica, fundição, hotel, escolas, hospital, padaria, farmácia, clube, cinema, feira e armazém de consumo (MELO, 1988). Para tornar tudo isso realidade, o



Grupo Lundgren necessitou procurar financiamento. Tendo este sido negado pelo Banco do Brasil, o grupo procurou e encontrou apoio no capital alemão e inglês, o que ocasionou, inclusive, a vinda de empregados europeus para trabalhar na fábrica rio-tintense. Tal imigração contribuiu para a difusão de uma série de costumes e influências até hoje encontradas na cidade, principalmente na sua arquitetura. Como observou Amélia Panet (in PANET, A. et al, 2002), em algumas edificações de uso coletivo se observam traços europeus e a utilização de elementos do *art déco*.

Na primeira metade da década de 1930, quando o presidente Getúlio Vargas visitou Rio Tinto, ele definiu a cidade dizendo que ali era “o recanto mais europeu de toda a Paraíba” (GOUVÊA, 2007). Nesta época, oitenta famílias alemãs acabavam de se instalar em Rio Tinto. Eram clãs de operários fabris qualificados, especializados em produzir tecidos de todos os tamanhos e feitios, que traziam os hábitos de sua terra para a pequena vila operária.

O contato com o presidente garantiu à companhia de tecidos contrato para a produção de brim branco e mescla azul que seriam utilizados na confecção de todo o fardamento da marinha brasileira. Com isso, segundo Gouvêa (2007), a fábrica conseguiu tornar-se a maior unidade fabril têxtil da América do Sul, tal era o volume de sua produção.

Na verdade, os ideais do coronel Frederico Lundgren nunca foram modestos. Ele tinha o desejo de implantar em Rio Tinto uma nova e moderna fábrica de tecidos com uma seção de fiação capaz de abrigar, em 6.400 m<sup>2</sup>, 760 teares, 37 máquinas de cardar, 9 máquinas de esfriagem, 31 bancos (grossos, intermediários e finos), 13.000 fusos, 5 urdideiras e 3 engomadeiras (FERNANDES, 2000).

Segundo Egler (1989), desde o princípio, as histórias da fábrica e da cidade estiveram tão entrelaçadas que não se pode dizer que a cidade abrigou a fábrica, pois ela nasceu da própria fábrica. Paralelamente à construção desta, a vila operária representava o suporte

necessário para o controle da mão-de-obra que a operaria, oferecendo moradia, lazer, educação, segurança e outros benefícios necessários ao bem-estar do trabalhador.

Juntamente com a implantação das instalações fabris, acontecia a edificação das casas que abrigariam seus futuros operários. Iniciada em 1918, com os trabalhos de terraplenagem, a construção da cidade estendeu-se além de 1924, data de inauguração da fábrica, prolongando-se até o ano de 1948.

Em 1956, a conversão das terras da fábrica em município, com sede na vila operária, seria uma conquista dos Lundgren, que procuravam acrescentar poder político ao poder econômico que detinham. A participação da família na política vinha acontecendo desde 1950, com a presença, durante mais de uma década, de um representante dela na câmara municipal de Mamanguape, município do qual Rio Tinto era distrito. Em 1959, Arthur Lundgren, irmão do fundador de Rio Tinto, foi nomeado prefeito da nova cidade. “O interesse na criação do município parece estar na busca de maior autonomia, uma vez que oferece a indústria melhores condições de controlar a administração de um município totalmente escravo de suas terras” (CORREIA, in PANET, A. et al, 2002, p. 146).

“O trabalho, a terra, o espaço construído, as casas, a escola, o hospital, a recreação, a repressão policial, se constituíam nos espaços de dominação do primitivo capital industrial” (EGLER, 1989, p. 153). As palavras de Fernandes (1971, p. 46), ao referir-se à fábrica, reforçam essa observação: “Tudo é propriedade dela, até o ar que se respira”.

Rio Tinto é um estado dentro de outro estado (...) é um feudo, nem é cidade nem é município (...) declaro que certas e determinadas leis com aplicação normal em todo o território nacional, em Rio Tinto os poderosos (atuais) donos do feudo, insistem em violá-las constantemente.

Quanto à configuração espacial de Rio Tinto, embora se admita que tenha sido a que melhor reproduzia os padrões produtivos desejados pela família Lundgren, ela está longe de ser considerada como modelo de “cidade ideal” nos padrões modernos de desenvolvimento democrático. Relativamente aos ideais utopistas do século XIX, que visavam à qualidade de

vida e de trabalho de todas as camadas sociais, Rio Tinto mais se assemelha aos antigos feudos, uma vez que, o modo de vida capitalista, teoricamente, se caracteriza pela não-interferência do patrão na vida privada do trabalhador.

Nascida como núcleo fabril, atendendo aos anseios da família Lundgren, a cidade guarda em sua configuração espacial, registros do apogeu da indústria têxtil, que lhe garantiu o desenvolvimento por muitos anos. Como assinalou Egler (1989), em Rio Tinto a leitura do seu desenho urbano mostra como a vila se organizou em torno das atividades fabris, tal desenho e a arquitetura das edificações relembrando a construção das cidades inglesas do século anterior.

Em 1950 (ou seja, antes mesmo da atuação da SUDENE), sentindo a necessidade de ampliação e modernização para competir com as fábricas do sul do país, a fábrica rio-tintense adquiriu novos teares. Com máquinas mais modernas que precisavam de menos operários para funcionar, ocorreu a demissão de alguns funcionários naquele ano, de acordo com Amélia Panet (in PANET,A. et al, 2002).

Em 1962 a fábrica beneficiou-se do programa de reequipamento da indústria têxtil instituído pela SUDENE. Ela comprou, nesse ano, nova maquinaria e reformou galpões, proporcionando com isso maior qualidade aos seus tecidos. Dessa vez a fábrica dispensou mais de 1.200 operários. No biênio 1963-64, mais 2.000 operários foram demitidos, nessa época ocorrendo a desativação de parte da tecelagem da empresa. Alguns dos operários demitidos – os que tinham mais de dez anos de emprego – conseguiram a aquisição da casa onde moravam como indenização.

A casa, antes instrumento de controle e imobilização da mão-de-obra, passa, com a decadência desse tipo de industrialização, para as mãos dos operários, agora como instrumento de liberação das responsabilidades, um acerto de contas, forma de “se livrar do operário, sem grandes prejuízos para a Cia.” (AMÉLIA PANET,in PANET,A. et al, 2002, p. 37).

No final da década de 60, com maior suporte dado pela SUDENE, ocorreram mais mudanças tecnológicas. Havendo, porém, máquinas antigas convivendo com outras bem

modernas, intensificaram-se as desigualdades tecnológicas entre setores, o que prejudicou a produtividade no global. Não só em Rio Tinto, mas em várias indústrias no nordeste do Brasil, esta foi uma das causas da decadência da indústria têxtil, que não acompanhava os avanços da concorrência no sul do país (AMÉLIA PANET, in PANET,A. et al, 2002, p. 38).<sup>1</sup>

“Aos poucos a Companhia de Tecidos Rio Tinto foi diminuindo suas atividades, até que em 1983 a fábrica parou.” (AMÉLIA PANET, in PANET,A. et al, 2002, p. 38) Sua história é hoje fonte de uma riqueza cultural transcrita nos monumentos arquitetônicos que emolduram a cidade e definem seu traçado urbano. Traçado de uma cidade têxtil operária que durante muitos anos foi referência de autonomia econômica, mas que, depois de conhecer um apogeu, caiu em decadência, engavetando para sempre na memória da industrialização brasileira os frutos de sua vitalidade.

As características desta urbanização serão adiante detalhadas. Tendo como fundamento principal as pesquisas de Amélia Panet e Telma Correia (2002), observar-se-á como a formação inicial desta cidade reflete os ideais da família Lundgren de aí formar uma cidade operária modelar para atender seus anseios produtivos.

---

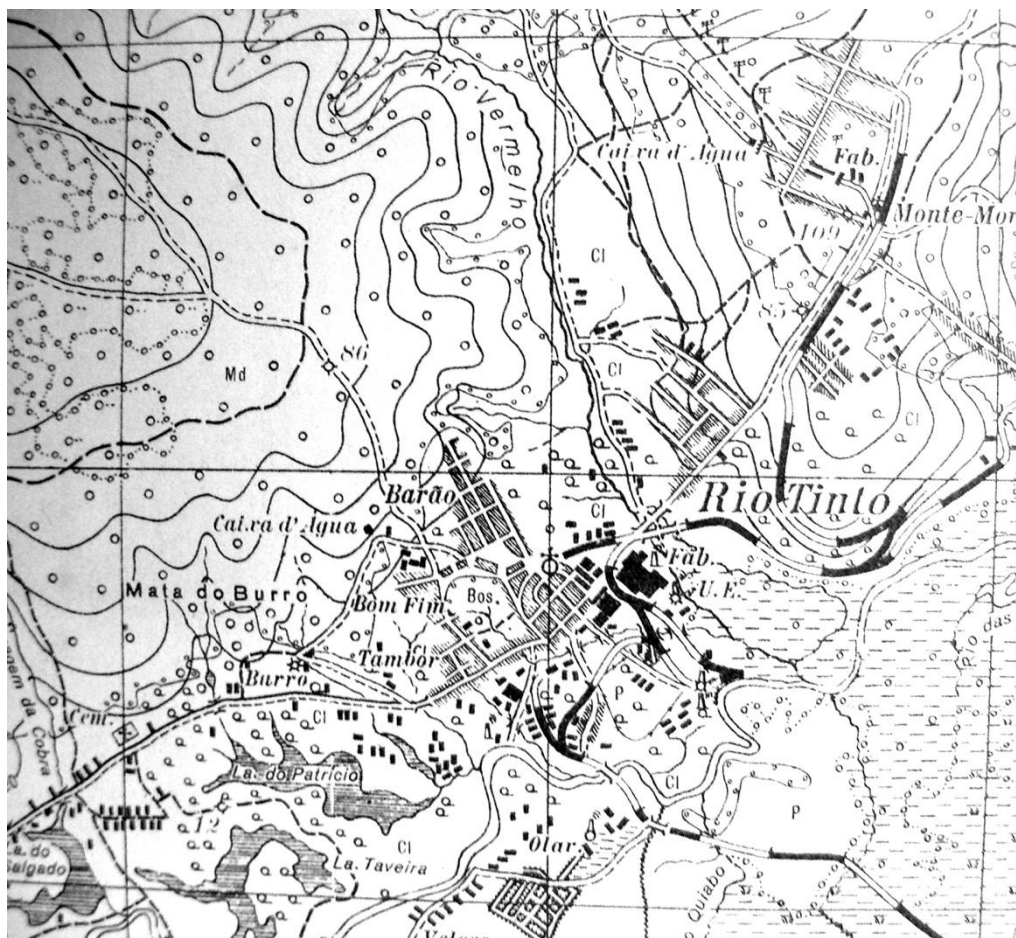
<sup>1</sup> Este é um questionamento que ainda precisa ser explorado por economistas e historiadores. Até o momento, nenhuma afirmativa, concretamente, explica o fato da decadência dos Lundgren.

## CAPÍTULO IV

### URBANISMO E ARQUITETURA DE RIO TINTO:

#### DO NASCIMENTO À DÉCADA DE 1970

Espelhada na estrutura urbana existente em Paulista-PE, Rio Tinto nasce com a pretensão de aperfeiçoá-la. “A forma dessas duas cidades não foi resultado de projetos urbanos previamente planejados por especialistas” (CORREIA, in PANET, A. et al, 2002,p.151), mas resultaram principalmente da percepção dos proprietários fabris. A imagem 17, mapa da cidade de Rio Tinto de 1946, retrata o traçado dos primeiros aruamentos e como a cidade foi se formando ao ritmo das novas necessidades de moradias, prédios públicos e equipamentos como cinema, igreja, clubes, etc.



**Imagem 17**

. Fonte: BRASIL. Ministério do Exército. Departamento de Engenharia e Comunicações. Diretoria do Serviço Geográfico. Mamanguape (SB-25-Y-A-V-4), 1946.

Embora possua ruas largas, arborizadas e com canteiros centrais, sua implantação deu-se sem um planejamento global. Segundo Lima Junior (2006), Frederico Lundgren, fundador de Rio Tinto, desejava construir um modelo de cidade, tendo como base Paulista, sua cidade-irmã, onde sua empresa teve início e se desenvolveu até necessitar expandir-se em novas terras. Assim, Rio Tinto e Paulista compartilham muitas semelhanças, como os nomes das ruas, que nelas se repetem. Mas não é só isso, como observou Correia (in PANET, A. et al, 2002, p. 160):

Os dois núcleos adotam soluções semelhantes de moradia operária com a predominância de casas geminadas ou em longos blocos, às vezes dotadas de alpendres frontais. Porém se distinguem em relação as características arquitetônicas dos prédios de uso coletivo e das casas destinadas aos técnicos e gerentes (...) Rio Tinto revela certa unidade, permitida pelo largo uso de tijolos aparentes em prédios que conciliam tendências *Art déco* com uma estética fabril despojada. Trata-se de casos em que a arquitetura marca fortemente o caráter das décadas de vinte a quarenta nos empreendimentos, enquanto o urbanismo revela os propósitos de projetos urbanos com forte ênfase na segurança da propriedade e na disciplina do cotidiano.

Quanto à moradia, Rio Tinto reflete, como acontece em outras vilas operárias, diversas estratégias de gestão em diferentes épocas. Em Paulista, no início da sua implantação, eram freqüentes os casebres de palha situados em terrenos amplos, solução destinada às famílias vindas da zona rural, que lhes permitia plantar e criar animais para a sua subsistência. Essa estratégia, num momento em que a indústria se estruturava, garantia a atração de mão-de-obra rural e alojamento barato para os trabalhadores. Apenas mais tarde é que esses mocambos seriam substituídos por moradias de alvenaria em arruados vizinhos da fábrica (CORREIA, in PANET, A. et al, 2002). Em Rio Tinto, para os trabalhadores da companhia de tecidos, desde o início foram construídas casas de alvenaria, de propriedade dela. “Os primeiros arruamentos instalados dispunham-se em torno da primeira fábrica instalada (Imagem 18), nos pontos mais altos do terreno, distanciando-se das margens dos rios que cortam a região” (CORREIA, in PANET, A. et al, 2002, p. 155). Em seguida, foram construídos os prédios de uso coletivo. Só em 1936 é que foram construídas as edificações da

Vila Regina, como forma de expansão do núcleo inicial de Rio Tinto.



**Imagem 18**

Vista aérea da fábrica e de parte da cidade, em 1963.

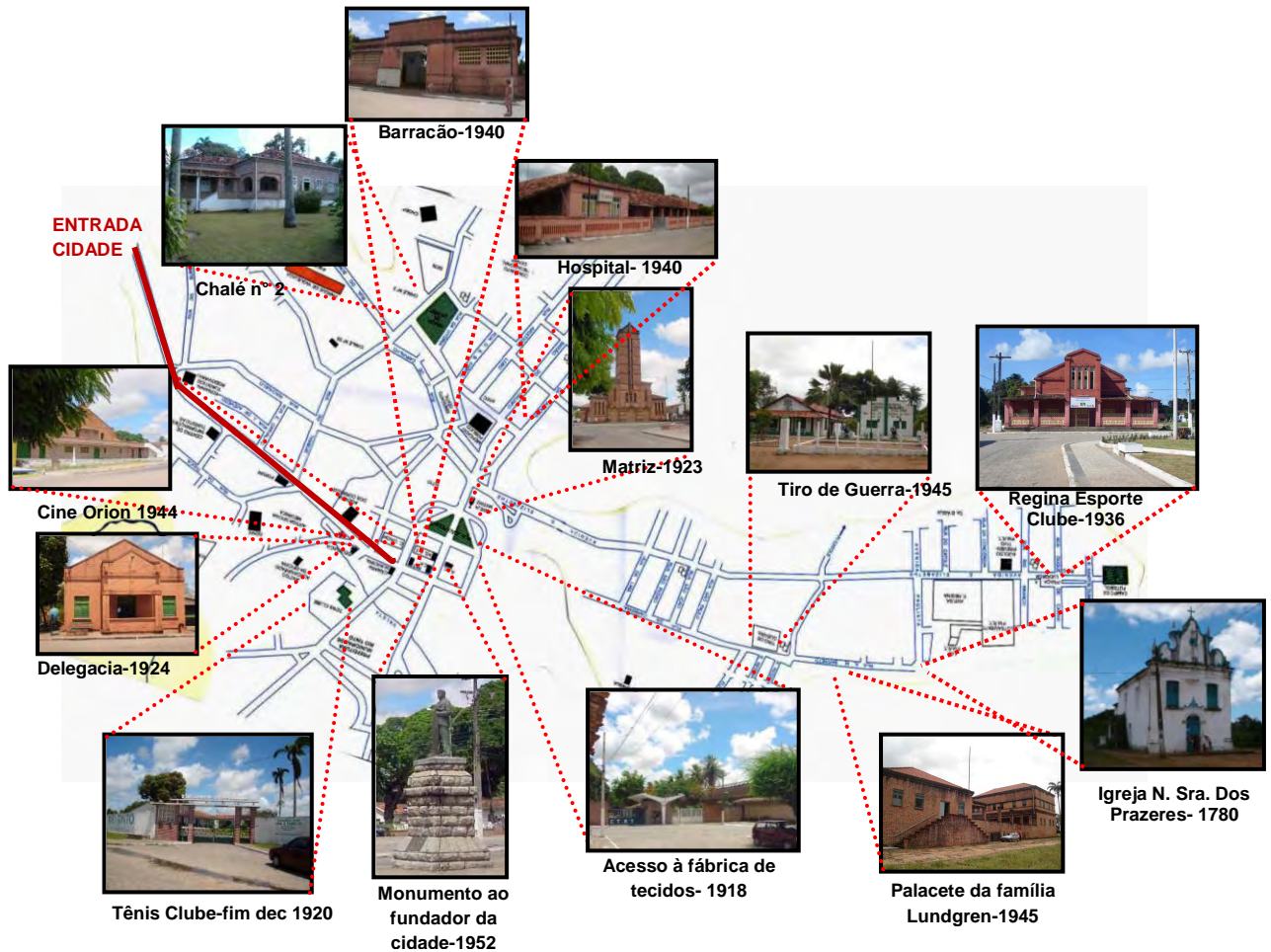
Fonte: Arquivo Antonio Luis.

Sob todos os aspectos, Rio Tinto se mostra como uma versão mais elaborada de Paulista. Com palmeiras ornamentais na avenida principal, exibe não só nela, mas também nas ruas que a cruzam, uma arborização agradável que ameniza o clima e engrandece a paisagem. Suas praças e prédios públicos dão ar de modernidade ao conjunto. A unidade arquitetônica dos edifícios é garantida principalmente pelo emprego do tijolo aparente nos prédios de uso coletivo e nas moradias dos patrões, diretores e empregados mais graduados.

A avenida principal, a entrada da cidade de Rio Tinto, denominada Tenente José de França, porém mais conhecida como Rua do Patrício, se caracteriza por sua arborização de palmeiras imperiais, que continuam sendo um cartão-postal do lugar, mas não o único. Chega-se através dela aos portões da fábrica. Contornando à esquerda, passa-se pela Praça João Pessoa, onde se situa a imponente Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, construída com tijolos aparentes. No meio dessa praça está localizada a estátua do coronel Frederico João



Lundgren.( Ver imagem 19)



**Imagem 19**

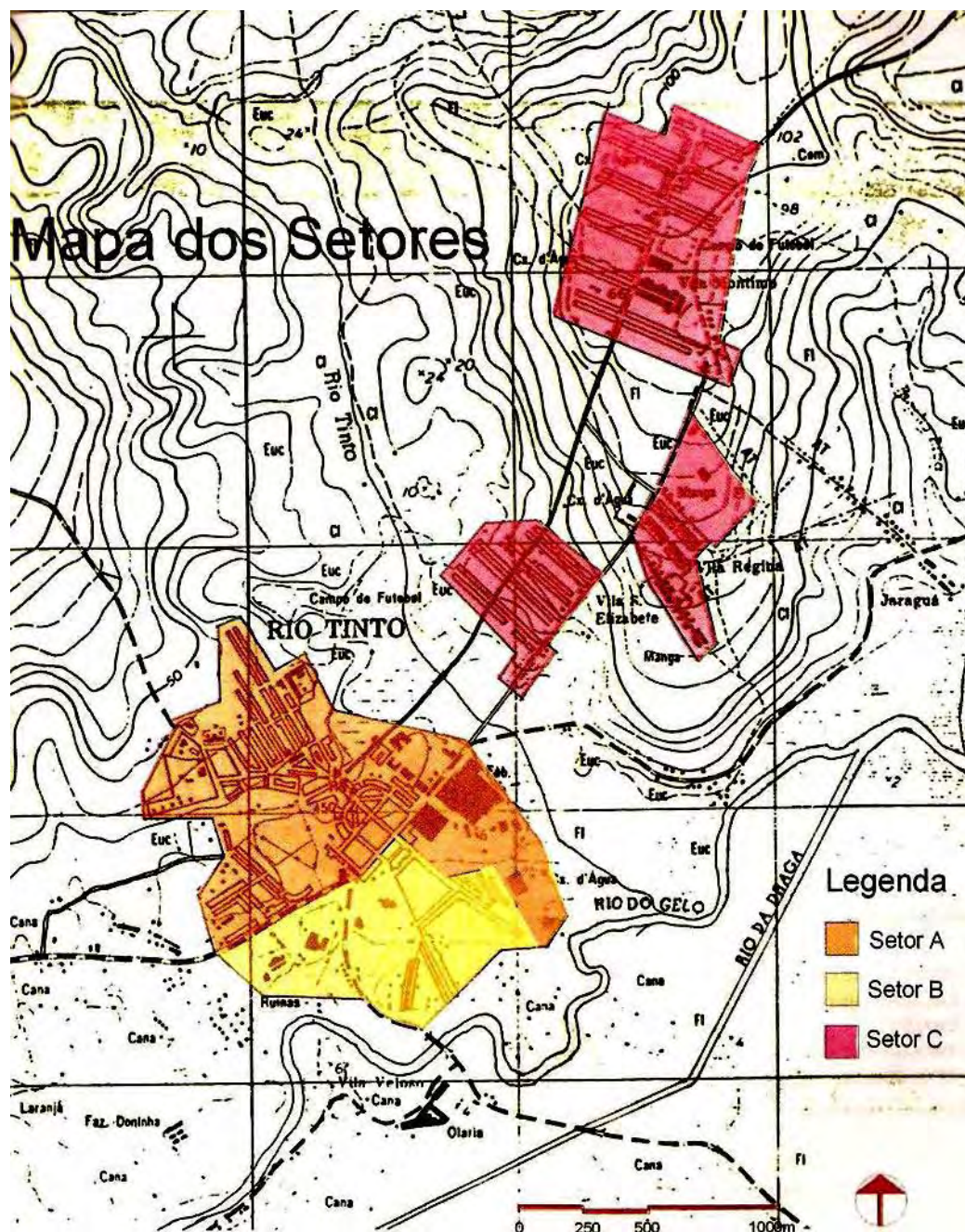
Planta de Rio Tinto com fotos de algumas de suas construções marcantes.

Fonte: Mapa Ilustrado de Rio Tinto. 2006. Prefeitura Municipal. Adaptação nossa.

São várias as edificações de uso coletivo erguidas na cidade que exibem alguma influência européia em seu traçado arquitetônico. Elas garantiam lazer, saúde, segurança e educação para a população e hospedagem para os seus visitantes.

Sobre a distribuição espacial das casas e edificações de uso coletivo, Amélia Panet (in PANET,A., et AL, 2002 ) fez uma análise das tipologias existentes na cidade, dividindo-a em três setores, vistos nas imagens que seguem:





**Imagem 20**

Setorização de Rio Tinto proposta por Amélia Panet.

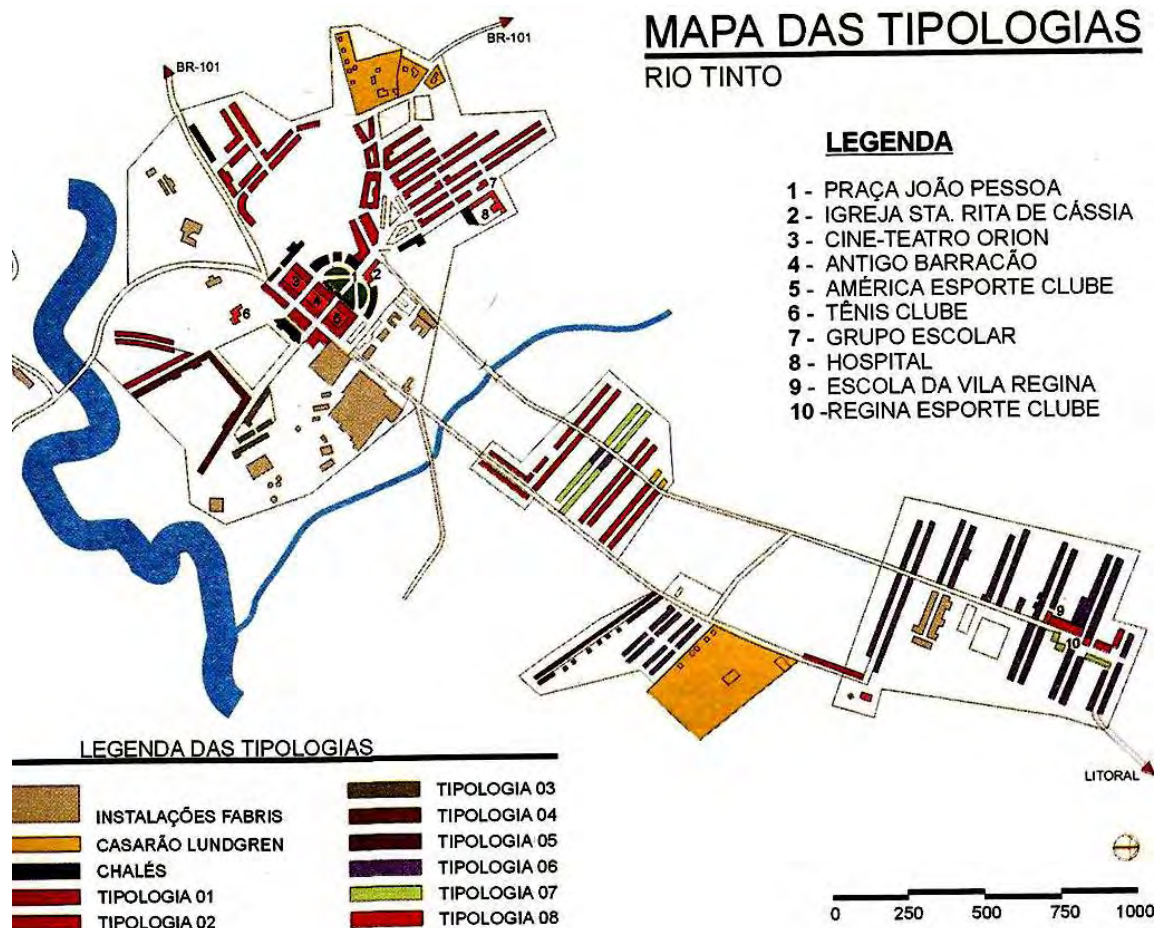
Fonte: SUDENE SB 25-Y-A-V4-NE, 1974, atualizada pela Planta IBGE 1990. Apud Panet, A. et al (2002, p.45)

O setor A corresponde ao núcleo inicial, o setor B é um complemento do primeiro e o setor C engloba três núcleos situados na parte mais alta da cidade, conhecidos pelo nome de Vila Regina.

As casas dos operários foram divididas em oito tipologias de acordo com suas plantas,

fachadas e implantação no terreno. Além delas, há dois outros tipos de habitação na cidade: chalés e as mansões dos Lundgren.

O setor A se inicia na Avenida Tenente José França. Esta possui logo no início, do lado esquerdo, uma fileira de chalés e em seguida uma fileira de casas geminadas duas-a-duas ou parede-meia denominadas de tipologia 2 por Amélia Panet. No prolongamento desta avenida, a Rua da Mangueira, vêm-se dos dois lados casas também geminadas, unidas em um bloco único, da tipologia 1.



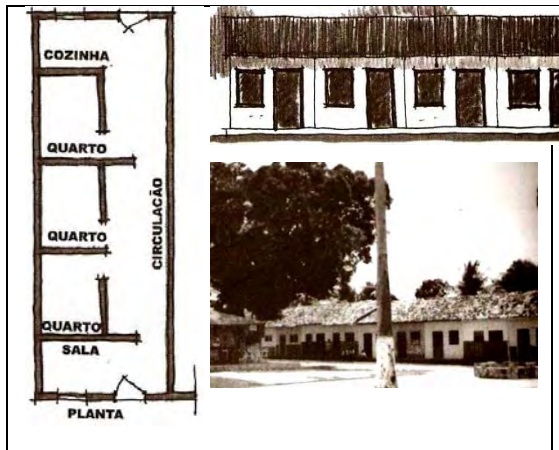
**Imagem 21**

Mapa das tipologias, segundo Amélia Panet.

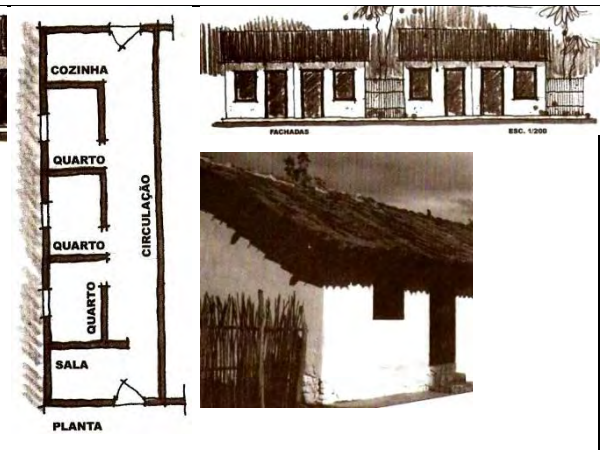
Fonte: SUDENE SB 25-Y-A-V4-NE, 1974, atualizada pela Planta IBGE 1990. Apud Panet, A. et al (2002, p. 46)



Tipologia 1



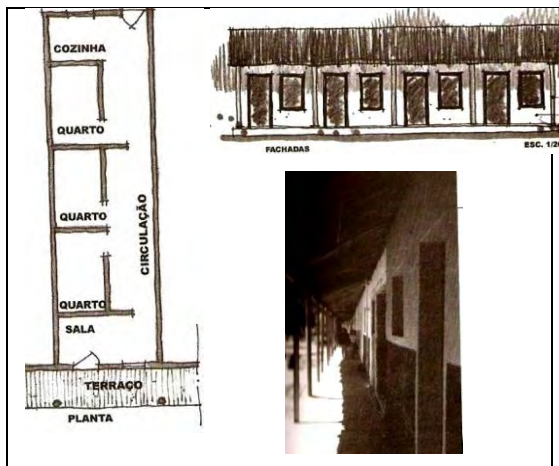
Tipologia 2

**Imagem 22**

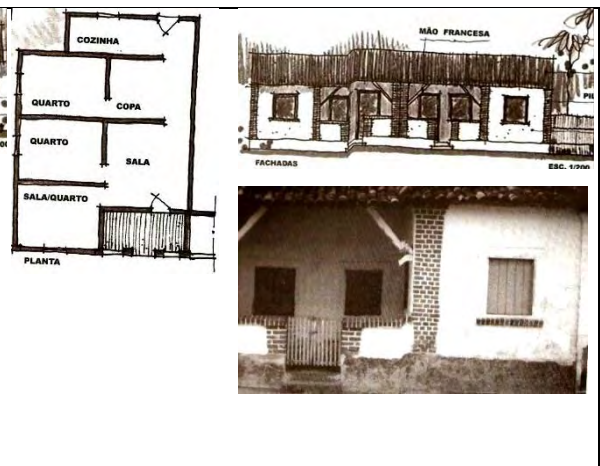
Tipologias 1 e 2, segundo Amélia Panet.

Fonte: Panet, A. et al(2002)

Tipologia 3



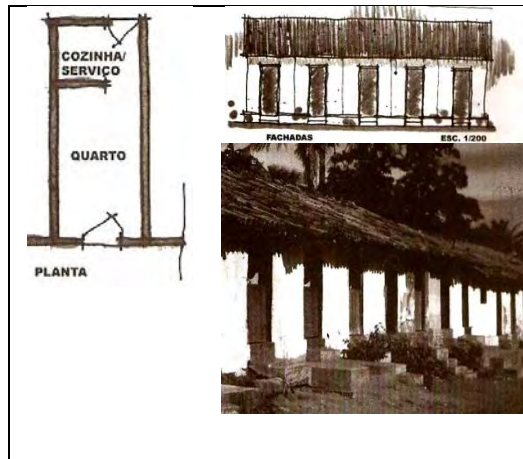
Tipologia 4

**Imagem 23**

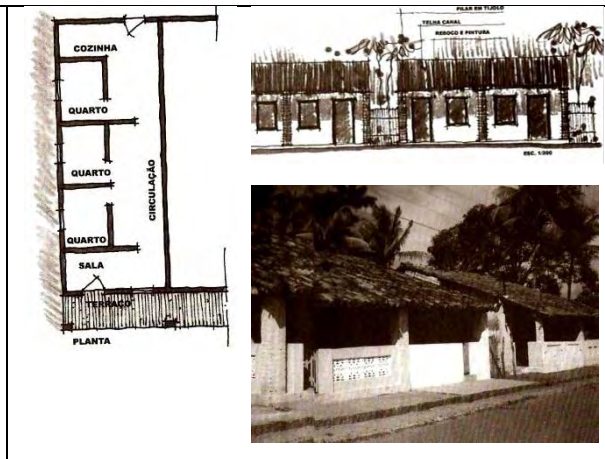
Tipologias 3 e 4, segundo Amélia Panet.

Fonte: Panet, A. et al (2002)

### Tipologia 5



### Tipologia 6

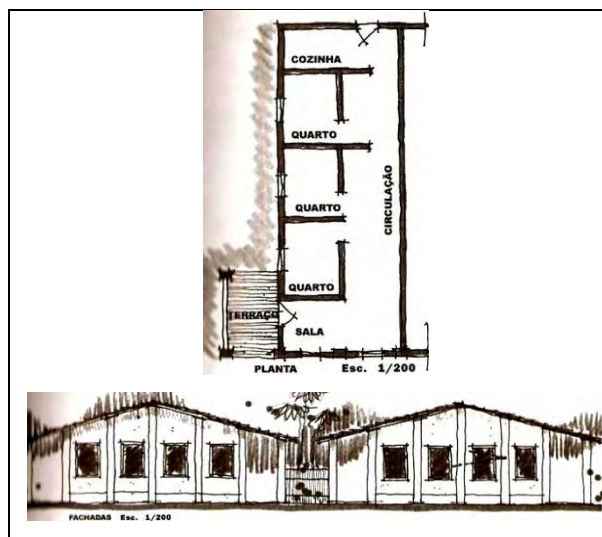


**Imagem 24**

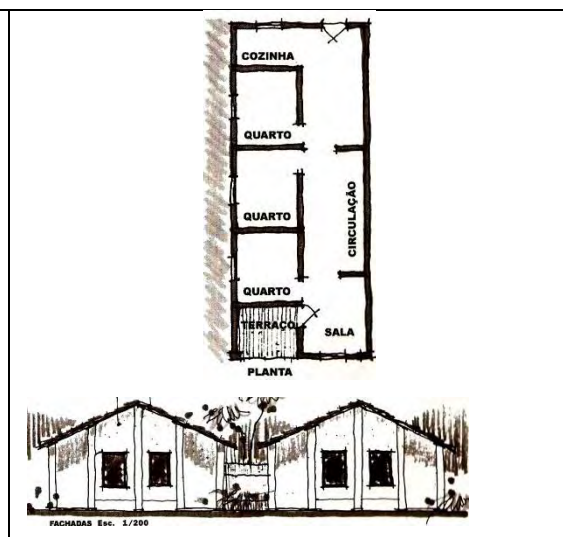
Tipologias 5 e 6, segundo Amélia Panet.

Fonte: Panet, A. et al(2002)

### Tipologia 7



### Tipologia 8



**Imagem 25**

Tipologias 7 e 8, segundo Amélia Panet.

Fonte: Panet, A. et al(2002)



**Imagem 26**

Tipologia chalé, encontrada na entrada da cidade.

Fonte: Acervo próprio.2008.

Na praça também encontramos chalés (Imagem 26) e casas geminadas em bloco único da tipologia 1. A Igreja de Santa Rita de Cássia (Imagem 27) foi construída em 1923 e ampliada em 1945, tornando-se uma grande matriz. As ruas Aristides Lobo (Imagem 28), Barão do Triunfo, da Aurora e Severino Cabral possuem casas geminadas em bloco único da tipologia 1, com dois quartos, de um lado da rua, e três, do outro.



**Imagem 27**  
Igreja de Santa Rita de Cássia.  
Fonte: Acervo próprio.2006.



**Imagem 28**  
Rua Aristides Lobo.  
Fonte: Acervo Antonio Luis.

Na Rua da Aurora, encontra-se o Hospital Municipal (Imagem 29), resultado da ampliação, na década de 40, de um posto de saúde construído em 1923. No lado oposto dessa mesma rua, se situa o Grupo Escolar Herman Lundgren (Imagem 30), construído em 1923 e ampliado posteriormente. No setor A ainda se encontram o antigo Barracão (de 1940), o cinema (Imagem 31) que começou a funcionar em 1944 e o América Esporte Clube.





**Imagem 29**  
Hospital Municipal  
Fonte: Acervo próprio.2006.



**Imagem 30**  
Grupo Escolar Herman Lundgren  
Fonte: Acervo próprio.2006.

O antigo Cine Orion (imagem 31), construído para diversão dos operários, em estilo germânico, possuía mais de 1.500 assentos e, por muitos anos, ostentou o título de maior cinema da América Latina. Servia também para a apresentação de grandes músicos e cantores. Atualmente o espaço passou por reformas e funciona como casa de espetáculos.



**Imagem 31**  
Antigo Cine Orion, hoje uma casa de espetáculos.  
Fonte: Acervo próprio.2008.

O setor B confina com o lado oriental da avenida principal da cidade e apresenta uma grande variedade de tipologias. Há nele casas geminadas das tipologias 01, 03 e 04. A última se distingue das demais tipologias pela melhor disposição dos cômodos e a existência de um pequeno terraço individualizado, enquanto que na tipologia 03 vemos um terraço único que une o bloco de casas geminadas. Supõe-se que as casas da tipologia 04 foram construídas para

abrigar empregados de algum novo setor criado ou profissionais de um nível mais qualificado. Localizam-se nesse setor o antigo Rio Tinto Tênis Clube (Imagem 32), a antiga garagem da companhia e as ruínas dos galpões das oficinas de manutenção e fundição (Imagem 33).



**Imagem 32**  
Antigo Rio Tinto Tênis Clube.  
Fonte: Acervo próprio.2009.



**Imagem 33**  
Ruínas dos Galpões das oficinas de manutenção e fundição.  
Fonte: Acervo próprio.2006.

No início da década de 1930, a indústria têxtil de Rio Tinto precisava se expandir. O setor C surge, juntamente com uma nova unidade fabril, na Vila Regina. Como observou Correia in Panet A. et al (2002), a segurança era fator essencial na definição dos assentamentos operários, buscando-se, pelo isolamento de pequenos núcleos, a garantia de baixa densidade. Essa dispersão ocorria devido à existência, entre os núcleos de construções, de grandes vazios, representados por praças, gramados e terrenos rurais. O mesmo aconteceu em Paulista, onde vários grupos de casas foram criados no meio da mata e em zonas agrícolas, ficando eles ligados ao núcleo central (onde estavam a fábrica, o comércio, os equipamentos coletivos e a moradia dos técnicos especializados e do patrão) por meio de uma estrada. Em Rio Tinto, embora um pouco diferenciada, a estrutura urbana também se compõe de dois núcleos separados e até certo ponto autônomos: o inicial (e principal) e a Vila Regina.

O primeiro núcleo reúne uma fábrica, uma igreja, a residência dos diretores e engenheiros, equipamentos de lazer como cinema e clube, escolas, hospital, armazém de consumo e casas destinadas a chefes de setores, operários e pessoal da segurança e escritório. A Vila Regina tem uma forma mais dispersa, resultante de

três conjuntos: a Vila Regina, a Vila Elizabete e a Vila Montemor. Incorporada uma unidade fabril subsidiária, casas para operários, o palacete dos Lundgren, escola, posto de saúde, clube e uma igreja (uma antiga capela preexistente). Inclui, portanto, moradia, trabalho e serviços básicos, tornando possível que apenas excepcionalmente seu morador tenha necessidade de se deslocar ao núcleo principal (CORREIA, in PANET, A. et al, 2002, p. 151).

No setor C, a Vila Regina, encontramos as tipologias geminadas duas-a-duas com terraço frontal ou lateral 02, 06, 07 e 08, bem como a tipologia 5, correspondente a cubículos destinados à prostituição (Imagem 34).

Sua localização tem sentido devido à proximidade com o acesso do antigo porto de onde vinham os freqüentadores dessas casas, os trabalhadores das barcas, viajantes e transportadores de mercadorias, geralmente operários da Cia que não possuíam família na cidade, ou eram solteiros (AMÉLIA PANET in PANET, A. et al 2002, p. 57, 59).



**Imagem 34**

Antigos Prostíbulo da Vila Regina

Fonte: acervo próprio.2007.

Também nesse setor C localiza-se a mansão da família Lundgren, o chamado Palacete (Imagem 35). “Situa-se em ponto estratégico, na parte alta da cidade e possui um acesso direto para o interior da fábrica matriz. Localiza-se próximo a fábrica da Vila Regina e também do acesso ao antigo porto” (AMÉLIA PANET in PANET, A. et al 2002, p. 59). O Palacete era a residência construída para hospedar o Coronel Frederico Lundgren na suas visitas a Rio Tinto. No entanto, o que se dizia na cidade, na época da segunda guerra mundial, era que se destinava a hospedar Hitler, quando este viesse ao Brasil como vitorioso da guerra. Na verdade, nos conta Fernandes (1971), que em 1945 ocorre uma revolta dos operários da fábrica contra seus superiores, chefes de seção, que eram alemães. Com a derrota germânica no conflito, eles não poderiam continuar mandando em Rio Tinto. É assim que, após o



término da guerra, moradores de Rio Tinto, insuflados por discursos inflamados de nacionalistas, se voltaram contra os empregados alemães da fábrica. Além de saquearem alguns chalés no centro da cidade, eles invadiram o palacete dos Lundgren, destruindo e levando muitos dos objetos que lá encontraram.



**Imagem 35**

Palacete dos Lundgren na Vila Regina.

Fonte: acervo próprio.2006.

No setor C, as tipologias 07 e 08 e alguns chalés, destinavam-se a abrigar técnicos mais qualificados da fábrica (Imagens 36 e 37). Nele também está localizada a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (Imagem 38), construída em 1780 e que é a única construção pertencente à antiga Vila da Preguiça, habitada pelos índios no século XVIII.



**Imagem 36**

Antiga residência dos professores do SENAI, na Rua da Tijuca.

Fonte: Acervo próprio.2006.



**Imagem 37**

Antiga residência dos médicos da cidade, vizinha ao Hospital Municipal, na Rua da Aurora.

Fonte: Acervo próprio.2006.



**Imagem 38**

Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres  
na Vila Regina.

Fonte: Oliveira (2002).

Tanto em Paulista como em Rio Tinto, a tipologia e distribuição das residências refletem a hierarquização dos trabalhadores no processo fabril. Nos dois casos, adotou-se uma padronização de casas distribuídas em grupos. Apenas as residências da família Lundgren fugiam a essa padronização.

Como menciona Correia in Panet,A. et al (2002), algumas tipologias empregadas remetem à arquitetura européia do século XIX. Os chalés dos diretores e da família Lundgren foram inspirados na arquitetura rural inglesa. As casas dispostas duas a duas, com terraço frontal, evocam padrões adotados em núcleos fabris europeus, como parte de uma reforma da moradia do pobre, associada à preocupação com a saúde, a moral e a privacidade.

A maioria das casas dos operários reproduz a arquitetura usual no Brasil desde a época colonial. São moradias geminadas, em grupos de duas ou mais unidades, de porta e janela, às vezes com alpendre frontal. O uso do alpendre remete aos modelos de morada dos guaranis nas missões jesuíticas do sul do Brasil, Paraguai e Argentina, e de senzalas de engenhos, no Brasil e em Cuba, modelos que voltam a surgir em vários casos de núcleos empresariais sul-americanos (CORREIA in PANET,A. et al, 2002).

Nos prédios de uso coletivo, o tijolo aparente nas fachadas, concilia a tendência *art déco* ou de arquitetura moderna com uma estética industrial despojada (CORREIA in PANET,A. et al, 2002). Construções mais recentes, como a portaria da fábrica e as instalações

do SESI, exibem elementos do estilo internacional, vejamos a imagem que segue:



**Imagem 39**

Antiga portaria principal da fábrica.

Fonte: acervo próprio.2006.

Em toda a cidade, a horizontalidade prevalece, sendo cortada apenas pelas chaminés e pela torre da Igreja. Essa mesma característica se fez presente na maioria dos nossos núcleos fabris, onde havia abundância de terras de propriedade das companhias que os implantaram.

Uma leitura do desenho urbano de Rio Tinto mostra como a vida desta cidade estava organizada em torno das atividades fabris. Tendo a fábrica no coração da cidade, as casas no entorno abrigavam a mão-de-obra operária necessária para que Rio Tinto chegasse à pujança industrial que ela atingiu. Desde o início de sua implantação até o final da década de 40, Rio Tinto foi totalmente construída para cumprir sua missão industrial. Segundo Amélia Panet in Panet, A. et al (2002), a construção de casas ocorreu até o ano de 1948. Pode-se dizer que a cidade, a partir de então, dispunha de todo o equipamento urbano e habitacional necessário ao desenvolvimento fabril.

## CAPÍTULO V

### MODIFICAÇÕES URBANAS: FATORES DETERMINANTES

Neste capítulo, pretendemos apresentar alguns dados que nos apontam as transformações ocorridas na cidade de Rio Tinto, a partir do fechamento da indústria têxtil, que lhe deu origem e suporte econômico por vários anos.

Acerca da evolução quantitativa da população resultantes de dados demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e referentes aos anos de 1960 a 2007, por exemplo, temos, na tabela 02 abaixo e gráfico 01, algumas importantes observações a registrar. Entre as décadas de 60 e 80 a população de Rio Tinto sofre uma redução de quase 11%, fato decorrente das demissões em massa ocorrem desde 1963. Segundo Amélia Panet in Panet, A. et al (2002, p.37), entre este ano e o posterior, mais de 2000 pessoas foram demitidas, ocorrendo o fechamento de uma parte da tecelagem que funcionava na Vila Regina. A partir deste momento, a cidade viu Chefes de famílias com toda prole partir em busca de novas oportunidades de emprego. Os que aqui permaneciam com a posse das casas, enviavam os filhos já jovens, às grandes cidades em busca de emprego e renda. Tal situação perdurou até que culminasse em 1983 com o encerramento das atividades fabris neste parque industrial da cidade de Rio Tinto.

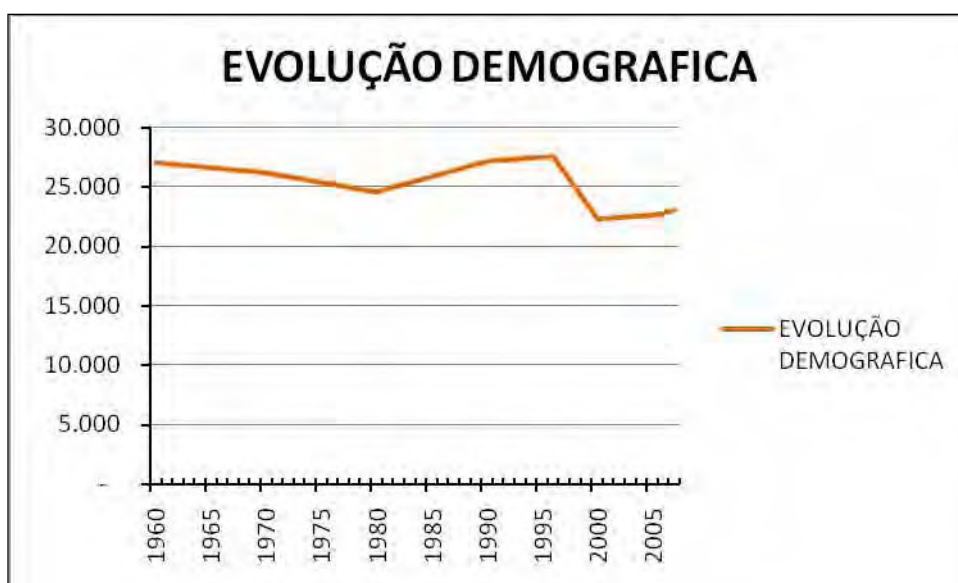
Entre os anos de 1963 e 1965, quatro distritos foram anexados ao município de Rio Tinto: Barra de Mamanguape, Salema, Camurupim, e Marcação. Apesar disso, a saída da população da cidade foi tão intensa que ainda resultou em decréscimo populacional registrado entre o Censo de 1960 e 1970.

Passado este momento de demissões e êxodo, a população novamente volta a crescer até que mais uma vez entre 1996 e 2000 sofre uma queda proveniente do desmembramento de dois distritos: Marcação e Camurupim.

**Tabela 02** – Dados demográficos da cidade de Rio Tinto

ANO	1960	1970	1980	1990	1996	2000	2005	2007
<b>CENSO DEMOGRAFICO</b>	27.058	26.190	24.541	27.127	27.592	22.311	22.675	23.023

Fonte: IBGE. Contagem Populacional 2007

**Gráfico 01** – Dados demográficos da cidade de Rio Tinto

Fonte: IBGE. Contagem Populacional 2007

Os dados quantitativos de domicílios no município, também fornecidos pelo IBGE e referentes aos anos de 1960, 1970, 1980, 1991, auxiliam no entendimento do processo de transformação da cidade após o colapso do Grupo Lundgren.

**Tabela 03** – Crescimento da cidade-domicílios

Ano	Índice de crescimento (%)
<b>1960-1970</b>	4,43
<b>1970-1980</b>	0,49
<b>1980-1991</b>	19,77

Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2008.

Na Tabela 03, observa-se que, na década de 70, a cidade praticamente tinha estabilizado seu crescimento: em 1980, o número de domicílios havia aumentado apenas 0,49% em relação a 1970. Como cidade-companhia, Rio Tinto fora, teoricamente, formada para atender à produção fabril. Os industriais, nesse momento, não se preocupavam em expandir a cidade; o que lhes interessava era a produtividade da fábrica, que passava por uma modernização da maquinaria e necessitava cada vez menos de mão-de-obra. Na década de 60, o significativo crescimento do número de domicílios então verificado deveu-se principalmente ao fato de que entre os anos de 1963 e 1965 foram anexados ao município de Rio Tinto quatro distritos: Barra de Mamanguape, Camurupim, Salema e Marcação. Na década de 80, ocorreu o fechamento da fábrica. Mais uma vez, o número de domicílios voltou a subir. Com a venda de parte das terras pertencentes à companhia, mais moradias começaram a ser implantadas para abrigar novas famílias resultantes do crescimento natural da cidade e da imigração de uma população pobre, sem emprego e renda, vinda das vizinhanças, que não podia mais ser impedida de habitar a cidade, cujo controle não mais pertencia à empresa têxtil dos Lundgren.

A relação existente entre a quantidade de domicílios e a parcela de imóveis alugados (Tabela 4) também evidencia o novo rumo da cidade a partir da década de 80. Desde a década de 60, o Grupo Lundgren vinha indenizando operários por ele demitidos dando-lhes a posse das residências onde habitavam. Deve-se a isso o fato de a porcentagem dos imóveis alugados ter decrescido ao longo dos anos. Entre as décadas de 80 e 90 essa redução foi ainda maior, pois, a maioria das habitações então construídas independiam do sistema fabril, sendo propriedade de seus moradores.

**Tabela 4 - Total de Domicílios e proporção de aluguel**

<b>Ano</b>	<b>Total de Domicílios (Unid.)</b>	<b>Domicílios alugados (%)</b>
<b>1960</b>	4720	81
<b>1970</b>	4929	76
<b>1980</b>	4953	67
<b>1991</b>	5932	44

Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2008.

O fechamento da fábrica em 1983 (AMÉLIA PANET in PANET, A. et al 2002, p. 38), entre outras conseqüências, provocou mudanças no cotidiano da cidade que se refletiram em sua estrutura urbana. Nascida com vocação operária, a cidade aos poucos foi acompanhando o surgimento de várias outras funções, que lhe conferiam o verdadeiro sentido de ser cidade, já que a diversidade de atividades e interesses é que alimenta o cotidiano do espaço urbano.

Fatores econômicos foram delimitadores de três momentos distintos da vida da cidade desde o colapso da fábrica até os dias atuais. Esses momentos caracterizam a forma de organização econômica com a qual a população buscou os meios de continuar sua trajetória naquele espaço urbano.

#### **Primeiro momento: da década de 1980 até meados da década de 90**

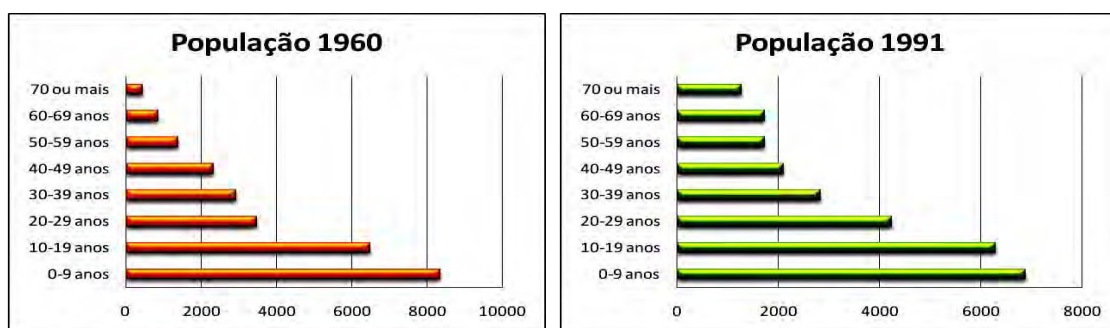
Antes uma cidade que mantinha famílias inteiras com salários provenientes do trabalho fabril e que fora, juntamente com Paulista, sinônimo da grande produtividade têxtil nordestina, Rio Tinto, agora, com produção industrial paralisada, parecia ter pela frente um futuro sombrio.

Diferentemente de Paulista, Rio Tinto pouco se expandiu na década de 80. Depois do fechamento da fábrica, boa parte de sua população era composta por operários aposentados



que tinham recebido a posse das casas onde moravam como forma de indenização pelo tempo de trabalho prestado à companhia. De acordo com dados do IBGE (Gráficos 02 e 03), na década de 60, pessoas com mais de 60 anos de idade representavam apenas 2% da população. Em 1991, essa porcentagem tinha subido para 11%. A maioria desses idosos, cansados pelos anos de trabalho e de subserviência junto ao sistema fabril, achava-se sem forças para retornar ao trabalho em outras funções independentes da fracassada indústria dos Lundgren.

**Gráficos 2 e 3 – Pirâmide etária 1960 e 1991**



Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2008.

Desde a década de 1970, na ausência de oportunidades de emprego e renda, verificou-se na cidade uma forte emigração dos jovens para as principais metrópoles do país. Emigração de uma mão-de-obra qualificada, formada pela própria empresa, através do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do SESI (Serviço Social da indústria), que começaram a funcionar na cidade em 1946 e 1953, respectivamente. Saíam de suas oficinas jovens mecânicos, ferreiros, marceneiros e operários que trabalhavam na manutenção elétrica.

Cidade de máquinas paradas e de operários aposentados, situadas em terras ainda pertencentes à família Lundgren, Rio Tinto preservaria por bom tempo seu traçado inicial. Seu modesto crescimento, em termos espaciais e demográficos, muito a diferencia de Paulista, cidade que, com a decadência do Grupo Lundgren, rapidamente reagiu passando por mudanças radicais, abrigando hoje grandes conjuntos de habitações populares construídas pelo estado, um distrito industrial e um comércio ativo (CORREIA & GUNN, in PANET A.,



et al,2002).

Muito provavelmente, essa estagnação de Rio Tinto evidencia uma particularidade sua, o fato de ter sido uma cidade criada artificialmente e não formada naturalmente:

... as cidades fundadas e constituídas por imposição não tiveram desenvolvimento. Não são cidades. Pienza é um modelo, um objeto de museu; Brasília é um grande ministério; a cidade industrial de Ledoux, ou, um século depois, de Garnier, é uma extensão da fábrica (ARGAN, 1995, p. 234).

Vizinha de Rio Tinto, distando dela apenas seis quilômetros, outra cidade, Mamanguape, experimentava um crescimento bem diferenciado. Nela o comércio crescia e era estimulado pela instalação de grandes estabelecimentos comerciais. Lojas de grande porte, bancos, clínicas particulares, etc, davam-lhe ares de desenvolvimento.

Mamanguape, uma das primeiras cidades da Paraíba, viveu sua época de produtivos engenhos, grandes propriedades e de franco desenvolvimento econômico. Com o pleno funcionamento do Porto de Salema e sua proximidade do porto da Baía da Traição, Mamanguape, com seus sobrados e casarões forrados de azulejo importados, até meados do século XIX, “era a única cidade que ofuscava o prestígio da capital João Pessoa” (PANET, in PANET, A. et al 2002, p. 24). Mas aconteceu que, em 1870, a construção de uma estrada de ferro não incluiu a cidade, já tão próspera, entre aquelas que seriam servidas pelo empreendimento. Excluída da rota comercial, Mamanguape entrou em decadência. Várias de suas casas de comércio e armazéns fecharam suas portas, tendo seus proprietários que se deslocarem para a capital para manter-se no mercado (PANET, in PANET, A. et al 2002). Mamanguape não mais recuperou seu poderio econômico no estado, mas, ainda hoje, é importante pólo comercial da região. É para lá que as pessoas se deslocam de Rio Tinto e outros povoados, em busca de serviços mais especializados e maiores variedades no comércio. Hoje Rio Tinto depende comercialmente de Mamanguape, mas esse fato é compreensível uma vez que fora inicialmente um distrito de Mamanguape, e só em 1956 tornou-se município.

Diante da referência comercial tão próxima que é Mamanguape, Rio Tinto permaneceu, por muito tempo, com seu pequeno comércio local atendendo apenas às necessidades imediatas da cidade.

Quando a fábrica funcionava, a população da cidade se abastecia principalmente no Quarto da Companhia (Imagem 40), uma espécie de mercado “aonde o operariado podia se abastecer de diversos tipos de gêneros alimentícios de primeira necessidade, tudo mais em conta do que em qualquer outra parte” (FERNANDES, 1971, p. 37).



**Imagem 40**  
Antigo Quarto da Companhia.  
Fonte: acervo próprio.2009.

Tal era a situação de Rio Tinto nos tempos em que a fábrica movia a cidade. O operariado trabalhava na indústria e tinha garantida a alimentação e qualquer produto necessário ao seu bem-estar e ao de sua família. Como o empregador sabia que seu maior rendimento estava no tecido produzido em sua indústria e não no consumo de seu operariado, os gêneros eram fornecidos à população com preços módicos. O que movia a economia local era mesmo a fábrica de tecidos. O comércio não precisava crescer.

Com o fechamento da fábrica a cidade teve que procurar uma nova base econômica e as alternativas a que ela recorreu foi o comércio e a pequena indústria local.

Outra atividade que surgiu no município foi a agro-industrial, assentada nas terras que os Lundgren venderam depois do colapso de sua indústria. A maioria se destinava as

destilarias de álcool, pois a cultura da cana de açúcar era favorecida pelos incentivos do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), instituído em 1975, como alternativa a crise energética causada pela alta dos preços do petróleo no mercado externo.

De acordo com Egler (1986 apud PANET, A. et al, 2002, p. 38-39), de 1981 a 1985, a Companhia de Tecidos Rio Tinto se desfez da maioria de suas terras. Cerca de 30.084 ha, equivalente a 65% do total de terras inicialmente adquirido pelo Grupo Lundgren. Grande parte delas foi vendida para o setor agro-industrial como vemos na tabela abaixo.

**Tabela 5 – Propriedades vendidas pelo Grupo Lundgren na década de 80**

<b>ANO</b>	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>COMPRADOR</b>
<b>1981</b>	7.652	Rio Vermelho Agro-Pastoril Mercantil
<b>1982</b>	2.247	Netumar Agrícola S.A.
<b>1982</b>	622	Conepar Cia. Nordeste de Participações
<b>1983</b>	1.219	Destilaria Miriri S.A.
<b>1983</b>	2.482	Japungú Agroindustrial
<b>1983</b>	8.492	Destilaria Miriri S.A.
<b>1984</b>	79	Rio Vermelho Agro-Pastoril Mercantil
<b>1985</b>	7.291	Destilaria Miriri S.A.
<b>TOTAL</b>	<b>30.084</b>	

Fonte: EGLER, 1986 apud PANET, A. et al, 2002, p.39

Quanto aos imóveis, ainda hoje, grande parte deles pertence à família Lundgren, o que parece justificar a afirmativa de que, mesmo sem funcionar, a fábrica ainda controla a vida da cidade.

## Segundo momento: de 1996 a 2006

Sem o funcionamento da fábrica têxtil, o comércio de subsistência, principalmente a partir de 1996, ganha força na cidade. O que era antes um pequeno mercado público (Imagem 41) de pequenas barracas, passa a garantir a sobrevivência de várias famílias (Imagem 42 e 43). Inaugurado em 1985, o Mercado Público santo Agostinho é, atualmente, o principal centro comercial da cidade, concentrando não apenas o comércio horti-fruti granjeiro mas também extensa galerias com lojas de roupas, calçados, utensílios domésticos, etc.



**Imagem 41**

Barracas do antigo mercado público.

Fonte: <http://www.riotintopb.com.br/v2006/>



**Imagem 42**

Mercado Publico Municipal

Fonte: acervo próprio.2005.



**Imagem 43**

Mercado Publico Municipal

Fonte: acervo próprio.2005.

O comércio, que atende apenas a população local, é hoje uma importante atividade econômica de Rio Tinto de acordo com os dados do IBGE referente ao critério do número de empresas.

Na Tabela 6, vemos que o período de maior crescimento de empresas foi a partir de 1996, com a fundação de 118 empresas, entre esse ano e 2000. Comparado com o período anterior (de 1991 a 1995) houve um aumento de mais de 100% no número de empresas criadas. O setor de maior crescimento, em termos quantitativos sempre foi o setor comercial. Tal fato se confirma na tabela 7 que indica a quantidade de empresas existentes no município a partir naquele ano de 1996 a 2006. O setor comercial aparece como o que apresenta maior quantidade de unidades produtivas, seguido do setor de serviços e depois o setor de indústria de transformação, que segundo IBGE, compreende desde as pequenas indústrias alimentícias, marcenarias, serralharias, até indústrias químicas de produção do álcool. Em 2006 o setor de serviços imobiliários e serviços prestados a outras empresas também é tão representativo quanto o setor industrial, sendo esse setor representado principalmente pelo setor de prestação de serviços, uma vez que, devido o alto controle imobiliário do grupo Lundgren, essa ainda é uma atividade que pouco pode ser explorada na cidade.

Tabela 6 – Crescimento do número de empresas no município.

EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES, POR ANO DE FUNDAÇÃO, SEÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES E FAIXAS DE PESSOAL OCUPADO TOTAL										
Município: Rio Tinto - PB										
Variável = Número de empresas (Unidade)										
Ano 2006										
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Ano de fundação									
	Até 1966	1967 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 1995	1996 a 2000	2001 a 2003	2004	2005	2006
A- Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	-	-	-	-	-	4	1	-	-	-
B- Pesca	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
C- Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D- Indústrias de transformação	1	-	-	7	-	8	6	3	1	1
E- Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F- Construção	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-
G- Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	2	-	9	40	38	61	38	10	9	15
H- Alojamento e alimentação	-	-	1	1	-	1	1	-	2	1
I- Transporte, armazenagem e comunicações	-	-	-	1	1	2	5	1	3	2
J- Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
K- Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	-	-	1	1	15	2	1	7	2
L- Administração pública, defesa e seguridade	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
M- Educação	-	-	-	1	2	2	-	-	-	1
N- Saúde e serviços sociais	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
O- Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-	-	3	6	7	19	12	4	1	-
P- Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q- Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>58</b>	<b>50</b>	<b>118</b>	<b>66</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>22</b>

Fonte: IBGE. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 de dezembro de 2008.

Tabela 7– Número de empresas nos principais setores econômicos (Quantidade total)

Tabela 1735 - Dados gerais das unidades locais por faixas de pessoal ocupado total, segundo seção da classificação de atividades, em nível Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios											
Município = Rio Tinto - PB											
Variável = Número de unidades locais (Unidade)											
Faixas de pessoal ocupado = Total											
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Ano										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1	-	-	2	1	1	4	4	5	5	5
B Pesca	-	-	-	-	1	1	1	1	2	1	2
C Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
D Indústrias de transformação	18	17	17	24	26	27	23	23	26	28	30
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
F Construção	2	2	2	3	2	3	5	5	3	3	3
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	135	130	130	152	162	173	190	202	205	208	232
H Alojamento e alimentação	4	3	3	7	5	8	8	6	7	9	9
I Transporte, armazenagem e comunicações	5	3	4	5	4	4	5	8	11	14	16
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1	2	2	1	1	4	4	4	4	4	4
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	4	6	6	7	5	8	10	13	12	11	30
L Administração pública, defesa e seguridade social	2	2	2	2	2	2	2	7	3	2	2
M Educação	6	6	6	7	7	8	7	7	7	21	7
N Saúde e serviços sociais	4	3	4	2	4	4	4	4	4	3	2
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	12	19	26	28	36	41	49	53	65	58	53
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 de dezembro de 2008.



De acordo com a Tabela 8, apesar de todo o crescimento do comércio e dos serviços, a indústria ainda é a atividade que mais empregava pessoal em 2006. Nesse ano nela trabalhava 31,41% do total da mão-de-obra empregada do município, enquanto o percentual relativo ao setor do comércio e reparação de produtos era de apenas 18,04%. Mas a situação se modifica no período 2003-2004, quando a administração pública foi o maior empregador, o setor do comércio e reparação de produtos ficando no segundo lugar e a indústria no terceiro. A retomada, pela indústria, da posição de principal empregador, por ela perdida em 2003, só ocorreu no ano de 2005.

**Tabela 8 – Pessoal ocupado nos principais setores econômicos (%).**

Tabela 1735 - Dados gerais das unidades locais por faixas de pessoal ocupado total, segundo seção da classificação de atividades, em nível Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios											
Município = Rio Tinto - PB											
Variável = Pessoal ocupado total (Percentual)											
Faixas de pessoal ocupado = Total											
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Ano										
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	X	-	-	X	X	X	15,97	10,85	18,49	2,23	0,96
B Pesca	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X
C Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
D Indústrias de transformação	55,65	62,41	73,54	22,81	47,47	32,00	20,39	11,20	10,26	28,94	31,41
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
F Construção	X	X	X	0,38	X	0,40	1,27	1,04	0,31	0,24	0,24
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	16,82	14,97	7,30	19,79	12,11	16,83	16,70	21,01	15,30	16,15	18,04
H Alojamento e alimentação	0,51	0,34	0,15	0,57	0,28	0,33	0,36	0,41	0,35	0,43	0,53
I Transporte, armazenagem e comunicações	1,02	0,93	0,23	0,57	0,63	0,67	0,73	1,17	1,11	1,23	1,25
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	X	X	X	X	X	0,33	0,18	0,21	0,22	0,33	0,29
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	0,51	0,67	1,04	0,94	0,45	0,80	0,85	1,52	1,02	0,71	0,67
L Administração pública, defesa e seguridade social	X	X	X	X	X	X	X	46,51	45,78	X	X
M Educação	0,42	0,59	0,27	0,94	0,45	0,73	0,67	0,69	0,49	0,38	1,30
N Saúde e serviços sociais	3,31	2,94	1,31	X	1,65	1,87	1,57	1,80	1,06	1,18	X
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,12	2,61	1,27	1,51	1,82	1,60	1,39	2,07	2,61	2,23	1,59
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2008.

Os dados observados, ainda confirmam a forte vocação operária dos moradores desta cidade e o alto poder empregatício deste setor industrial. Enquanto que o comércio em Rio Tinto assume proporções apenas de suprimento das necessidades locais da cidade, sendo gerador de poucos empregos por unidade de atividade, o setor industrial necessita de acentuado emprego de mão-de-obra para cumprir sua produção.

### Terceiro Momento: de 2006 a 2009

Desde o ano de 2006, a cidade conta com mais uma atividade geradora de renda: o ensino universitário. Nela foi instalado o Campus IV da Universidade Federal da Paraíba. Através da Resolução nº 05/2006 de 17 de março de 2006 abriu-se um Centro de Ciências Aplicadas e Educação em Rio Tinto, oferecendo à população cursos de graduação em ecologia, licenciatura em matemática, licenciatura em ciências da computação, hotelaria, secretariado executivo bilíngüe, gestão de negócios, design, ciências contábeis, pedagogia, sistema de informação e antropologia e cultura indígena.

Funcionando em antigas instalações desativadas da fábrica de tecidos (Imagem 44), esse campus aguarda o término da construção do centro universitário, em terreno já adquirido dentro dos limites do parque industrial (Imagem 45 e 46), cujas obras estão em andamento.<sup>2</sup>



**Imagem 44**

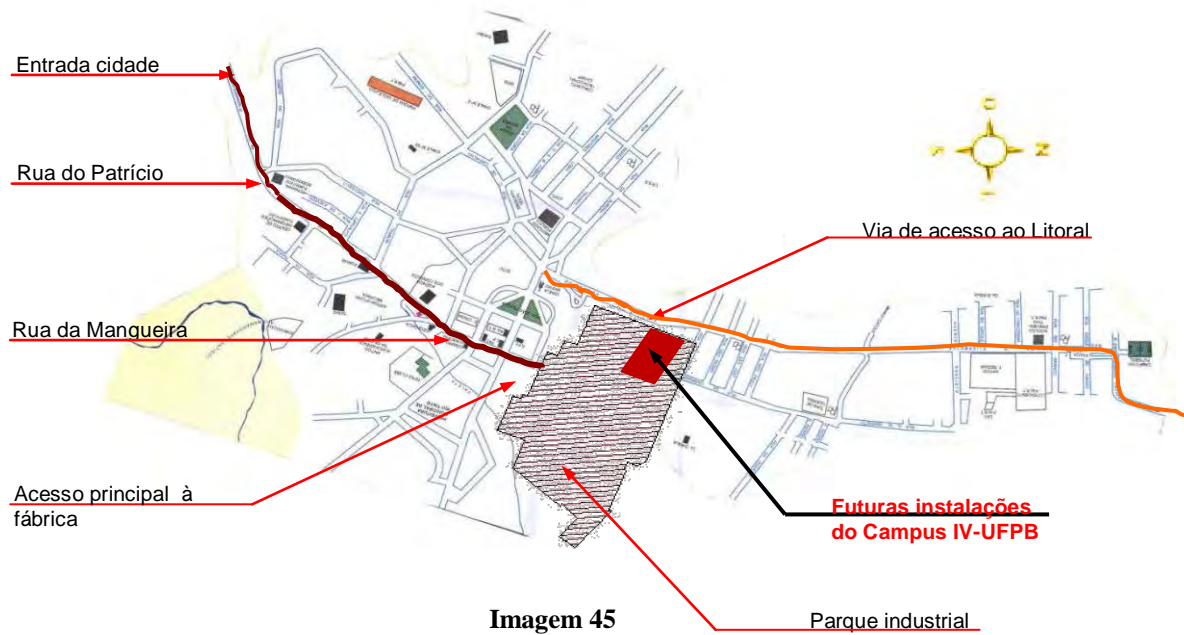
Portão de entrada do Campus IV da UFPB nas antigas instalações fabris.

Fonte: Acervo próprio. 2009.

---

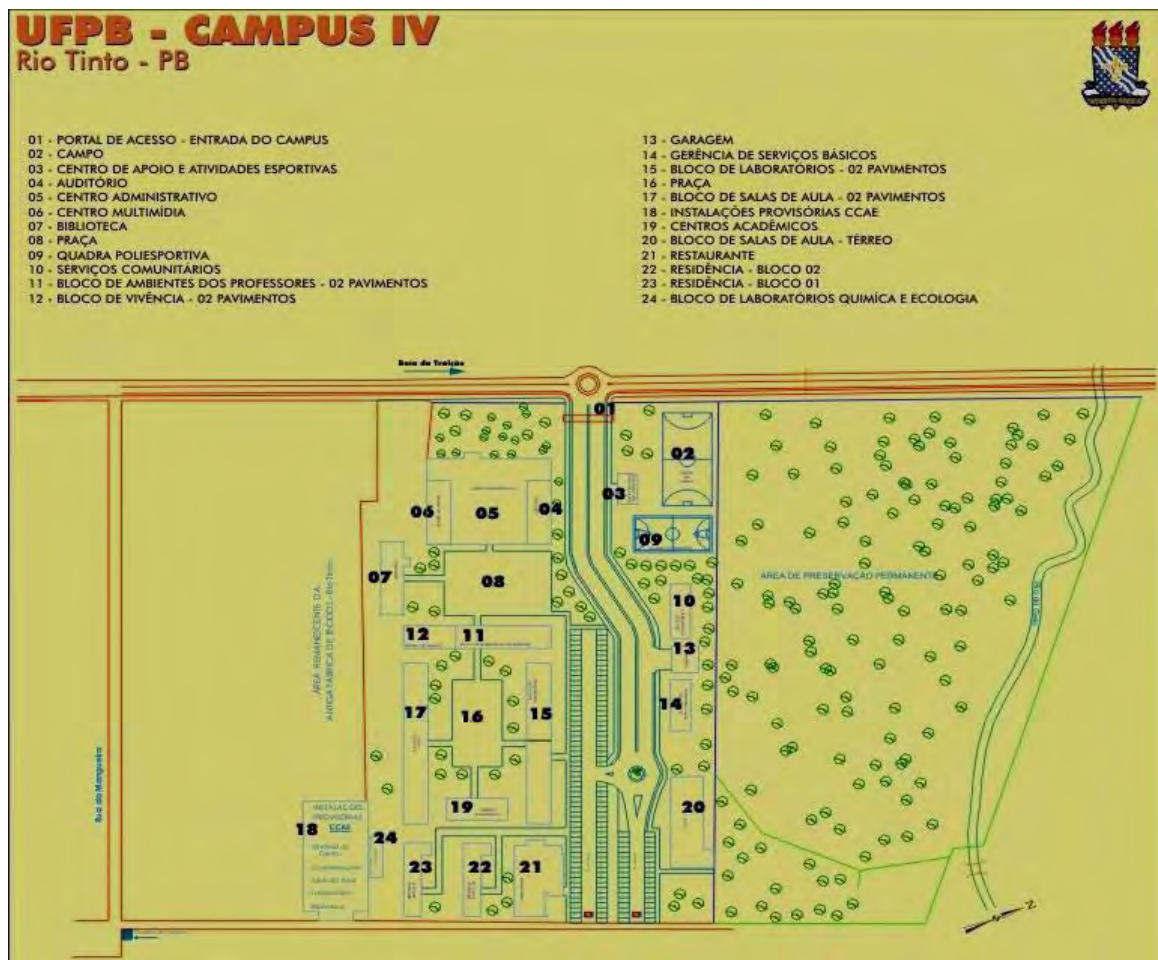
<sup>2</sup> Por motivos não explicitados pelos gestores deste empreendimento, a iniciativa de nova construção, desconsidera a possibilidade de requalificação dos antigos prédios ainda existentes no parque fabril. Provavelmente voltarão a ser inutilizados, ou quiséramos nós, seja ele reocupado por um uso compatível com o valor cultural deste bem.





**Imagem 45**

Planta de Rio Tinto mostrando a localização do campus da UFPB.  
 Fonte: Mapa Ilustrado de Rio Tinto. 2006. Prefeitura Municipal. Adaptação nossa.



**Imagem 46**

Planta do campus da UFPB em Rio Tinto.  
 Fonte: <http://www.riotintopb.com.br/v2006/>

O projeto do campus (Imagem 46) contempla, além dos blocos de salas de aula, área de esportes com quadra poliesportiva e campo de futebol, biblioteca, centro de multimídia, laboratório, restaurante e residência universitária. Poucos meses depois de terem sido iniciadas, as construções já mostram seu estilo arquitetônico, em tijolos aparentes, numa alusão à aparência das principais edificações da antiga vila operária (Imagens 47 e 48), como se depreende das palavras do Dr. Antônio Luis, médico local:

A trilha do progresso para Rio Tinto ganha passos de gigante nesta infra-estrutura da UFPB – Campus IV Rio Tinto. As edificações estão assumindo características de tijolos aparentes mantendo a tradição das antigas construções daqui.

(disponível em

<http://www.riotintopb.com.br/v2006/esp.php?id=2024&ARQNOT=esp&EXTNOT=php>. Acesso em 11/05/2009))



**Imagem 47**

Placa identificadora de obras do campus  
Fonte: <http://www.riotintopb.com.br/v2006/>



**Imagem 48**

Bloco do campus, em construção.  
Fonte: <http://www.riotintopb.com.br/v2006/>

Esse novo estímulo à educação trouxe consigo novos ramos de atividade que margeiam o ensino universitário. Além das novas oportunidades de formação profissional, a chegada de estudantes e funcionários de várias cidades trouxe consigo a necessidade de implantação de estabelecimentos de alimentação, hospedagem, papelarias, copiadoras, enfim, atividades subsidiárias a essa empreitada educacional.



**Imagem 49**

Exemplo de novas hospedarias surgidas na cidade.

Fonte: Acervo próprio. 2009

Mais uma vez transcrevemos um depoimento do Dr. Antônio Luis:

...a facilidade para os nossos jovens, com a universidade praticamente dentro de casa, terá mais pessoas formadas e capacitadas para o encontro com as labutas da vida; o afluxo de pessoas de fora para estudarem aqui é tanto que várias pousadas (quartos e pequenas casas) foram e estão sendo construídas para serem alugadas aos universitários bem vindos de outros Municípios; apesar de que o Campus já contempla uma residência para universitários, mas com certeza irá precisar de mais. (idem.)

Com essa nova população na cidade, já são marcantes as alterações de uso em algumas das moradias existentes, e a construção de outras (Imagem 49), que passaram a oferecer hospedagem e alimentação aos estudantes. Note-se, porém, que, como alertou Silvano Soares, morador de Rio Tinto e ex-operário da companhia de tecidos, “o que se vê em Rio Tinto nos dias atuais são mini-repúblicas construídas às pressas, com pouco espaço físico e territorial, caracterizando-se cortiços” (disponível em <http://www.riotintopb.com.br/v2006/col15.php?id=2042&ARQNOT=col15&EXTNOT=php>, acessado em 11/05/2009). Sendo em geral jovens, esses estudantes também fortalecem o comércio nas lanchonetes e bares da cidade. Nas proximidades da antiga fábrica, onde estão instalados os cursos do novo campus, não é difícil encontrar *lan-houses*, copiadoras e papelarias – ramos de atividade antes inexpressivos na cidade.

... a Universidade Federal da Paraíba chegou à boa hora para elevar o nome da cidade e deixar outros municípios com inveja. Em quantidade bem menor, em relação aos trabalhadores têxteis, as ruas da cidade voltaram a ter certo movimento por causa dos estudantes de outras cidades; e, até de outros estados. Foi bom para os donos de restaurantes e pousadas (idem)

Universidade, comércio, agroindústria,... Rio Tinto, ao longo destes anos que sucedem a inatividade fabril, tem se mostrado como um organismo vivo. A partir do momento em que a fábrica de tecidos deixou de ser a prioridade produtiva da cidade, temos visto que, aos poucos, a população fortalecida pelas iniciativas do poder público, empreende novas iniciativas produtivas. O quase total abandono das antigas edificações fabris felizmente não reflete qualquer desprezo social por essas terras, mas o firme interesse por seu crescimento, mesmo ainda tendo que conviver com o eterno controle do grupo Lundgren neste chão. Diante destes fatos, apresentaremos no capítulo que segue as conseqüentes alterações urbanísticas verificadas na cidade no decorrer deste período de readaptação econômica da cidade pós-decadência fabril.

## CAPÍTULO VI

### EVOLUÇÃO FÍSICA DA CIDADE APÓS O FECHAMENTO DA FÁBRICA

Depois do encerramento das atividades da indústria têxtil que lhe deu origem, Rio Tinto passou por perceptíveis alterações em seu cenário arquitetônico e urbanístico, que podem ser agrupadas em três categorias: modificações no uso e ocupação do solo, mudanças arquitetônicas e surgimento de novos tecidos urbanos e novas edificações.

Dentre as primeiras destaca-se a instalação de pequenos estabelecimentos comerciais, dedicadas geralmente ao comércio de subsistência, em imóveis originalmente habitacionais. A cidade também ganhou novos equipamentos religiosos, e várias edificações passaram a pertencer ao poder público para atender as necessidades da população, transformando-se em equipamentos comunitários como escolas, postos de saúde, biblioteca etc.

Entre as alterações arquitetônicas, registramos apenas as verificadas no exterior das edificações, por serem estas as que interferiram diretamente na leitura visual do espaço urbano. Elas ocorreram principalmente nas fachadas dos prédios e em geral se referem a mudanças de revestimento das paredes, substituição de esquadrias, aberturas de vãos para a entrada de automóveis, introdução de rampas e corrimãos, entre outras.

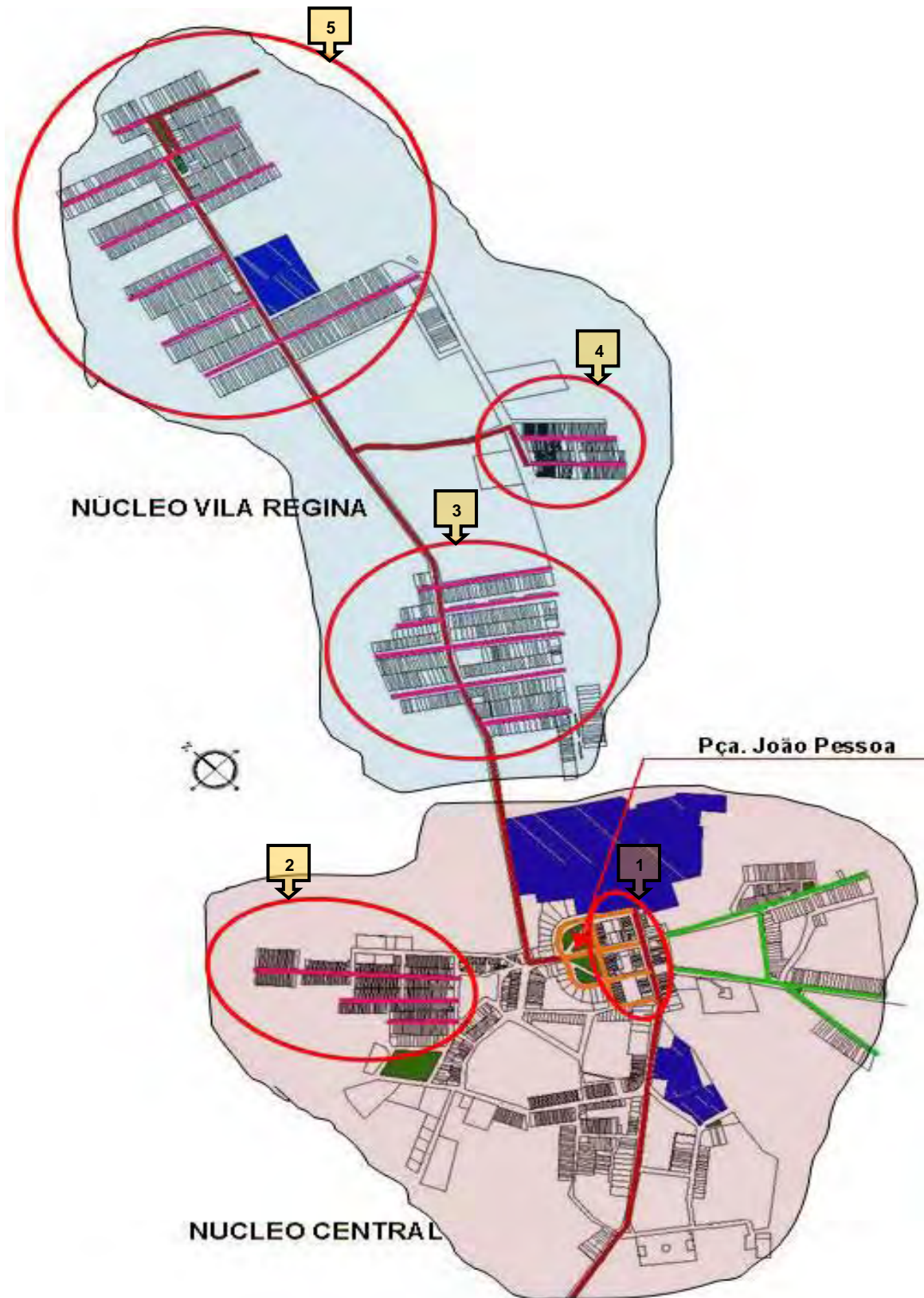
Já as novas implantações foram loteamentos, conjuntos habitacionais e novas edificações, criados por iniciativa privada ou pública, que acrescentaram à cidade novos tecidos urbanos e novas arquiteturas.

#### **Alterações do uso e ocupação do solo**

Antes de apontarmos essas alterações, convém esboçar aqui uma caracterização do traçado da cidade, para permitir a compreensão delas.

Um olhar atento sobre a configuração espacial de Rio Tinto identifica sem dificuldades os arruamentos e edificações implantados primitivamente pelo Grupo Lundgren (Imagem 50). Em geral, as edificações apresentavam notável unidade arquitetônica e as ruas, singular aparência paisagística, garantida por sua generosa largura e pela arborização existente nos seus canteiros centrais.





**Imagem 50**

Planta de Rio Tinto em 2009.

Fonte: Planta cadastral da CAPEPA 2005. Atualizada 2009.

Dividida em dois setores, o Centro e a Vila Regina, a malha urbana da cidade foi formada, inicialmente, com múltiplas diretrizes de traçado.

No Centro, as quadras tinham, com frequência, forma de polígonos irregulares e possuíam grandes áreas vazias no seu interior, muitas das quais ainda hoje permanecem sem ocupação. Portanto, o desenho dele exibia uma grande irregularidade, mas de feição moderna, distinta daquela existente nas cidades medievais e nos núcleos urbanos de nossa era colonial.

Entretanto, junto ao ponto nodal desse Centro, a Praça João Pessoa, (cujas formas lembram o urbanismo barroco) havia três quadras retangulares intencionalmente idênticas, onde se localizavam grandes equipamentos como cinema, clube e mercado de frutas e estivas (elas estão circundadas pela pequena elipse 1 vermelha na Imagem 50 ). Ademais, a noroeste dessa praça, havia um pequeno setor (envolvido pela elipse 2 vermelha na mesma imagem) onde as ruas eram paralelas e as quadras, retangulares.

Na Vila Regina, as quadras também tinham um traçado regular, com ruas paralelas, a maioria delas encontrando perpendicularmente (ou quase assim) a via principal do núcleo, denominada Avenida Santa Elizabeth, que dá acesso a Praia de Baía da Traição. Originalmente esse assentamento dividia-se em três núcleos menores chamados Vila Elizabeth (elipse 3, imagem 50), Vila Regina (Elipse 4, imagem 50) e Vila Montemor (elipse 5, imagem 50). Embora a princípio ele tivesse um caráter rural, nele havia uma segunda unidade fabril também chamada Regina. Com lotes de grande profundidade e mais largos que os do Centro, ele possibilitava que a população ali residente criasse animais e cultivasse hortaliças e frutas para abastecer o “Quarto da Companhia”, que era um importante local de abastecimento alimentício da população.

No Centro, os lotes das moradias dos operários tinham largura variando entre 3 m e 5,5 m, comprimento situado entre 15 m e 56 m, e área compreendida entre 49 m<sup>2</sup> e 463 m<sup>2</sup>. Já na Vila Regina, a maioria dos lotes tinha largura variando entre 5 m e 8 m, comprimento que chegava até 71 m, e área variando entre 66 m<sup>2</sup> e 941 m<sup>2</sup> (Tabela 08). Essa diferença reafirma o caráter rural deste último núcleo. Também neste, localizavam-se os antigos “cubículos das prostitutas”, que eram pequenas edificações, com apenas dois ambientes, que ocupavam lotes cuja largura podia ser de apenas 2,20 m. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 9 – Características dos lotes em Rio Tinto

	Centro	Regina
<b>Largura Lote</b>	3 a 5,5 m	5 a 8 m
<b>Comprimento lote</b>	15 a 56 m	17 a 71 m
<b>Área Lote</b>	49 a 463 m <sup>2</sup>	66 a 941 m <sup>2</sup>

Fonte: Levantamento próprio.

Nas quadras da Vila Regina, não havia os amplos vazios que existiam em muitas quadras do Centro. As áreas delas variavam entre 1.636,52 m<sup>2</sup> e 32.644,86 m<sup>2</sup>, enquanto nesse último núcleo elas tinham entre 1.007,22 m<sup>2</sup> e 56.516,06 m<sup>2</sup>.

Várias ruas dotadas de canteiro central com arborização (algumas delas, sendo vias secundárias) garantiam amenização climática à cidade (Imagens 51 e 52). Ainda hoje esses espaços arborizados constituem áreas de convívio para a população em razão da penúria de praças existente na cidade (elas equivaliam a menos de 2% da área urbanizada inicial).



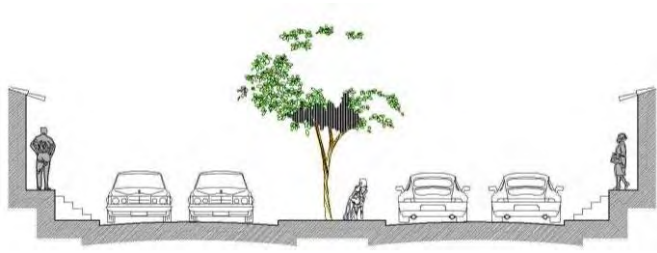
Imagens 51 e 52

Os canteiros centrais como espaços de convívio

Fonte: Acervo próprio. 2009

Algumas das casas, devido à topografia do lugar, foram, no início da implantação da cidade, construídas com embasamento bem elevado em relação ao nível das ruas, o que fez com que haja calçadas com mais de 1,50 m de altura, no núcleo central da cidade (Ver imagens 53 e 54).





**Imagem 53**

Seção transversal de algumas ruas centrais.  
Fonte: Levantamento próprio.

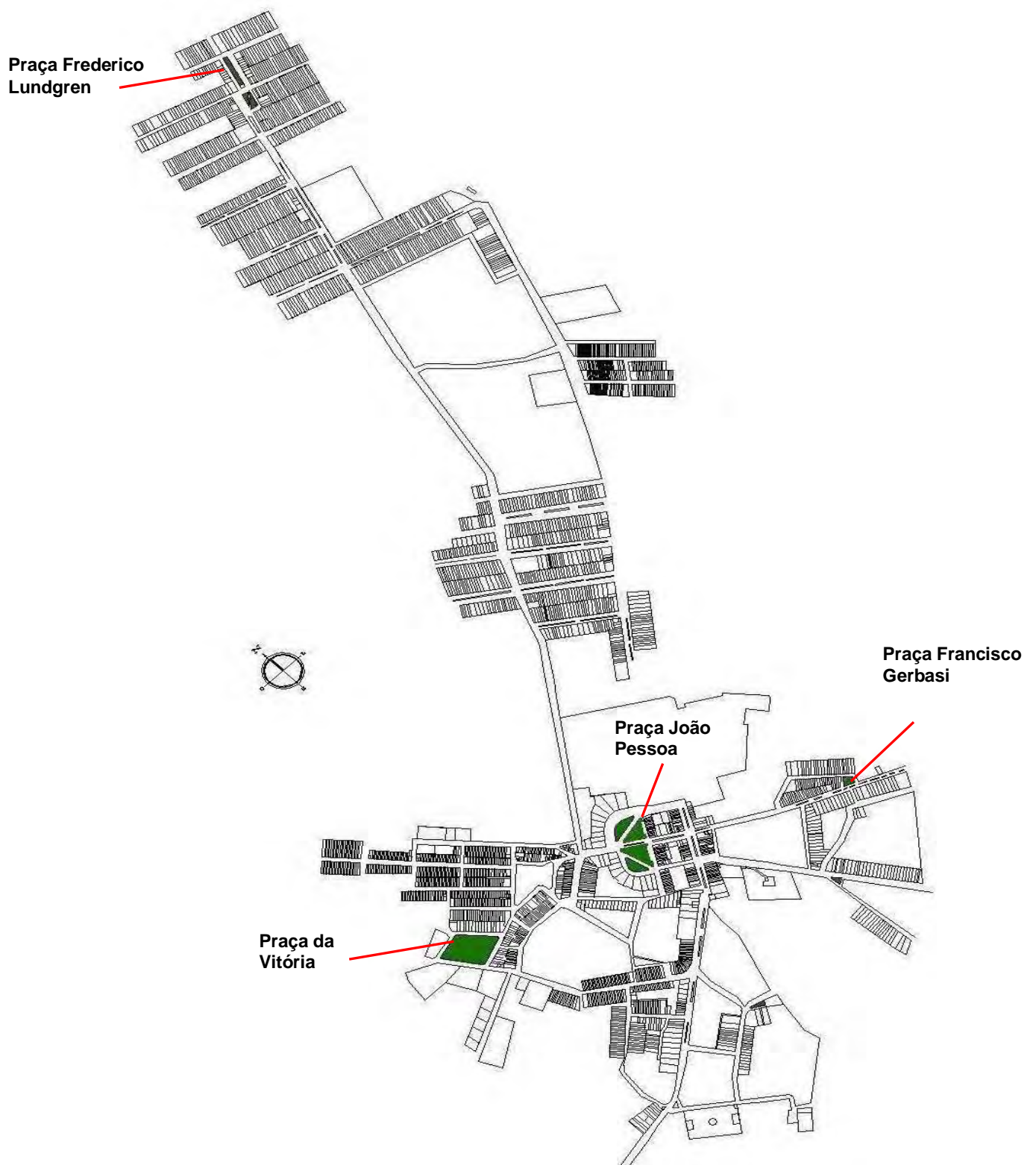


**Imagem 54**

Calçadas muito elevadas em ruas centrais.  
Fonte Acervo Próprio. 2009

Na Imagem 55, vemos o mapa de distribuição das áreas verdes na cidade atualmente. No Centro existem três praças, uma das quais é um simples espaço vazio, sem tratamento paisagístico. A Praça João Pessoa (Imagem 56), já mencionada acima, é a mais central. É nela que se localizam a matriz da cidade – Igreja Santa Rita de Cássia – e os chalés construídos para as famílias dos diretores e trabalhadores especializados da companhia de tecidos. É nela também que foi implantada a estátua de Frederico Lundgren, fundador da cidade. Ela é “um espaço agradável de encontro, onde as festas e reuniões aconteciam e onde os operários desfrutavam suas poucas horas de ociosidade e de lazer” (AMÉLIA PANET, in PANET, A. et al, 2002 p. 34). A Praça da Vitória (Imagem 57), com mais de 10.500 m<sup>2</sup> de área, é a segunda maior praça existente na cidade. Localiza-se defronte ao Colégio Estadual Luiz Gonzaga Burity. Ao seu redor encontram-se duas antigas mansões que hospedavam a família Lundgren. Infelizmente ela nunca recebeu nenhum tratamento paisagístico e apenas abriga, em seu centro, um cruzeiro e, nas margens, algumas barracas de lanches. A Praça Francisco Gerbasi (Imagem 58) é pequena e abrigava um antigo televisor de uso comunitário, que permitia à população operária assistir aos programas de televisão.

No núcleo Regina, há apenas uma praça, de nome Frederico Lundgren (Imagem 59). Ela se situa em frente ao antigo Regina Esporte Clube e, sendo dotada de tratamento paisagístico bem preservado pela administração do município, é local de encontro da população do núcleo.



**Imagem 55**

Localização das praças de Rio Tinto na planta da cidade.  
Fonte: Planta cadastral da CAPEPA 2005. Atualizada 2009.



**Imagem 56**  
Praça João Pessoa  
Fonte Acervo Próprio. 2009



**Imagem 57**  
Praça da Vitória  
Fonte Acervo Próprio. 2009



**Imagem 58**  
Praça Francisco Gerbasi  
Fonte Acervo Próprio. 2009



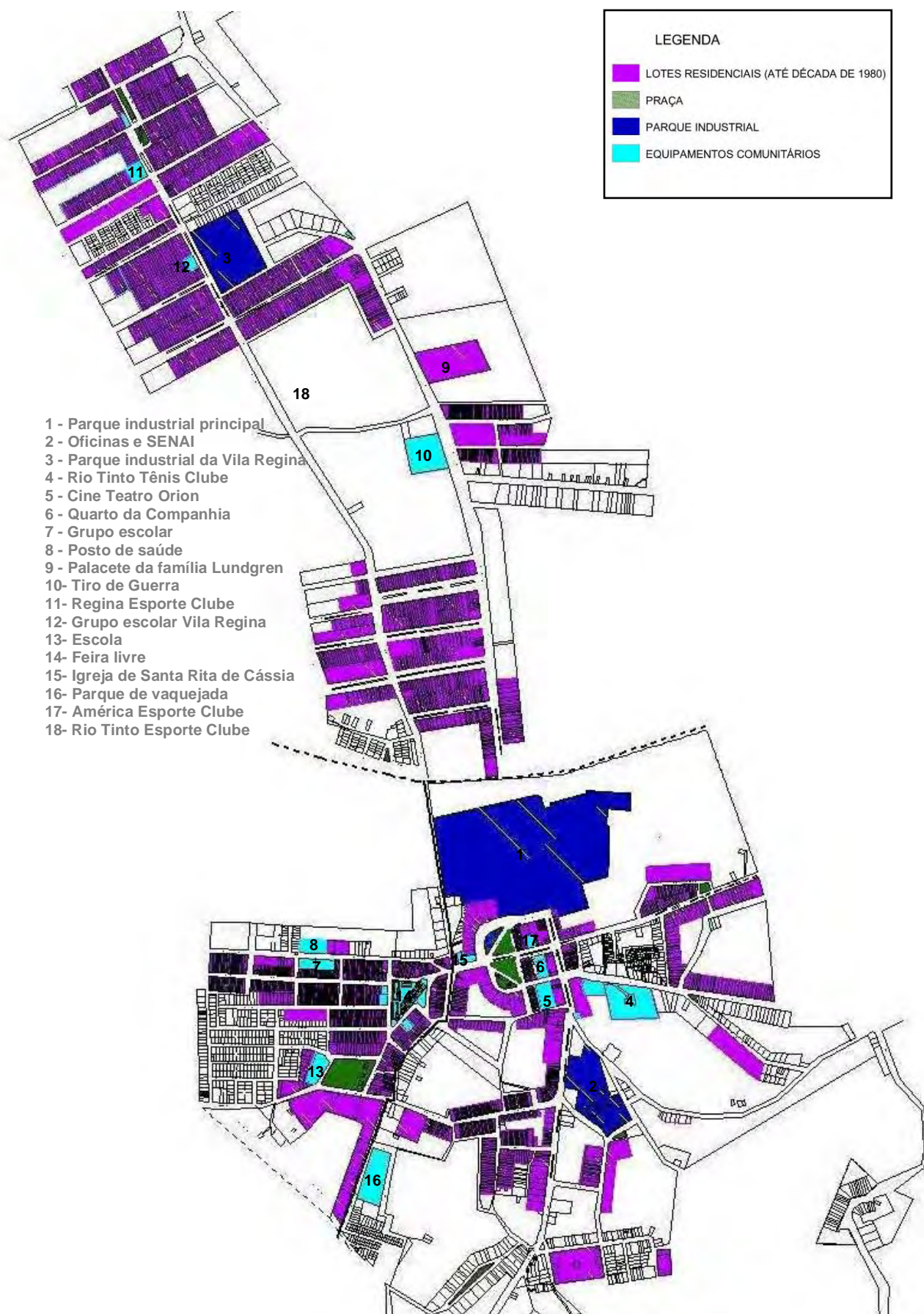
**Imagem 59**  
Praça Frederico Lundgren  
Fonte Acervo Próprio. 2009

A Imagem 60 apresenta – em planta recente da cidade – a distribuição dos usos do solo em Rio Tinto até os anos 1980. Nela também estão indicadas, por meio de números, as principais edificações da cidade naquela época.

Já a Imagem 61 mostra a distribuição atual dos usos do solo na cidade. A comparação dela com a imagem precedente evidencia as alterações ocorridas no uso do solo local entre meados de 1980 e os dias de hoje.

Quando da implantação da fábrica, além das residências do operariado e da família Lundgren, foram implantados igrejas, equipamentos de lazer, de pequeno comércio, de segurança, de saúde, de educação, de hotelaria, de alimentação para visitantes.

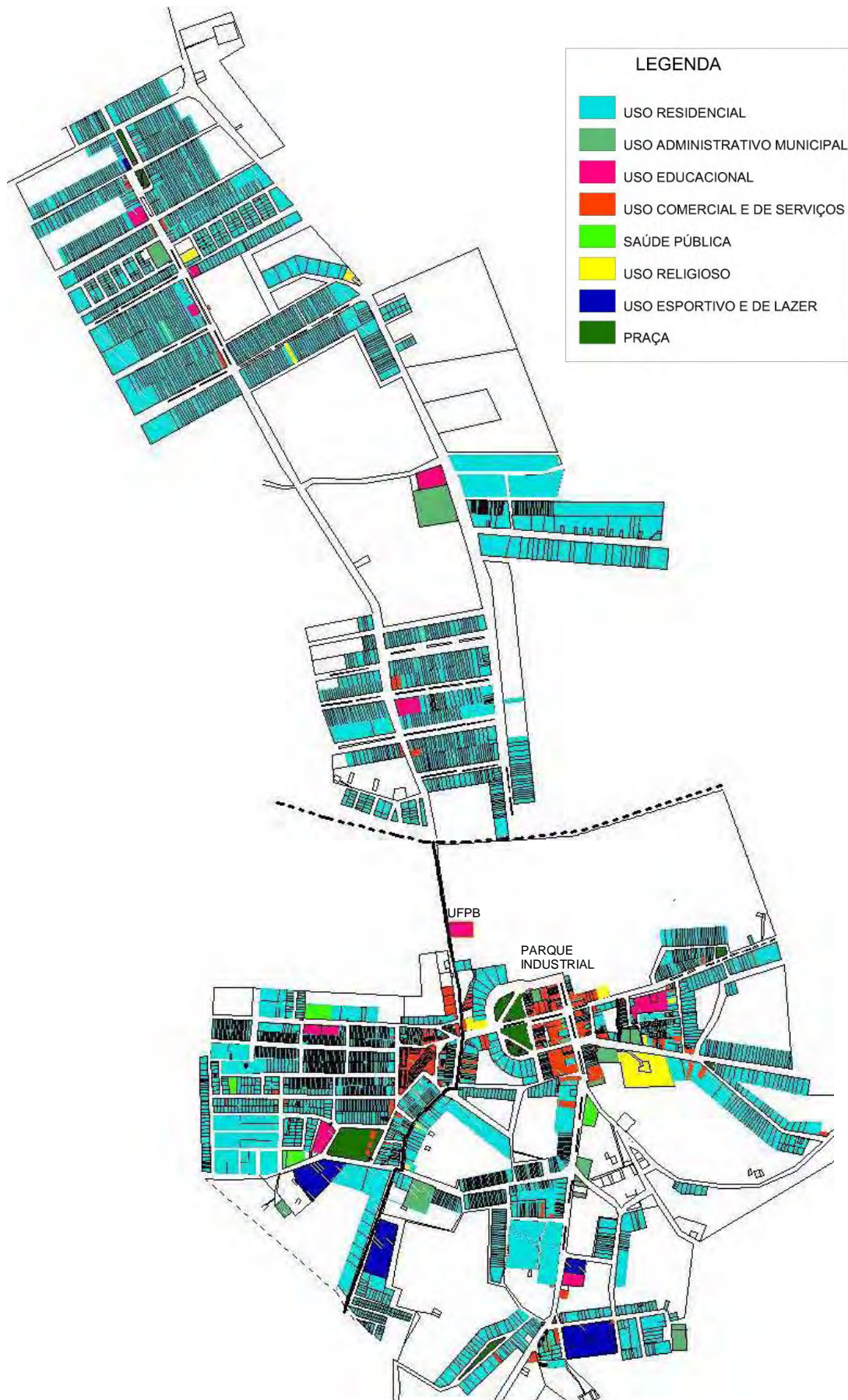




**Imagem 60**

Planta de Rio Tinto com as construções feitas pelos Lundgren até 1983 em destaque.

Fonte: Planta cadastral da CAPEPA 2005. Atualizada 2009.



**Imagem 61**

Planta de Rio Tinto com uso e ocupação do solo urbano atualizados em 2009..  
 Fonte: Planta cadastral da CAPEPA 2005. Atualizada 2009.



Com o encerramento das atividades fabris, máquinas e instalações industriais tornaram-se ociosos. Permanecendo em posse do Grupo Lundgren, algumas edificações já se encontram em quase total ruína. Os galpões de oficina elétrica e mecânica e o antigo prédio do SENAI, destinado ao treinamento dos jovens operários da fábrica, são exemplos desse processo de deterioração (imagens 62 e 63).



**Imagem 62**  
Situação atual da antiga Oficina Mecânica  
Fonte Acervo Próprio. 2005



**Imagem 63**  
Situação atual do antigo prédio do SENAI  
Fonte Acervo Próprio. 2005

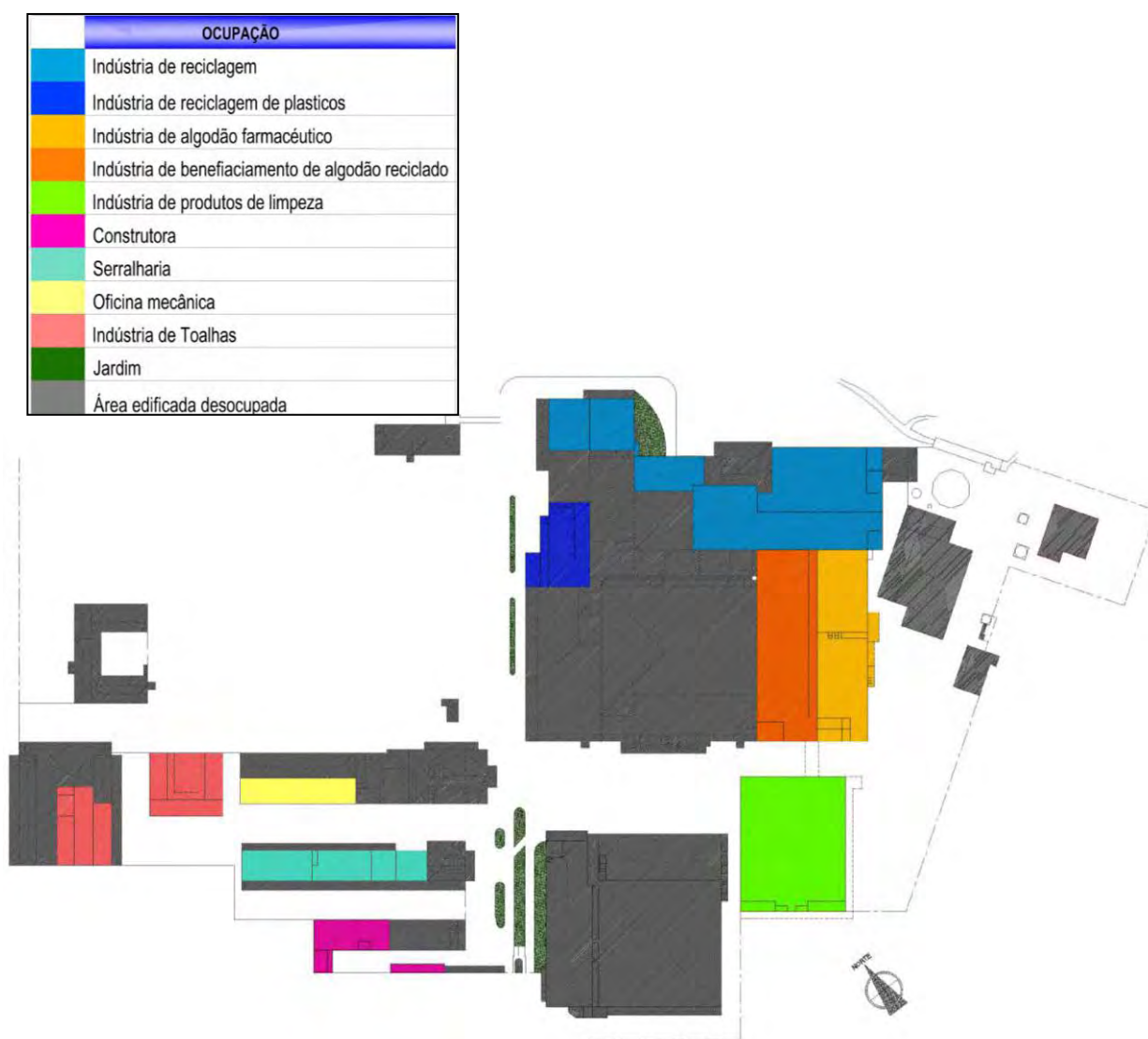
Dos galpões da produção têxtil, uns estão desocupados e entregues a ação do tempo, sem receber nenhuma manutenção (ver imagens 64,65). Outros, um pouco menos da metade do total, estão alugados a empresas de variados ramos. Em 2007, eles abrigavam usos como indústrias de reciclagem de plásticos, de produtos de limpeza, de beneficiamento de algodão e serralharias, (Imagens 66,67,68 e 69). Atualmente, alguns galpões estão sendo utilizados pela Universidade Federal da Paraíba como mostrado anteriormente.



**Imagem 64**  
Interior da antiga seção de fiação, ainda com máquinas  
Fonte: Acervo Próprio. 2005



**Imagem 65**  
Interior da antiga casa de força, sem os geradores de energia.  
Fonte: Acervo Próprio. 2005



**Imagem 66**

Planta mostrando os usos, referentes ao ano de 2007, das antigas dependências da unidade fabril principal.

Fonte: Levantamento próprio.2007



**Imagens 67 e 68**

Antiga Seção de Fiação, ainda em bom estado de conservação externa.

Fonte Acervo Próprio. 2005



**Imagem 69**

Antiga unidade fabril de Vila Regina, hoje sem utilização  
(ela ainda abriga a maquinaria textil).

Fonte: Acervo Próprio. 2009

Os antigos clubes de recreação existentes na cidade e mantidos pela fábrica foram desativados. Eles eram em número de quatro: Rio Tinto Tênis Clube, Rio Tinto Futebol Clube, América Futebol Clube e Regina Esporte Clube. Todos ainda pertencem ao patrimônio da família Lundgren. O primeiro recebeu novo uso, abrigando hoje um Centro Educacional Teológico Presbiteriano (Imagens 70 e 71). Ao América Futebol Clube (Imagens 72 e 73) deu-se um uso comercial por localizar-se ele no centro comercial de Rio Tinto. O Regina Esporte Clube (Imagens 74 e 75) tornou-se o Centro de Referência da Assistência Social. E o Rio Tinto Futebol Clube (Imagem 76), abandonado, está hoje arruinado.



**Imagens 70 e 71**

Antigo Rio Tinto Tênis Clube, ontem (à esquerda) e hoje (à direita)

Fonte: Panet, a. (2002) e acervo próprio.2009





### Imagens 72 e 73

Antigo América Esporte Clube, ontem (à esquerda) e hoje (à direita)  
Fonte: Panet, a. (2002) e acervo próprio.2009



### Imagens 74 e 75

Antigo Regina Esporte Clube, ontem (à esquerda) e hoje (à direita)  
Fonte: Panet, a. (2002) e acervo próprio.2009



### Imagens 76

Antigo Rio Tinto Futebol Clube, já sem coberta, encontra-se em ruína.  
Fonte: acervo próprio.2009

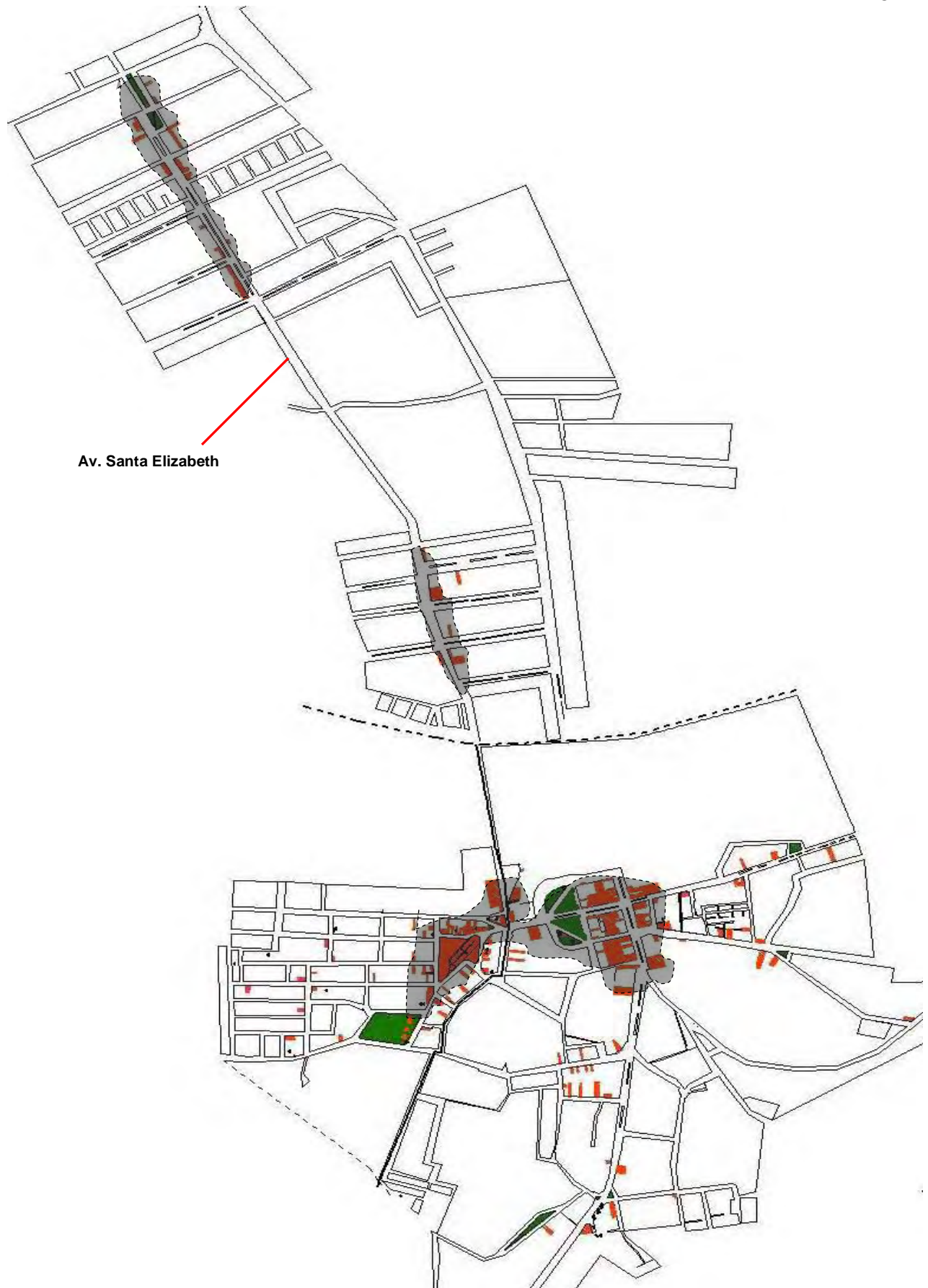
Grande parte das casas de Rio Tinto ainda são habitadas por ex-operários da fábrica de tecidos ou filhos de antigos operários. Muitas começam a ganhar novos usos, dentre os quais se destaca o pequeno comércio de escala doméstica, que assegura uma fonte de renda suplementar às famílias que a ele se dedicam (Imagens 77 e 78). Na Vila Regina esse comércio de subsistência está localizado principalmente ao longo da via principal – a Avenida Santa Elizabeth – e nas proximidades dela. No núcleo central, ele se concentra sobretudo em torno do mercado público, da Praça João Pessoa e entre esta e a Avenida Manoel Gonçalves, o principal acesso ao antigo parque fabril. Diferentemente de épocas passadas, onde o predomínio de moradias era absoluto, nas demais ruas também se observa a existência de pequenos pontos comerciais, dispersos e em pequeno número (Imagem 79).



**Imagens 77 e 78**

Exemplos de pontos comerciais instalados em antigas residências.

Fonte: acervo próprio.2009

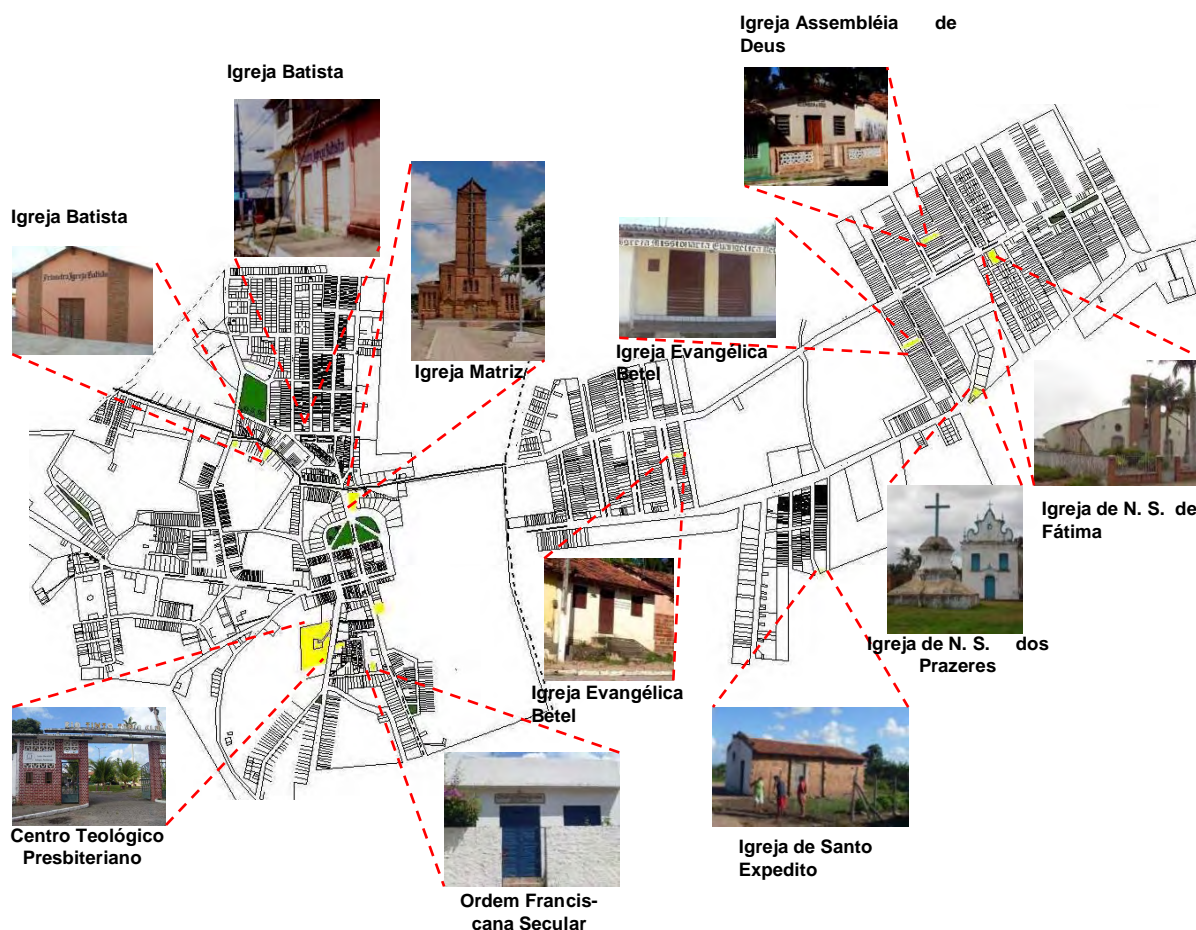


**Imagem 79**

Localização do pequeno comércio na planta da cidade.  
Fonte: Planta cadastral da CAPEPA 2005. Atualizada 2009.



Houve também uma substituição do uso residencial pelo uso religioso. Edificada em 1942, a igreja matriz era o principal templo em Rio Tinto. Quando da implantação da vila operária, a família Lundgren, além de haver construído essa igreja, assegurava um rendimento ao seu capelão, que era mais um assalariado da empresa. A igreja era mais um instrumento de mobilização e controle ideológico da população, através da catequese realizada entre os operários e crianças, preceituando uma vida obediente e passiva. Além dela, havia outro templo católico, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, na Vila Regina, edificada pelos índios que habitaram o local desde o século XVIII. Ademais, segundo Mello in Panet, A. et al (2002), em 1955 havia também na cidade quatro igrejas protestantes. Vejamos a imagem que segue:



**Imagem 80**

Localização das Instituições religiosas na planta da cidade.  
Fonte: Planta cadastral da CAPEPA 2005. Atualizada 2009.

Atualmente há na cidade dois outros templos católicos, ambos situados na Vila Regina: a Igreja de N. S. de Fátima e a Igreja de Santo Expedito (ainda não concluída). Existe

também uma pequena construção que abriga uma organização católica: a Ordem Franciscana Secular.

Por outro lado, há na cidade vários novos templos não católicos que ocupam antigas residências e ainda guardam a aparência de casas (Imagens 81, 82 e 83). Ademais, como já foi aqui dito, uma instituição protestante, o Centro Educacional Teológico Presbiteriano, foi instalada num antigo clube que foi desativado.



**Imagens 81, 82 e 83**

Exemplos da substituição do uso residencial pelo religioso

Fonte: acervo próprio.2009.

Quanto ao uso institucional, ele foi sendo acrescentado a paisagem da cidade a medida em que o controle administrativo, de natureza pública municipal desde 1956, necessitava expandi-lo para melhor prestação de serviços a população em crescimento após o fechamento da fábrica. A princípio, a fábrica mantinha os serviços essenciais para a produção e reprodução da força de trabalho: “O grupo Lundgren, obteve a isenção de impostos por um período de vinte e cinco anos, durante os quais a fábrica se encarregaria dos serviços de saúde, educação, segurança, lazer e outros, da população recrutada” (PANET, A. in PANET, A. et al, 2002, p. 26). Ficando independente de Mamanguape em 1956, a cidade teve de dispor de novos edifícios administrativos, já que ela passou a ter prefeito, câmara de vereadores, etc. Com o crescimento da população, também novas escolas, postos de saúde etc., tiveram de ser fornecidos a ela.



**Imagens 84 e 85**  
Unidades de Saúde da Família  
Fonte: acervo próprio.2009.

### **Alterações arquitetônicas**

Paralelamente às alterações de uso e ocupação do solo urbano, se observam na cidade transformações substanciais no aspecto das edificações. As fachadas destas alteraram-se não só quanto aos novos usos foram dados a elas, mas também nos casos em o primitivo uso residencial delas foi mantido.

Quando construídas pelo Grupo Lundgren, as residências do operariado seguiam uma padronização rigorosa, o que revelava tanto o desejo de uma uniformidade estética quanto a intenção de se adotar o método da construção em série, com menor custo de execução.

De acordo com Amélia Panet in Panet, A. et al (2002), nos blocos de habitações inicialmente edificados predominava a utilização de materiais de acabamento modestos, havendo pouca variação de uma tipologia para as outras. As casas, sempre construídas com tijolos maciços, de produção própria do Grupo Lundgren, recebiam reboco e pintura. Eram em maioria geminadas, em grupos de duas ou mais casas (Imagens 86,87 e 88). De madeira, as portas eram do tipo balcão e as janelas tinham uma folha de abrir. As cores predominantes eram as da empresa: branco e azul. Algumas edificações possuíam fachada em tijolo aparente, característica que traduzia um maior prestígio do trabalhador que a habitava dentro da linha de produção fabril.



#### **Imagens 86 e 87**

Casas da Praça João Pessoa, ontem (à esquerda) e hoje (à direita)

Fonte: Acervo Antonio Luis

Atualmente, não só as cores, mas também os materiais de revestimento diferenciam as fachadas daquelas existentes no passado. Os principais materiais que foram introduzidos nelas são o chapisco, a pedra e as cerâmicas. No que concerne às esquadrias, observa-se a adoção do uso do vidro e do alumínio e o surgimento de portas almofadadas, basculantes, venezianas, janelas de correr, grades, etc. A difusão dessas novidades reflete o desejo de diferenciação almejado pelos moradores rio-tintenses, já cansados da ultrapassada monotonia das fachadas legadas pelo Grupo Lundgren (Imagens 89 e 90). Relatos de moradores também revelam que a insegurança é um fator que vem aumentando a instalação de grades nas habitações.



#### **Imagem 88**

Casa rio-tintense que preservou a fachada original.

Fonte: acervo próprio.2009





**Imagens 89 e 90**

Fachadas atuais de casas rio-tintenses, diferentes das originais.

Fonte: acervo próprio.2009

Outra modificação observada é a abertura, na fachada, de um vão de acesso maior para o abrigo do automóvel introduzido na residência. Este bem, antes, fora do alcance do operariado da cidade, tornou-se recentemente acessível a alguns moradores, o que exigiu a introdução, em suas casas, de garagens – cujos portões, com frequência de ferro ou alumínio, conferem nova aparência às fachadas (Imagem 91).



**Imagem 91**

Casa rio-tintense com garagem e grades de ferro na fachada.

Fonte: acervo próprio.2009

Diante do controle administrativo exercido na cidade pelos Lundgrens, a população de Rio Tinto desfruta tardiamente do acesso ao transporte automobilístico. No Brasil, desde a década de 1950, segunda fase da industrialização brasileira, a política nacional de desenvolvimento do país garantia a ampliação do consumo interno através de políticas de estímulo ao crédito, garantindo e consolidando o processo de industrialização. Em seu governo, Juscelino Kubitschek em seu "Plano de Metas" (50 anos em 5) tinha como fundamento a implantação de um sólido parque automobilístico, com tecnologia dos EUA e da Europa. Entre outras medidas, era garantida a população, facilidades de acesso aos bens da

indústria automobilística e de eletrodomésticos (Bens duráveis), mas em Rio Tinto, neste momento, a população controlada pelos Lundgrens fora privada destas vantagens. Somente após a decadência desse grupo é que houve uma maior abertura ao acesso a esses bens.

Há ainda um último tipo de modificação construtiva que merece ser aqui apontado. Ele está ligado ao fato que o fechamento do sistema fabril instalado em Rio Tinto acarretou mudanças na pirâmide etária da população. Marcada pela forte presença de idosos aposentados, a cidade passou a possuir, em suas calçadas elevadas, um novo elemento necessário à segurança da circulação desse segmento populacional (Imagens 92,93 e 94). Atualmente é marcante a introdução de corrimãos e guarda-corpos em várias dessas calçadas, para tornar mais seguro o acesso dos idosos às residências contíguas a elas.



**Imagens 92,93 e 94**

Corrimãos e guarda-corpos em calçadas elevadas de Rio Tinto

Fonte: acervo próprio.2009

### **As novas implantações urbanas**

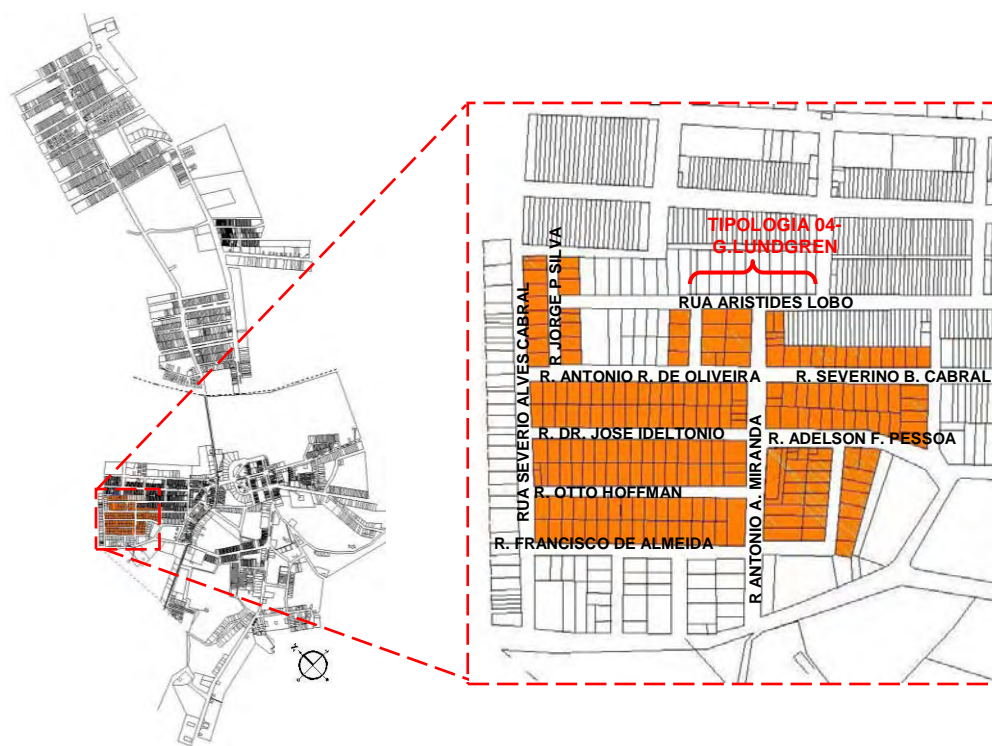
Uma parte significativa das alterações físicas ocorridas em Rio Tinto após o fechamento da fábrica de tecidos deve ser atribuída a novas implantações urbanas que foram introduzidas na cidade.

Estas consistiram principalmente na construção de dois conjuntos residenciais, feitos com financiamento público; na criação, pela prefeitura, de três loteamentos, cujos lotes foram entregues às famílias para que elas neles erguessem suas casas; e na construção, pela iniciativa privada, de edificações individuais, erigidas em terrenos vazios, adquiridos ao Grupo Lundgren e situados em diversos pontos da cidade.

Na década de 1980, se inicia em Rio Tinto a construção de 205 casas através da CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular. Entregue às famílias em 1986, esse conjunto recebeu o nome de Eduardo Ferreira. Ele resultou da iniciativa conjunta dos governos municipal e estadual e objetivava reduzir a carência habitacional então existente na

cidade (que não existia nas épocas de pleno funcionamento do parque fabril). Como visto anteriormente, na década de 80, a população de Rio tinto volta a crescer. Com esse crescimento no número de famílias, cresce também a necessidade de novas moradias, uma vez que, aquelas construídas pelo Grupo Lundgren não foram desocupadas mas permaneceram com os antigos moradores, seja na forma de pagamento de aluguel ou com a posse definitiva.

O Conjunto Eduardo Ferreira foi edificado num amplo vazio que fora deixado pelos Lundgren no interior do tecido do núcleo central por eles implantado (no setor noroeste dele). Tal vazio tinha como limites as ruas Aristides Lobo, Severino Alves Cabral e Francisco de Almeida (Imagem 95). Ele foi desapropriado pelo governo estadual.



**Imagem 95**

Traçado e localização do Conjunto Eduardo Ferreira.  
Fonte: Planta cadastral da CAPEPA 2005. Atualizada 2009.

O conjunto apresenta características próprias e diversas das existentes em Rio Tinto até então. As ruas não apresentam canteiro central linear, mas têm arborização, em alguns trechos, no centro delas. Vejamos as imagens:





**Imagens 96 e 97**

Ruas arborizadas do Conjunto Eduardo Ferreira.

Fonte: acervo próprio.2009

Os lotes do conjunto têm área de mais ou menos 200 m<sup>2</sup>, sua testada variando entre 9 m e 12 m, e sua profundidade, entre 17 m e 20 m.

As moradias nele construídas ficavam recuadas das quatro divisas e distribuíam-se em três tipologias: casas com um, dois ou três quartos (Imagens 98 e 99). Destinavam-se à população de baixa renda, mas o que se observou ao longo dos anos foi sua ocupação por moradores de diversos níveis de poder aquisitivo, os quais foram aos poucos investindo em reformas e ampliações de várias casas do conjunto.



**Imagens 98 e 99**

Casas primitivas do Conjunto Eduardo Ferreira.

Fonte: acervo próprio.2009

Essas melhorias alteraram substancialmente várias casas do conjunto, algumas das quais chegaram a ganhar mais de um pavimento (Imagens 100 e 101). Em muitas delas ocorreram mudanças de esquadrias e de revestimento da fachada e do muro frontal.



**Imagem 100**  
Muro frontal modificado no Conjunto  
Eduardo Ferreira.  
Fonte: acervo próprio.2009



**Imagem 101**  
Casa com primeiro andar no Conjunto  
Eduardo Ferreira.  
Fonte: acervo próprio.2009

Após a construção do conjunto, várias edificações foram edificadas por particulares em terrenos situados nas imediações dele que foram adquiridos ao Grupo Lundgren (Imagens 102, 103, 104 e 105). Elas apresentam uma grande diversidade de características arquitetônicas, reflexo da variedade dos gostos e das personalidades de seus proprietários. Revelam uma arquitetura contemporânea, onde se emprega uma enorme variedade de materiais construtivos incomuns na arquitetura da cidade até então: pedra granítica, blocos de tijolos de vidro, esquadrias de alumínio, textura acrílica, etc.

Tal arquitetura diversificada se repete em vários outros pontos da cidade em terrenos igualmente adquiridos por particulares ao Grupo Lundgren. Esses terrenos e os mencionados no parágrafo foram desmembrados de antigos vazios urbanos, existentes desde a implantação inicial da vila operária pela família Lundgren.





**Imagens 102,103,104 e 105**

Casas de arquitetura contemporânea construídas em terrenos adquiridos ao Grupo Lundgren.  
Fonte: acervo próprio.2009

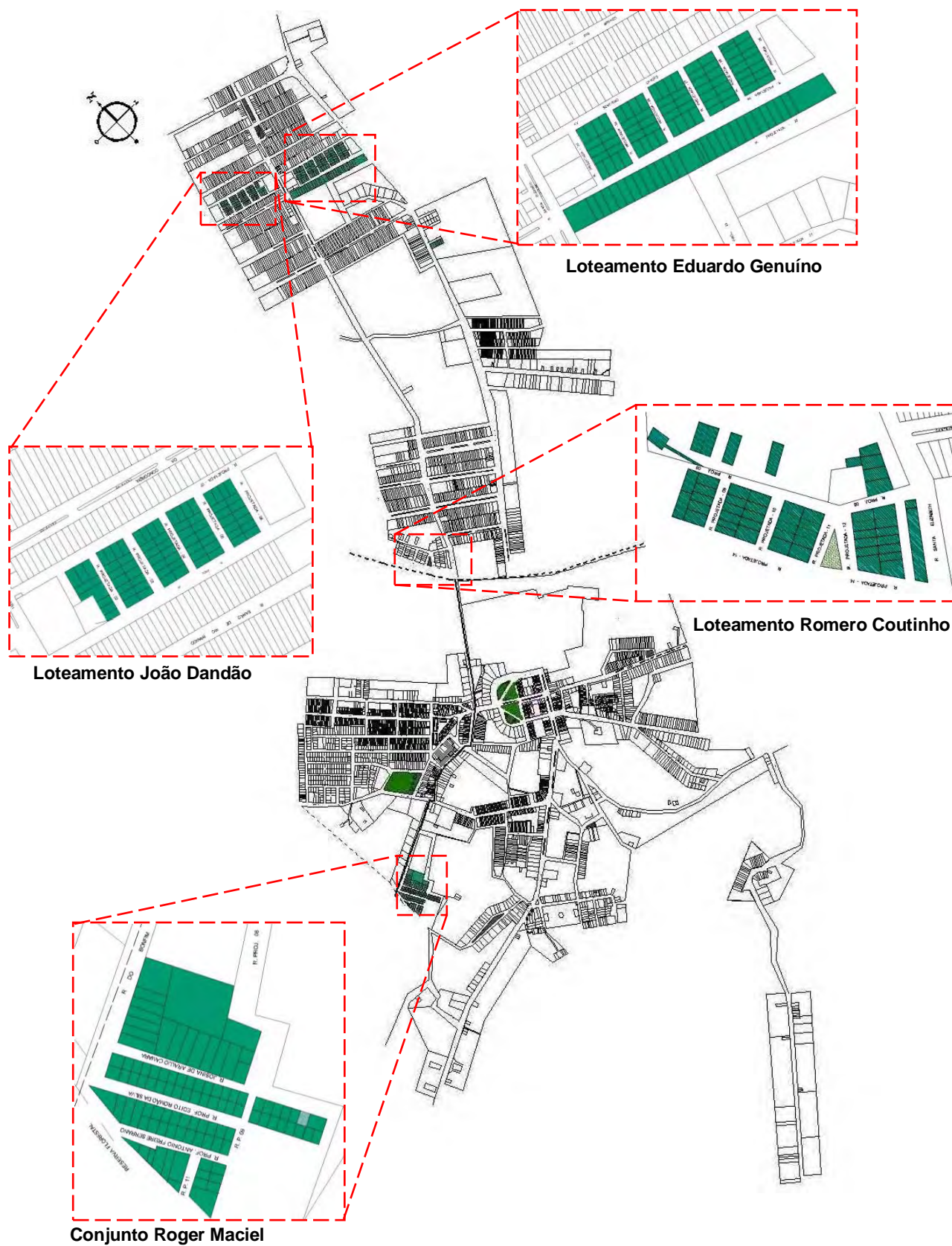
Além do Conjunto Eduardo Ferreira, um outro e três loteamentos, destinados à população de baixa renda, foram implantados na década de 1990 (Imagem 106). Os loteamentos localizam-se na Vila Regina: o Eduardo Genuíno (1991) e o João Dandão (1994) localizam-se na parte mais alta da cidade e o terceiro, denominado Romero Coutinho (1997), embora pertencente ao núcleo denominado Regina, situa-se muito próximo ao núcleo central, na parte mais baixa do terreno, bem próximo ao rio denominado vermelho.

Já o conjunto mencionado, de nome Roger Maciel (Imagem 107), foi implantado no núcleo central, em 1996 e ampliado em 2008. Ele foi construído com recursos repassados à Prefeitura de Rio Tinto pelo governo federal.

No Loteamento João Dandão (Imagem 109), o parcelamento do solo gerou lotes com área de aproximadamente 100 m<sup>2</sup> e lados variando em torno de 7 m de largura e 15 m de profundidade. No Loteamento Eduardo Genuíno (Imagem 108) os lotes são maiores, com área compreendida entre 180 m<sup>2</sup> e 200 m<sup>2</sup>. Já no Conjunto Roger Maciel os lotes são bem pequenos, sua área variando em torno de 70 m<sup>2</sup> e sua largura e profundidade situando-se ao redor de 7 m e 10 m, respectivamente.

A arquitetura das casas construídas nesses empreendimentos revela uma simplicidade que é própria da moradia popular. No Conjunto Roger Maciel essa simplicidade é acompanhada pela uniformidade característica dos nossos conjuntos de habitação social.





**Imagem 106**

Traçado e localização do Conjunto Roger Maciel e dos loteamentos João Dandão, Eduardo Genuíno e Romero Coutinho.

Fonte: Planta cadastral da CAPEPA 2005. Atualizada 2009.





**Imagem 107**  
Casas do Conjunto Roger Maciel  
Fonte: acervo próprio.2009



**Imagem 108**  
Rua do Loteamento Eduardo Genuino  
Fonte: acervo próprio.2009

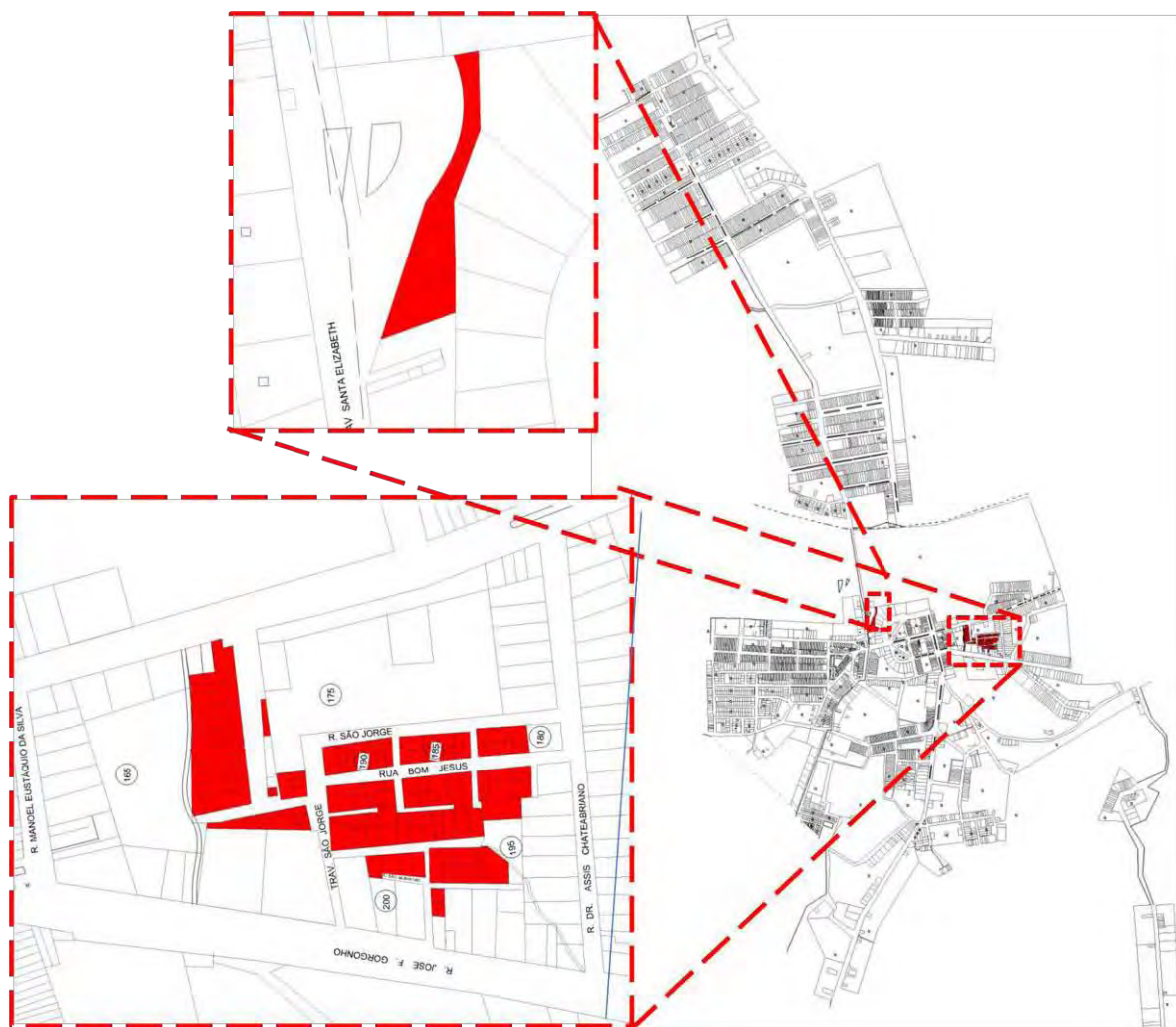


**Imagem 109**  
Casas do Loteamento João Dandão  
Fonte: acervo próprio.2009



**Imagem 110**  
Áreas de invasão  
Fonte: acervo próprio.2009

Convém acrescentar que além das novas implantações acima descritas, um novo tipo de tecido urbano surgiu na cidade nas últimas décadas. Trata-se de aglomerados de casebres, que formam vielas dispostas de forma não planejada para uma população pobre, situadas em áreas invadidas, pertencentes à família Lundgren (Imagem 110 e 111). Em geral esses casebres situam-se em áreas alagáveis, o que expõe seus moradores a sérios riscos e agrava ainda mais o problema que, mesmo em localizações menos problemáticas, eles representam. Eles reproduzem o fenômeno que se verifica em praticamente todas as cidades brasileiras e são um reflexo da forte desigualdade social que, lamentavelmente, tem caracterizado nosso país.



**Imagem 111**

Localização de aglomerados de casebres localizados em áreas de invasão.

Fonte: Planta cadastral da CAPEPA 2005. Atualizada 2009.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em mais de duas décadas de vida urbana desde que a fábrica de tecidos de Rio Tinto encerrou suas atividades, nos perguntamos quais as características e intensidade das transformações ocorrentes neste espaço urbano até então. Cidade criada e não formada naturalmente, mesmo após o fechamento da fábrica, manteve sua vitalidade como habitat humano e, como tal, vivido e transformado por essa ação. Após findarem-se as atividades fabris, o poder centralizador da família Lundgren, que ditava as regras do crescimento citadino, não permaneceu o mesmo. A cidade continuou a se desenvolver – agora sob orientação da administração municipal – ao ritmo das novas demandas sociais que naturalmente foram surgindo.

Os elementos que marcam a trajetória de ajustamentos e formação de novos espaços são ao certo irrevogáveis. Por vezes, inconscientemente irresponsáveis, marcam definitivamente a história deste ambiente. Com Rio Tinto não ocorre diferente. O contato com a população nos confirmou o fato de que, qualquer alteração feita na cidade, pelos próprios moradores ou administração local, pouco ou nunca ocorre com a possibilidade de ser analisada cautelosamente para se evitar o empobrecimento deste bem cultural. Falta entre as pessoas que habitam esta cidade uma consciência responsável acerca do valor memorável que ela representa para história da humanidade. Acréscimos e alterações arquitetônicas nos prédios, a muito vem sendo feitos sem que haja um comprometimento com a não descaracterização dos traços históricos deste meio urbano, pois Segundo as Normas de Quito (1967), “Um monumento restaurado adequadamente [...] constitui não só uma lição viva de história como uma legítima razão de dignidade nacional.” (IPHAN, Cartas Patrimoniais, 2006). E ainda como nos afirma Bonfim (2007, p. 264),

... em conjuntos urbanos históricos que ainda possuem uma integridade e unidade figurativa do espaço, pode-se propor uma nova integridade, uma recriação do espaço acrescentando elementos que o melhorem, porém que respeite a percepção anterior.

Quando, no primeiro capítulo deste trabalho, caracterizamos o tipo de construção para a classe operária, produzida no contexto mundial da Revolução Industrial, percebemos que não apenas a aparência física de algumas edificações em Rio Tinto remetiam a modelos internacionais. Também ocorria aí, a expressão de um conjunto de idéias, tais como, o conceito sobre a divisão de trabalho, diferenciação entre categorias funcionais e o interesse capitalista que consistia na retenção de mão-de-obra barata e sempre disponível a produção fabril.

E não apenas isso, o estudo nos apontou algumas influências das precursoras vilas européias implantadas no advento da Revolução Industrial. Confirmadas não só em Rio Tinto, outros núcleos fabris implantados aqui no Brasil seguiram a mesma orientação como a Vila Operária Santa Cruz, no estado de Sergipe. Análogo ao que ocorreu em Rio Tinto, Bonfim (2007, p. 260) observa nesta Vila algumas variantes na configuração espacial, que se apresentam semelhantes às manifestações européias:

- 1- A associação linear de unidades de habitação, ordenadas pela repetição de um modelo, critério encontrado na *Fuggeri* Alemã e no *Cottage System* inglês;
- 2- A organização de variantes arquitetônicas obedecendo a critérios de ocupação segundo a hierarquia funcional na empresa, critério também empregado nas *Cités Ouvrières* francesas;
- 3- A incorporação de equipamentos de lazer e serviços comunitários na fábrica de Santa Cruz, também como uma extensão das *Cités Ouvrières* francesas.

Um grande colapso habitacional cercava os grandes centros urbanos no mundo inteiro e preocupava os grandes investidores. Esses centros não possuíam estrutura adequada para absorver a nova população que invadia as cidades em busca de emprego e renda no setor industrial. Não diferente de outros lugares no mundo, aqui no Brasil, também o poder privado foi o grande precursor da implantação de soluções para melhoria das condições de morar do pobre trabalhador fabril.

Neste contexto, Rio Tinto se mostra como exemplar ainda preservado deste fenômeno ocorrente em nosso país. Criada totalmente para dar suporte a indústria têxtil, que ampliava sua produção, oriunda do estado vizinho – Pernambuco – o Grupo Lundgren, juntamente com a construção do complexo fabril, criava em Rio Tinto, toda uma estrutura urbana para a fixação de mão-de-obra necessária ao empreendimento. Ao operário era garantida a comodidade de possuir moradia, salário e os serviços de saúde, educação e segurança para si e seus familiares. Ao empregador reservava-se o direito de manter sobre controle a vida regrada de seus trabalhadores para dispor de mão-de-obra cativa ao seu empregador e sempre disponível nas proximidades da fábrica.

Tendo sido formado o complexo fábrica - vila operária, toda a vivência naquela localidade se organizaria em torno da produção têxtil-fabril. E assim ocorreu, desde o início da construção do empreendimento em 1918, até meados da década de 80, quando o sistema fabril entra em crise e paralisa suas atividades. A partir de então, uma nova fase começa a ser vivida pela população já instalada naquele lugar. Inativo seu principal meio de economia e desprovida do controle patronal, Rio Tinto parece ter demorado a dar seus próprios passos, independentes do direcionamento empresarial.

Em nossa pesquisa, distinguimos no período que vai desde o fechamento da fábrica (meados da década de 80) até os dias atuais(2009) três momentos históricos. Eles são caracterizados principalmente pelo ritmo econômico vivenciado pelos moradores desta cidade. Didaticamente esta foi uma contribuição importante para o entendimento sistemático das mudanças físicas por que vem passando Rio Tinto ao longo dos anos.

Num primeiro momento, com o fechamento da indústria de tecidos, a cidade demorou um pouco até absorver um novo ritmo de economia que era necessário a sua sobrevivência e precisava despontar. Ocorria neste momento, e, aliás, desde a década de 60, demissões no sistema fabril. Parte da população, em geral jovem, sem perspectiva de avanços na cidade, deslocou-se para outras cidades na busca de emprego. Uma outra parcela da população que permaneceu na cidade era composta por idosos aposentados pelo sistema fabril. A outra parte ativa economicamente buscou emprego nas grandes propriedades agrícolas espalhadas no território. Este foi o momento inclusive que o Grupo Lundgren se desfez de grande parte de suas terras para o setor agrícola. Composto por um elevado número de grandes propriedades rurais, este é um dos motivos que faz com que o território de Rio Tinto tenha se expandido pouco urbanisticamente. Sobre o tema, Carvalho(2009) muito bem explica a atual situação de Rio Tinto em termos de expansão de sua área:

Geograficamente o município faz divisas ao Sul com os municípios de Lucena e Santa Rita, ao Norte com o Município de Mataraca; ao leste, com o Município de Marcação e Oceano Atlântico, ao Oeste com o Município de Mamanguape. Em termos de crescimento da cidade é praticamente impossível sugerir seu avanço: ao Sul , a impossibilidade de construção de casas se faz por causa do estuário do Rio Mamanguape com sua extensão e volume de água às suas várzeas; ao Norte tem-se uma área nobre, porém, é expressamente proibida à exploração por causa da pouca Mata Atlântica que existe e é área de preservação ambiental; ao Leste o problema é ainda maior: tem-se a Vila Monte Mor, antiga Vila Regina, parte alta da cidade de Rio Tinto, que por decreto do Governo Federal foi restituída aos povos indígenas que por lei, também, é expressamente proibido a construção ou qualquer tipo de coisa que venham a afetar a paz e o sossego dos povos indígenas que ali moram; por outro lado, as terras são de usufruto exclusivo dos indígenas. E, finalmente, a Oeste, temos o Distrito de Salema que tem sua área toda comprometida com posseiros e desapropriações feitas pelo INCRA.

Se por um lado estas características pareceram obstáculos a expansão da cidade, por outro, impeliram o aproveitamento de áreas subutilizadas dentro do tecido urbano. Forçou-se a ocupação dos vazios urbanos deixados pelos Lundgrens, fato favorecido pelo usufruto da infra-estrutura já existente nessas regiões. Em muitas cidades, esta tem sido a causa de grandes prejuízos a administração pública, que onera a expansão de novas malhas, tendo no tecido urbano já existente, áreas sub-ocupadas pela população.

Apesar da ocorrência de casos em que o ex-operário recebia a posse da casa onde habitava como indenização, a maioria das edificações da cidade permaneceu nas mãos do Grupo Lundgren. Cansados do pagamento do aluguel, em 1986, 205 famílias foram contempladas com a posse de casas através da CEHAP, no conjunto denominado Eduardo Ferreira. Essas novas casas, embora também padronizadas, em nada remetem a arquitetura então produzida na cidade. Fruto de programa social do governo do estado, introduzem novo tecido urbano na cidade resultado de um parcelamento do solo diverso do praticado pela família Lundgren.

Na década de 1990, três novos loteamentos e mais um conjunto de habitação popular são implantados na cidade. As glebas, doadas pela prefeitura, tem dimensões características dos programas de interesse social, gerando uma malha mais densa populacionalmente que a praticada até então. As quadras e os lotes são menores, embora mais largos porém menos profundos.

Este segundo momento, que compreende os anos de 1996 a 2006, é marcado pelo avanço do setor comercial. O número de empresas neste setor cresce mais de 100% e relação ao período anterior. Juntamente com o setor industrial e de serviços, é o que mais emprega pessoal ativo.

O comércio de subsistência, que ganha espaço em Rio Tinto neste período, começa a ser introduzido em alguns pontos estratégicos da cidade. Localizam-se principalmente nas proximidades do mercado público e vias de acesso principal. Não só o comércio, mas outros usos, como o religioso e o de serviços públicos começam a modificar o antigo modelo de uso e ocupação do solo urbano estabelecido pelo Grupo Lundgren. Este é um fato que demonstra que a cidade permanece sendo um organismo vivo. A necessidade é o fator que faz estas alterações se tornarem evidentes.

Uma nova demanda de alterações arquitetônicas parece surgir neste período. Por necessidade, dois elementos passam a fazer parte da paisagem da cidade: a garagem de automóveis que é inserida nas casas para abrigar este bem, antes inacessível a população, e os elementos de proteção a circulação dos idosos. Também as esquadrias mudam de feição em muitas das edificações. Seja por motivos de segurança ou embelezamento, elas vem mudando a aparência das fachadas das residências. Mas não só elas, o tipo de revestimento das fachadas é cada vez mais diversificado. Eles refletem o desejo de diferenciação e prestígio social desejado moradores rio-tintenses, já cansados da ultrapassada monotonia das fachadas inicialmente implantadas pelos Lundgrens.

A partir do ano de 2006, a cidade passou a contar com um novo impulso ao comércio local. Um novo campus da Universidade Federal da Paraíba começa a ser implantado como equipamento de difusão de conhecimento e fonte geradora de novas oportunidades de emprego e renda. A fábrica, que também exportou grandes profissionais para o mercado de trabalho em outros estados e para outros países, em tempos remotos de seu declínio, agora também volta a ser território de difusão de novo conhecimento. Como comenta Carvalho(2009), as ruas voltam a estar repleta por uma procissão de caminhantes que entram e saem do antigo parque industrial. Este parece um fato que se enquadra em uma das principais tendências de planejamento regional de nosso país, cujo objetivo é favorecer a desconcentração de atividades e da população das grandes cidades (mega-pólos).

Estes novos estudantes, vindos de outras cidades, tem transformado o ritmo dos estabelecimentos comerciais da cidade. Eles também são responsáveis pelo surgimento de novas demandas nos ramos de alimentação, moradia e outros serviços que margeiam o ensino de graduação como papelarias, copiadoras, etc.

Com essa nova empreitada, o comércio, que antes se concentrava as margens das vias de acesso principais da cidade e próximas ao mercado, começa a se difundir em todos os recantos da cidade ocupando lugar entre as residências dos antigos operários. Alterando o uso e ocupação do solo urbano, essas iniciativas modificaram a paisagem das ruas quebrando a unidade pretendida quando da fundação da cidade.

Também nesses últimos anos, outro fenômeno vem sido observado em Rio Tinto. Trata-se do estabelecimento de uma nova arquitetura. São grandes mansões que revelam um estilo contemporâneo, onde se emprega uma enorme variedade de materiais construtivos incomuns na arquitetura local até então. Elas marcam a paisagem riotintense ocupando os grandes espaços vazios deixados pelos Lungrens. Sua presença demonstra o prestígio de alguns profissionais do setor público e privado que passaram a morar na cidade. Frequentemente, essas novas construções refletem a atuação de profissionais engenheiros e arquitetos, fadados a atenderem uma clientela mais exigente. Essa realidade é prova de que a cidade não continuou estagnada no tempo. Permaneceu sim, por um longo período, como que sem rumo a tomar. Mas com os esforços da administração pública e empenho por parte dos novos moradores, a cidade respira hoje novos ares.

Recompor um percurso de mais de duas décadas da história urbanística de Rio Tinto demandou extenso levantamento de informações a cerca da ação do poder público sobre o meio urbano, dos poucos profissionais atuantes, da população de um modo geral. As dificuldades surgidas no percurso de nossos trabalhos foram diversas. Seja pela falta de



documentação dos fatos, falta de acervo gráfico por parte da administração pública ou divergência de informações coletadas entre os moradores, elas de fato foram sendo superadas a medida em que os dados foram se cruzando.

O Brasil tem diversos exemplares da arquitetura industrial pouco conhecidos e ainda sem a devida proteção. Tendo em vista a conservação deste nosso patrimônio cultural, o trabalho vem mostrar que o assentamento aqui analisado constitui um exemplo significativo do patrimônio industrial brasileiro e deve ser preservado, não apenas pelas suas características sociais e históricas, mas também por suas qualidades urbanísticas e arquitetônicas.

Modificações urbanas são fatalmente inevitáveis em qualquer cidade constituída organismo vivo. E não foi diferente em Rio Tinto, mas a preocupação que deve cercar este ambiente de transformação do espaço é sempre a boa convivência entre passado e presente, sem que a ocorrência de um, anule o valor do outro. Atitudes responsáveis de profissionais habilitados e a fiscalização e conscientização por parte de órgãos de defesa do patrimônio público devem orientar este processo de formação do espaço público.

Alem disso, o processo evolutivo das vilas operárias, seja seu desmonte ou progresso, findadas as atividades fabris, é um tema amplamente abordado pela historiografia urbana produzida no Brasil, porém ainda não esgotado. O estudo de cidades como Rio Tinto constitui terreno ainda pouco explorado por pesquisadores das questões urbanas. Esta dissertação que ora finalizamos representa um esforço de contribuição para a sistematização dos saberes relativos a esta cidade.

## BIBLIOGRAFIA

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MENDONÇA, Adalton da Motta. **Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbaines**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp083.asp>> Acesso em 28 Ago. 2005.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Trad. Silvia Mazza. 3ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- BENEVOLO, Leonardo. **As origens da Urbanística Moderna**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Presença. 1987
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil. O caso de São Paulo. 1994**,. 308p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo.
- BONFIM, Susete Santos. **A moradia do operário no Brasil: O caso da vila Santa Cruz. Estância-SE**. Brasília: Dissertação. UNB, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=34291627>. Acesso em 20/01/2009
- CAMPOS, Candido M. (org) **Metrópoles em Transito. Recursos Urbanos e culturais**. São Paulo: ED.Senac, 2004.
- CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Formação territorial da Mata Paraibana, 1750-1808**. Salvador, 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.
- CARVALHO, Silvano Soares de. **A fundação de Rio Tinto**. <<http://www.riotintopb.com.br/v2006/col15.php?id=2042&ARQNOT=col15&EXTNOT=php>> Acesso em 11 de maio de 2009.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: Utopia e realidades, uma antologia**. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. 6ª ed. São Paulo. Perspectiva, 2005.
- CIUCCI, Georgio. et al. **La ciudad Americana – de La guerra civil al New deal**. Ed. Gustavo Gili, S.A. Barcelona, 1975.
- COSTA, Francisco de Barros. **Os Lundgren e o fenômeno da industrialização em Rio Tinto – Paraíba**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1996. (Monografia de graduação do curso de bacharelado em Geografia). Apud PANET, A. et al. Rio Tinto – Estrutura urbana, Trabalho e Cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.
- CORREIA, T. de B. **De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular**. Revista Brasileira de estudos Urbanos e Regionais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. A.3, n.4, 2001.

- COUTINHO, R. **Vinte e cinco anos de Rio Tinto – Amenidades**. Impresso no Brasil, 1993.
- DANTAS, M. Grasiela de Almeida. **Planejamento Urbano e Zonning**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.
- EGLER, Tamara Tania Cohen. **Moradia e trabalho em Rio Tinto**. João Pessoa: UFPB, 1989.
- FERNANDES, João Batista. **O extinto Rio Tinto**. Recife: Imprensa Universitária, 1971.
- FERNANDES, João Batista. **O pai do vento**. Santa Rita: Copyright, 2000.
- FERNANDES, João Batista. **Rio Tinto – O extinto**. São paulo: São Paulo Editora, 1973.
- FERNANDES, João Batista. **Rio Tinto - O falso município**. Sapé: Parque gráfico SEIS, 1978
- GOES, Raul de. **Um Sueco emigra para o nordeste**. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1963.
- GOITIA, F. Chuiga. **Breve história do urbanismo**. Tradução: Emilia Lima Campos, 1982. 4ª Ed. Lisboa: Editora Presença, 1996.
- GOUVÊA, Hilton. **A Européia Rio Tinto**. Jornal A União, João Pessoa, 25 de Janeiro de 2007. Disponível em:  
<<http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?option=com.ontent&task=view&id=5030&Itemid=44>>. Acesso em 21 ago. 2007.
- HAROVEL, Jean L. **História da urbanismo**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Papirus, 1990.
- HERÉDIA, Vania B. Merlotti. **A construção de vilas operárias no sul do Brasil: o caso de Galópolis**. Universidade de Caxias do Sul, Brasil. Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(080\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(080).htm). Acesso em 05/03/2008
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2008
- IPHAN/MINC (1995). **Cartas patrimoniais**. Brasília, IPHAN Disponível em: <  
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 23 de maio de 2006.
- LEITE LOPES, José Sergio & Alvim, Rosilene. **Famílias operárias, famílias de operárias**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14, ano 5, out.1990, pp.1-17.
- LIMA, J. C. ; FERREIRA, B.C. **Trabalhadores Urbanos No Nordeste: Trajetórias Profissionais, Mobilidade Espacial e Experiência Associativa**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, SÃO PAULO, v. 30, p. 83-99, 1996.
- LIMA JR., José Felix. **Rio Tinto e Paulista: cidades irmãs**. Disponível em:  
<<http://www.riotintopb.com.br/v2006/>> Acesso em 31 Jul. 2007.
- LOPES, de José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. São Paulo, Marco Zero e Universidade de Brasília em co-edição com MCT/CNPq, 1988. Disponível em:  
<[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_11/rbcs11\\_re-senhas.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_11/rbcs11_re-senhas.htm)> Acesso em 21 de fevereiro de 2009.

LUIS. Antônio. **Campus Universitário em Rio Tinto e Mamanguape é Uma realidade.**

Rio Tinto:2009. Disponível em:

<<http://www.riotintopb.com.br/not.php?id=1094&ARQNOT=not&EXTNOT=php>> Acesso em: 08de junho de 2006.

LUIS. Antônio. **Construção da Universidade de Rio Tinto.**Rio Tinto:2009. Disponível em:

<<http://www.riotintopb.com.br/v2006/esp.php?id=2024&ARQNOT=esp&EXTNOT=php>> Acesso em: 05de abril de 2009.

MELLO, José Octávio de Arruda José. **Arqueologia Industrial e Imaginário Social em Rio Tinto.** João Pessoa, 1988 (mimeo).

MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. **Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940).**São Paulo: 2006. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Universidade de São Paulo.

NEIBURG, Federico G. **Entre Peron e o Patrão: reflexões sobre o alcance da homologia.**Disponível em:

<[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_13/rbcs13\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_13/rbcs13_04.htm)> Acesso em 21 de abril de 2009

OLIVEIRA, M. P. de. **Quando a Fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro.** Scripta Nova. Revista electronicade geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, num. 218 (51). < <HTTP://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em 20 de Abril de 2009.

OLIVEIRA, Ricardo Paulo de. **1000 imagens digitais do litoral paraibano:** Guia turístico da cidade de João Pessoa. João Pessoa: Copyright, 2002.

PANET, A. et al. **Rio Tinto – Estrutura urbana, Trabalho e Cotidiano.** João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

PANET, Miriam & SERPA, Adriano. **Rio Tinto: Cenário da Arquitetura Industrial.** Análise e Registro. UFPB, 1994. (Estágio Supervisionado de Diplomação).

PORTAL RIO TINTO. Disponível em: <<http://www.riotintopb.com.br>> Acesso em 20 de novembro de 2005.

VIANNA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias.** São Paulo: Monografia. USP, 2004. Disponível em [www.eesc.usp.br/nomads/SAP5846/mono\\_Monica.pdf](http://www.eesc.usp.br/nomads/SAP5846/mono_Monica.pdf)> Acesso em 25 Out. 2007.

VIDAL, Wylma Carlos Lima. **Transformações urbanas: a modernização da capital Paraibana e o desenho da cidade, 1910 – 1940.** Dissertação de mestrado –Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. João Pessoa: UFPB/CT, 2004.

VILA MARIANA. Disponível em:

<[>](http://www.vilamariana.com.br/saopaulo/texto.php?cdTexto=17)>. Acesso em 13 de dezembro de 2005.

**Entrevistas:**

Sra. Magna Gerbasi (prefeita do município);

Sr. Marcos Gerbasi (secretário de infra-estrutura);

Sr. Walter Shummah (diretor do patrimônio da CTRT);

Eduardo Gonçalves (Secretário de turismo do município);

Sra. Geovania Farias da Silva (funcionária da Secretaria de Educação e Cultura do município);

Sra. Catarina Brasil (Coordenadora do Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado da Paraíba- PRODETUR);

Sra. Terezinha Alves de Medeiros (ex-operária fiandeira);

Sr. Paulo Santana da Silva Filho (ex-operário, almoxarifado);

Sr. Reinildes (Desenhista e topógrafo da Cia de Tecidos Rio Tinto);

Edsom da Silva Lima (funcionário do escritório administrativo da Cia de tecidos Rio Tinto);

Eunice Capega (moradora de Rio Tinto);

Sr. João Batista Fernandes (Ex-Presidente do sindicato dos operários da CTRT, ex-operário, escritor)